

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

HELEN PINHO DE SOUZA

**AS CONSTELAÇÕES DA LUTA E DA PALAVRA: FRENTE QUILOMBOLA E A
QUILOMBAGEM NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

PORTO ALEGRE

2023

HELEN PINHO DE SOUZA

**AS CONSTELAÇÕES DA LUTA E DA PALAVRA: FRENTE QUILOMBOLA E A
QUILOMBAGEM NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Administração.

Linha de concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Helen
As constelações da luta e da palavra: Frente
Quilombola e a Quilombagem nos Estudos Organizacionais
/ Helen Souza. -- 2023.
114 f.
Orientador: Paulo RZ Abdala.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2023.

1. Estudos Organizacionais. 2. Frente Quilombola.
3. Quilombagem. 4. Clóvis Moura. 5. Pensamento Social
Brasileiro. I. Abdala, Paulo RZ, orient. II. Título.

Helen Pinho de Souza

AS CONSTELAÇÕES DA LUTA E DA PALAVRA: FRENTE QUILOMBOLA E A
QUILOMBAGEM NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Administração.

Linha de concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Aprovada em 14 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davide Carbonai
Departamento de Ciências Administrativas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Fábio Meira
Programa em Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes de Assunção
Departamento de Estudos Especializados
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala
Programa em Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Às minhas avós
Ana Antonina e Otília
Que plantaram umbigos e deram mãos para eu poder
voltar

O quilombo aparece (...) como aquele módulo de resistência mais representativo (...) que existiu (...) dessa forma o quilombo é o centro organizacional da quilombagem (...) entendemos (...) por quilombagem uma constelação de movimentos de protesto do escravo (MOURA, 1992, p. 23).

RESUMO

A Frente Quilombola é uma organização que manifesta sua luta antirracista através da regularização fundiária de Quilombos urbanos, centralmente em Porto Alegre. A partir da vivência no campo de pesquisa, proponho a análise dessa realidade específica como uma manifestação contemporânea da conceituação de Quilombagem de Clóvis Moura. Neste sentido, o autor afirma: “[e]ntendemos (...) por quilombagem uma constelação de movimentos de protesto do escravo” (1992, p. 23). Assim pergunto como a conceituação da Quilombagem pode auxiliar no entendimento da luta antirracista protagonizada pela Frente Quilombola, desenvolvendo a pesquisa através de três objetivos específicos: descrever a trajetória da FQ através de sua organização, analisar a prática da Frente Quilombola a partir do pensamento de Clóvis Moura e discutir a atualidade da categoria Quilombagem para os Estudos Organizacionais, através da Frente Quilombola. Como resultado, a Quilombagem é vista como uma conceituação potente para o campo dos Estudos Organizacionais contemporâneo, pois, a despeito do fim da escravatura, a exploração do trabalho é contínua, especialmente sobre a população negra. A partir da pesquisa, defendo que as essencialidades da Frente Quilombola podem ser interpretadas como manifestações das essencialidades da Quilombagem. A teoria auxilia no desvelamento da radicalidade dessa organização contemporânea, assim como valida a possibilidade de haver Quilombagem no pós-abolição. Buscando agregar à defesa escrita, apresento recurso imagético que transmite a dinâmica potencial de ambos aspectos componentes da pesquisa, negando veementemente a ideia de modelo Organizacional, apresento as Constelações da Luta Antirracista, da Palavra e das Convergências, que compõem o cosmos dessa dissertação.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais; Frente Quilombola; Quilombagem; Clóvis Moura; Pensamento Social Brasileiro.

ABSTRACT

Frente Quilombola is an organization that manifests its anti-racist struggle through land regularization of urban Quilombos, centrally in Porto Alegre. From the experience in the research field, I propose the analysis of this specific reality as a contemporary manifestation of Clóvis Moura's conceptualization of Quilombagem. In this sense, the author states: "we understand (...) by quilombagem a constellation of slave protest movements" (1992, p. 23). Thus, I ask how the conceptualization of Quilombagem can help to understand the antiracist struggle led by the Quilombola Front, developing the research through three specific objectives: describe the trajectory of the FQ through its organization, analyze the practice of the Quilombola Front based on Clóvis Moura's thought, and discuss the actuality of the category Quilombagem for Organizational Studies, through the Quilombola Front. As a result, Quilombagem is seen as a powerful conceptualization for the field of contemporary Organizational Studies, since, despite the end of slavery, labor exploitation is continuous, especially over the black population. From the research, I argue that the essentialities of the Frente Quilombola can be interpreted as manifestations of the essentialities of Quilombagem. The theory assists in the unveiling of the radicality of this contemporary organization, as well as validates the possibility of there being Quilombagem in the post-abolition period. Seeking to add to the written defense, I present an imagetic resource that transmits the potential dynamics of both component aspects of the research, vehemently denying the idea of an Organizational model, I present the Constellations of the Antiracist Struggle, of the Word and of Convergences, which compose the cosmos of this dissertation.

Keywords: Organizational Studies; Frente Quilombola; Quilombagem; Clóvis Moura; Brazilian Social Thought.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reprodução Mapa dos Quilombos Urbanos em Porto Alegre	21
Figura 2 – Mapa de precificação do metro quadrado por bairro de Porto Alegre	22
Figura 3 – I Assembleia dos Povos	26
Figura 4 – 1ª Marcha Zumbi dos Palmares – independente, classista e de luta	27
Figura 5 – Registro do Encontro para formalização da OLPN	28
Figura 6 – Audiência pública contra os despejos e remoções forçadas em áreas urbanas, quilombolas e indígenas	29
Figura 7 – À esquerda registro de visita no INCRA ao Quilombo Flores, à direita Geneci Flores	30
Figura 8 – II Assembleia dos Povos	31
Figura 9 – À esquerda Batalhão de choque e oficial de justiça. À direita registro dos irmãos Lemos na resistência	33
Figura 10 – V Assembleia dos Povos	38
Figura 11 – Constelação da Luta Antirracista	47
Figura 12 – Constelação da Palavra	70
Figura 13 – Constelação das Convergências	77

LISTA DE SIGLAS

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

COVID – Corona Virus Disease

DCE – Diretório Central dos Estudantes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FQ – Frente Quilombola

IACOREQ – Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MNU – Movimento Negro Unificado

MST – Movimento Sem Terra

NEGA – Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente

OLPN – Organização pela Libertação do Povo Negro

OMS – Organização Mundial de Saúde

PM – Polícia Militar

PNI – Plano Nacional de Imunização

PSB – Pensamento Social Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SINTEC – Sindicato dos Trabalhadores em Correios

TEN – Teatro Experimental Negro

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. OBSERVATÓRIO	9
2. CONSTELAÇÃO DA LUTA ANTIRRACISTA: A FRENTE QUILOMBOLA	16
2.1. Estrela da prática	23
2.2. Estrela da política	35
2.3. Estrela da organização	39
3. CONSTELAÇÃO DA PALAVRA: CLÓVIS MOURA E QUILOMBAGEM	49
3.1. Estrela da origem: pensamento social brasileiro	52
3.2. Estrela da chave: Quilombagem	59
4. CONSTELAÇÃO DAS CONVERGÊNCIAS: QUILOMBAGEM NA PERSPECTIVA DA PRÁTICA ORGANIZACIONAL	72
5. COSMOS	81
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A – ESTRELA DA REBELIÃO: CLÓVIS MOURA	94
APÊNDICE B – UMA NOVA ESTRELA: RACIALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	103

1. OBSERVATÓRIO

O que caracteriza a proposta de ciência social feita por Clóvis Moura é estar orientada para a realidade, daí provém o enquadramento epistemológico do entendimento das relações sociais, assim como da finalidade de fazer científico. Nesse sentido, a realidade deve ser ponto de partida e chegada de todo intelectual que pretenda produzir um saber que visa a transformação, sendo coerente com sua proposta de ciência social, distanciando-se de um cientificismo que reduz os objetos a explicação em si e que desconsidera a totalidade que permeia as relações (FARIAS, 2019, p. 117).

Escolho as palavras de Márcio Farias para abrir as páginas desta dissertação, nas quais o autor evoca a herança do fazer científico defendido por Clóvis Moura como proposição teórica e vivência efetiva. A pesquisa que entrego segue essa tradição. Assim, através do movimento social organizado, protagonizado pela Frente Quilombola (FQ), construí uma interpretação propositiva na qual o conceito Moureano, de luta radical, a Quilombagem, é entendida como potencialidade ao campo Organizacional – enquanto ciência e prática.

Entendendo que, na transformação da análise da realidade em proposições, o problema de pesquisa se faz catalisador, a pergunta dinamizadora dessa dissertação é: como a conceituação da Quilombagem pode auxiliar no entendimento da luta antirracista protagonizada pela Frente Quilombola? Para responder ao questionamento, conto com a condução expressa no objetivo geral: Analisar a *prática* da Frente Quilombola como Quilombagem. Decomposto, por fim, nos objetivos específicos:

- 1) Descrever a trajetória da FQ através de sua organização.
- 2) Analisar a prática da Frente Quilombola a partir do pensamento de Clóvis Moura.
- 3) Discutir a atualidade da categoria Quilombagem para os Estudos Organizacionais, através da Frente Quilombola.

No começo da escrita da dissertação, me recordei de uma das primeiras lições recebidas no mestrado, a de que escrita científica não é romance, não se faz suspense, então está entregue o mapa da pesquisa, por assim dizer. Agora, te convido a percorrer os caminhos traçados por mim, que não possuem suspenses, mas possuem curvas.

Nasci em 1986, na cidade de São Lourenço do Sul. Minha família e eu morávamos no distrito lourenciano de Coqueiro, localidade rural que é composta por várias áreas. Nossa casa estava no Sítio, próximo dali está o Rincão das Almas, território quilombola titulado em 2010. No ano do meu nascimento, Clóvis Moura já contava com quase três décadas de publicações, nas quais defendia uma interpretação potente e radical sobre a formação do Brasil. Eu

desconhecia tudo isso. Filha de uma família branca e Adventista, as relações raciais ocupavam um lugar de silêncio e eram explicadas pelas “teorias de Cam”¹.

É difícil precisar quando minha aderência a esse arcabouço familiar e social começa a se desfazer, mas é certo que ocorre. Ressalto alguns pontos que, creio importantes nesse processo, tais como o estranhamento diante das relações raciais – e o racismo – no meu entorno, onde qualquer questionamento era lido como falta de fé e inapropriado para uma menina, mas que, ao cabo, se constituiu em um catalisador para o meu questionamento do conjunto da doutrina.

Anos mais tarde, na universidade Federal de Pelotas (UFPel), cursando Artes Visuais Habilitação Design Gráfico e Administração, quando das discussões sobre a implementação das cotas raciais e sociais, me deparei diante do racismo expresso na posição conservadora das professoras e professores, que se revestia em uma indução de que nós, as alunas brancas e brancos, deveríamos requerer nosso merecimento de estar naquele espaço, devendo ver as cotas como um ataque pessoal. Recordo da decepção, mas não de ação direta contra o discurso.

Contudo, as vivências se somam e se articulam no tempo, então, com o fortalecimento das discussões raciais na sociedade como um todo e nos grupos sociais específicos aos quais pertenço, vi-me em uma situação de repensar as estruturas sociais. Processo que é marcado pela conscientização da própria branquitude, em um nível de raça e não mais como apenas uma característica, com pouca ou nenhuma implicação social. Um despertar para esse lugar de poder que se chamará de branquitude² (SCHUCMAN, 2020).

Nessa fase, também fui compelida no campo profissional, a refletir criticamente a posição da Administração. Pois, na minha formação acadêmica, nunca havia sido incluído qualquer questionamento sobre nós, pessoas trabalhadoras, enquanto indivíduos sociais, imersas em uma estrutura social específica, com raça, gênero, nacionalidade, sexualidade, entre outras marcações sociais, uma manifestação objetiva da branquitude em prática. Modo operante

¹ Interpretação bíblica na qual povos negros teriam como ancestral comum um amaldiçoado a trabalhar e sofrer eternamente.

² Branquitude pode ser definida, sucintamente, como uma área dos Estudos das Relações Raciais que se centra na raça branca e no seu sistema de privilégios e dominação das populações não brancas. O campo é relativamente jovem, no Brasil inicialmente foi chamado de Branquitude. Como textos seminais é possível citar *Black Reconstruction in the United States* de W.E.B. Bois (1935) e, nacionalmente, o já citado texto de 1950 de Guerreiro Ramos – ambos trabalhos precedem a constituição da área propriamente dita. Após a formalização da temática podemos citar, internacionalmente o texto *A miragem de uma branquitude não-marcada* de Ruth Frankenberg (2004) e nacionalmente a dissertação *Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* de Lia Vainer Schucman (2020).

que, ao teorizar em cima de uma abstração desconectada da realidade, institucionaliza um ser universal, um humano, que representaria todas as pessoas.

Dessa forma, o dito universalismo já não encontrava lugar em mim. Contudo, as estruturas racistas têm uma forma muito peculiar de funcionamento, com grande poder de silenciar e expulsar as que a questionam. Bento (2022, p. 18) resume:

(...) evidente que brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: As formas de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas.

Cox (2004), sintetiza alguns aspectos dessa estrutura de maneira importante, anunciando como são classificadas como inadequadas as pessoas pesquisadoras de raça distinta da raça central de seus estudos e como tendenciosas as pessoas pesquisadoras do mesmo grupo racial, buscando levar todas ao silêncio ou marginalização. Em 2020, ingressei no mestrado com uma proposta de dar continuidade ao estudo realizado na Especialização, mas logo comecei a articulação que veio a possibilitar o estudo das relações raciais nessa Escola de Administração. Em um processo de encontros e reencontros, vieram o professor Paulo Abdala, Clóvis Moura, Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora e a Frente Quilombola e, com esse conjunto, a possibilidade de enfrentar um trabalho enraizado em mim e no Brasil.

Inserida no grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora³, compartilhei com as pessoas integrantes os anseios por buscar e refletir a partir dos Movimentos Sociais modos organizativos distintos da sujeição e do acordo com o *ethos* do mercado capitalista e sua expressão mais hegemônica, o *management*. Somado ao anseio de pesquisar relações raciais dentro dos Estudos Organizacionais e diante do entendimento de que raça no Brasil é uma categoria estruturante, estava traçado que a pesquisa se desenvolveria em um Movimento Social em que a compreensão política de raça fosse uma categoria organizativa central.

Assim, o encontro com Clóvis Moura foi construído a partir dos questionamentos da realidade, tendo na disciplina de Pensamento Social Brasileiro um importante papel nesse processo. Diante do pensamento radical de Clóvis Moura e do conceito de organização do grupo de pesquisa, definida como “a expressão de processos e práticas orientadas pela razão estratégico-crítica para realizar a ação libertadora”⁴, se fez a ponte com a organização social Frente Quilombola e sua luta antirracista, centrada na luta territorial negra.

³ Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora, inaugurado em 2003, localizado na Escola de Administração e no Programa de Pós Graduação em Administração da UFRGS.

⁴ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/organizacaoepraxislibertadora/sobre/>

A aproximação efetiva com o Movimento Social se deu também com a articulação do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul (SINTECT/RS), do qual faço parte como trabalhadora da estatal e representante sindical da atual diretoria. O SINTECT apoiava, naquele momento, a construção da V Assembleia dos Povos⁵. Com a intermediação do sindicato, obtive permissão de participar da citada assembleia, e, posteriormente, permissão para acompanhar as reuniões da Frente Quilombola e me integrar ativamente no movimento.

A Frente Quilombola é um Movimento Social do Rio Grande do Sul, com atuação concentrada em Porto Alegre, com aproximadamente doze anos de história, tendo na titulação do Quilombo Silva, primeiro quilombo urbano do Brasil, seu marco histórico inicial mais potente. Autointitulada como uma organização anticapitalista, anticolonialista e anti-imperialista, situa sua luta como radicalmente abolicionista, tendo no território da população negra o cerne para sua libertação. Assim, o território se expressa em um espaço geográfico para o qual se almeja uma posse coletiva e inalienável, um local de reprodução da vida, de expressão da liberdade e da cultura da comunidade. Em outras palavras, o território é a materialidade da possibilidade da vida, sendo assim sagrado e não mercadoria. Essa será a conceituação evocada ao se nomear território nessa pesquisa, um conceito emanado do campo e que se basta, tendo em vista que meu interesse está na luta, no caráter Organizacional da luta.

O Movimento Social, atualmente, é composto por oito dos onze territórios quilombolas de Porto Alegre, entre titulados e em processo de titulação, são eles os Quilombos: Alpes, Areal, Família Lemos, Família Flores, Família Ouro, Família Silva, Fidelix e Machado. Além das famílias e lideranças quilombolas que compõe a FQ, o grupo também se articula com outras organizações de luta social, de forma recorrente ou pontual, por exemplo, é significativo o apoio mútuo entre a FQ e grupos indígenas, com quem compartilham muitos aspectos de visão de mundo. Ainda, é possível participar do movimento como pessoa que reconhece a importância da organização e deseja contribuir para sua luta; é nesse lugar que me faço presente e ativa na organização. Posto a partir do qual exerço meu papel de pesquisadora.

Como referencial teórico desta pesquisa, o cerne é o pensador social brasileiro Clóvis Moura: intelectual negro, militante e intérprete do país, que se diferenciou de seus pares por colocar o conflito de antagonistas como o propulsor da constituição nacional brasileira. Ele

⁵ Encontro autogestionado por comunidades tradicionais e originárias pela luta territorial no Rio Grande do Sul, com primeira edição em 2013, duas edições e 2018 e a quarta em 2019.

compreendeu as pessoas negras como agentes políticos, primordialmente responsáveis pela dinâmica social, uma vez que é através de suas lutas e resistências desde a base da pirâmide social que ocorrem as fissuras no sistema instituído.

É preciso pontuar que, no diálogo proposto, entre as teorias Moureanas e a atualidade, em torno das lutas por territórios quilombolas, temos uma ruptura inegável: o sistema de produção social, político e econômico mudou, de escravista em uma colônia para o trabalho livre em uma república democrática⁶; ignorar esse fato seria cair em anacronismos. Contudo, creio que, com as mediações necessárias, é possível avançar no diálogo, pois o cerne do período escravista se mantém, ou seja, a exploração do trabalho que define as possibilidades de reprodução da vida.

O próprio Clóvis Moura indicou a Quilombagem como um processo que ultrapassa o sistema escravista, apesar de não haver um aprofundamento robusto nesse sentido:

(...) o problema das terras dos remanescentes de quilombos demonstram com (*sic*) a quilombagem é ainda um processo em curso; não um problema do passado, mas está inserido no contexto da problemática social e de identidade étnica atual. A quilombagem como processo sociológico ainda é uma vertente dinâmica no Brasil. Os remanescentes dos quilombos são uma continuidade viva das lutas que os escravos rebeldes detonaram durante o transcurso da escravidão (MOURA, 2001b, p. 9).

Também é importante pontuar que Clóvis Moura diferencia-se de intérpretes como Freyre e Holanda, que propõem uma interpretação de um passado remoto, em uma postura abstrata, mas com consequências reais, em que se forja um distanciamento entre o autor e sua obra, entre o seu presente e o passado estudado. Clóvis propõe uma interpretação do passado em diálogo com o seu presente. As correlações e suas consequências estão expostas em seus textos. Ativo, em termos de produção teórica, até a sua morte em 2003, Clóvis Moura deixa como legado proposições e possibilidades de atualização de sua teoria para a contemporaneidade.

Com esse entendimento, avanço para uma apresentação breve das conceituações basilares do autor para essa pesquisa. Clóvis se debruçou sobre o período escravista, reconhecendo o Quilombo como a maior expressão de luta radical contra o sistema escravocrata e o modo de vida colonialista. Para além das experiências específicas de cada Quilombo, Clóvis Moura (2001a, 2001b, 2013, 2020) conceitua a Quilombagem como um *continuum* de luta.

Do período escravista para a república democrática – com períodos ditatoriais – os Quilombos se mantiveram como territórios de resistência por liberdade e direito à vida em seus

⁶ Ainda que sob forte ataque, a partir do golpe institucional de 2016.

diversos aspectos, se configurando em uma organização de grande relevância social e política para o Brasil para além das experiências individualizadas. Assim, a Quilombagem se configura em uma importante perspectiva de análise, que valoriza visões mais amplas de ações políticas, em uma busca por semelhanças essenciais em detrimento de diferenças superficiais, assim como a radicalidade da luta que em diversas frentes mantém o sentido de enfraquecer o sistema para sua destruição.

Desta forma, acredito que voltar-me para a luta por território, a partir do Movimento Social organizado do povo negro, dentro do arcabouço radical defendido por Clóvis Moura, é potencialmente relevante para os Estudos Organizacionais. A aproximação e inserção na Frente Quilombola me permitiu visualizar que aquilo que torna sua prática radical são as especificidades da luta territorial, em acordo com a conceituação de Clóvis Moura:

No nível de posse da terra o quilombola também tem de ser radical. Não pode comprá-la, arrendá-la ou mesmo alugá-la. Tem por isto de desapropriá-la, ocupá-la através de um ato radical pela violência muitas vezes. (...) O território quilombola é também uma negação dialética do tipo de propriedade legal no escravismo (MOURA, 2001b, p. 108).

Proponho explorar os aspectos da posse e da reprodução da vida que se articulam essencialmente com o tema, quando na ótica da Quilombagem. Tendo como hipótese que o conceito de Quilombagem, atualizado através da prática da Frente Quilombola, pode se configurar em uma expressão organizativa no marco teórico dos Estudos Organizacionais.

Para o encaminhamento da pessoa leitora, antecipo que a presente análise se expressa com algumas peculiaridades. Será suprimido o capítulo metodológico, tradicionalmente presente em pesquisas acadêmicas, o método estará incorporado ao texto. Entendo que não se faz necessário cumprir com uma etapa de perspectiva positivista em uma pesquisa que se configura, primordialmente, como uma atividade prática, participante e filosófica:

A primeira característica da atitude filosófica é negativa (...) Numa palavra, é colocar entre parênteses nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual o seu sentido. A segunda característica da atitude filosófica é positiva, isto é, uma interrogação (...) sobre o *porquê* e o como disso tudo e de nós mesmos (CHAUI, 2003, p. 18, grifo da autora).

Em consonância com a referida atitude filosófica, minha dissertação trabalha com duas zonas dialógicas, a saber, a disciplina e a sutil. A primeira dá conta da forma tradicional inerente aos trabalhos acadêmicos, especialmente nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, na qual através da disciplina, método e forma se traz embasamento e defesa das proposições. Já a sutil, constrói uma camada diferencial, que compreende uma atitude menos dura e mais imagética. Minha formação como Administradora e Artista Visual é aflorada pelo próprio Clóvis Moura,

esse intelectual poeta, que, ao afirmar quilombagem como “uma constelação de movimentos de protestos” (1992, p. 23), me transportou para uma imagem que pediu para ser incorporada, no lugar de uma representação tabelada, conforme será apresentado nos capítulos seguintes.

Compreendo que, essa camada de sutileza, também se expressa na atitude frente a essa pesquisa, que não busca se mostrar como neutra e imparcial, aspecto transportado também para a escrita, marcadamente na utilização da primeira pessoa do singular, assim como possibilita a concordância nominal pelo gênero feminino, uma pequena inversão que representa outras que a pesquisa busca realizar.

Penso que, reforçar as subjetividades, para compor rol de possibilidades a ser evocada em nossa área de conhecimento enriquece nossa comunicação e colabora para sua apreciação fora de sua circunscrição, na qual falamos apenas para pares. Misoczky e Vecchio (2006), em *Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar*, se utilizam de uma forma textual que caracterizam como lúdico-terapêutica para “retomar esse clássico sem ser sufocado por ele” mostram que há caminhos para a Administração e Estudos Organizacionais se comunicarem utilizando o fantástico.

Para dar conta dos objetivos, a dissertação será fragmentada em quatro capítulos. Para além do atual, a seguir estão: Capítulo 02 – Constelações da luta antirracista: A Frente Quilombola; Capítulo 03 – Constelação da Palavra: Clóvis Moura e a Quilombagem, Capítulo 04 – Constelações das convergências: Quilombagem na perspectiva da prática Organizacional, Capítulo 05 – Cosmos.

No capítulo 02, apresento o objeto de estudo FQ e as aproximações entre mim e a coletividade. Subdividido em três partes que tratarão, especificamente, da trajetória do Movimento Social, da orientação política evocada para pautar suas ações e da apresentação das análises gerais que conformam a Constelação da Luta Antirracista.

O capítulo 03 inicia com alinhamento conceitual, contando com duas subseções nas quais serão apresentadas, primeiramente um panorama do PSB, abarcando Clóvis Moura e sua produção, para na sequência apresentação da constelação conceitual da Quilombagem.

Por fim, o capítulo 04 apresenta os entrelaçamentos entre as Constelações da Luta Antirracista e a da Palavra. Culminando no capítulo 05, no qual teço amarrações, indico lacunas, limitações e possibilidades dessa dissertação.

2. CONSTELAÇÃO DA LUTA ANTIRRACISTA: A FRENTE QUILOMBOLA

A pesquisa científica social é essencial e inevitavelmente seletiva, é o pesquisador quem determina qual aspecto da realidade toma como seu objeto de estudo. Esta unilateralidade leva a duvidar da utilidade da generalização e a enfatizar o objetivo de compreender a realidade social em sua concreta individualidade. Como só podemos lidar com segmentos limitados desta realidade infinita, como o fazemos limitados e condicionados por nossos valores e pressuposições, e como estes estão sujeitos à constante mudança, a compreensão de um fenômeno social não pode levar a generalizações (MISOCZKY; MORAES, 2011, p. 13-14).

A epígrafe de Misoczky e Moraes representa precisamente o sentimento de responsabilidade de registrar no papel a Frente Quilombola através da minha perspectiva e referencial teórico. O intuito não é me esquivar da responsabilidade, antes o contrário, é reforçar o caráter da escrita politizada e parcial – no melhor sentido da palavra, contraposta a tão valorizada, como falaciosa, posição imparcial –. A apresentação da FQ, de análise a partir das vivências em campo, reflexões e proposições voltadas para uma sistematização do desenvolvimento teórico são os objetivos deste capítulo.

Início a tarefa recapitulando pesquisas e dando os créditos para as demais pessoas pesquisadoras que se voltaram para a Frente Quilombola do Rio Grande do Sul em sua produção intelectual. Ressaltando que as pesquisas se centram nos Quilombos, em abordagem específica em um território ou em algum tema compartilhado por um grupo de territórios. Nessa busca, identifiquei oito projetos, entre Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas graduações e Dissertações, nos programas de pós-graduação. Todos oriundos da UFRGS, em áreas de conhecimento diversas, indicando a potencialidade interdisciplinar da pesquisa.

O conjunto de TCC's são formados pelos trabalhos a seguir nomeados, de Ferreira (2013) a *Comunicação Quilombola: aproximações e distanciamentos entre as organizações sociais e as organizações tradicionais* e de Paula (2015) o *Olhar o outro: uma análise do documentário Quilombo da Família Silva*, ambas pesquisadoras da escola de Comunicação Social. Do curso de Ciências Jurídicas e Sociais temos a produção de Quadros (2020) com *A regulação dos quilombos urbanos: das rugosidades sociais dos territórios ao reconhecimento jurídico dos espaços pelo Estado* e no Jornalismo Dorneles (2021) com *Cruzar o muro para escutar: memórias e pertencimento em entrevistas no Quilombo*.

Já de Dissertações, a primeira produção é de Silva (2013), nessa escola de Administração, com *A luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária*. No Desenvolvimento Rural, Pereira (2019) com *O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida*. Completam o conjunto as

pesquisas, em Educação, de Machado (2020) com *Educação e trabalho: juventude quilombola urbana e a relação com a legislação lei n. 10.097/2000 - aprendizagem profissional* e de Silveira (2021) com *Modos de viver e de se educar dos jovens estudantes quilombolas da comunidade urbana Areal da Baronesa – Porto Alegre/RS*.

Das citadas pesquisas, a que mais se aproxima da FQ em específico é a da colega Daniela Silva (2013), que destina à Organização um subcapítulo na dissertação, na qual busca mostrar a história da articulação do Movimento a partir de 2010, assim como sua operacionalização, observada a partir da participação de atividades, reuniões e entrevistas. Por se situar temporalmente bastante próximo à consolidação da FQ, assim como do grupo de pesquisa, creio que partimos de perspectivas distintas. Sendo possível pensar, por exemplo, como o rompimento com o MNU em 2014 interfere até mesmo na interpretação desse passado.

Adentro agora em minha pesquisa, propriamente dita, apresentando questões de entendimento basilares e panorâmicas. Nesse sentido, compreendendo que a luta antirracista possui diversas formas de se materializar, nas práticas sociais, nesse trabalho, a partir da prática organizativa e política da Frente Quilombola, defendo que a expressão da luta antirracista está configurada na luta territorial, centrada no povo negro e na herança quilombola do período colonial e escravista.

Saliento que, no decorrer do trabalho, irei utilizar o termo prática para nomear o fazer da luta empreendida pela FQ. O uso se dá em um sentido amplo de prática, que engloba ação, reflexão, disputa política e social, em alinhamento a fala ocorrida na reunião de 25 de janeiro de 2022, que afirma a necessidade de ter em mente que somos o que fazemos, aliado a reflexão do que fazemos⁷. A ressalva busca também mitigar a ideia de que determinados grupos são desprovidos de consciência ou as possuem em um nível inferior das camadas dominantes, colocando prática em uma posição apartada do pensamento e basicamente como reação à realidade.

Também ponho em evidência que território está presente como um conceito que vem do campo e carrega a conceituação que emana da compreensão dessa coletividade. Meu foco está na prática organizativa da luta. Ratifico assim o entendimento de território como um espaço geográfico sobre o qual as comunidades possuem ligações históricas, afetivas e de sobrevivência. Que se configuram como locais que permitem a reprodução da vida em seu

⁷ Apesar da fala remeter ao que se entende por práxis na academia, o conceito não é evocado pela FQ, motivo pelo qual não irei utilizá-lo, buscando não trazer termos alienígenas ao campo.

sentido mais radical. São heranças do passado que se pretendem heranças para as gerações futuras. A comercialização não faz parte do conjunto de possibilidades, uma vez que o território é também a própria comunidade.

Na publicação *Documento da Frente Nacional em defesa dos territórios Quilombolas na Cúpula dos Povos* (2013?) é apresentada a conceituação de área comum. O trecho contém citação a Jose Heder Benatti (1997) e seu texto *Posse coletiva da terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas*, indo de encontro à conceituação de território e seu significado no contexto da luta da FQ:

Área de uso comum é “**um bem não sujeito à apropriação individual em caráter permanente. Nestes espaços combinam-se as noções de propriedade privada e de apossamento de uso comum, onde encontra-se um grau de solidariedade e coesão social, formadas a partir de normas de caráter consensuais que garantem a manutenção destes espaços**”. São áreas cujos recursos são abertos, inalienáveis e indivisíveis. O acesso à terra para o exercício de atividades estritamente familiares, em parcelas da área de uso comum, só é permitido pelo conjunto de moradores para fazer casa, roça ou extrativismo, mas não para apropriar-se da área de uso comum em si (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2013?, grifo do autor).

A territorialidade reivindicada pela FQ está conectada com a resistência à escravidão, com a resistência de sobrevivência das pessoas descendentes no pós-abolição e a resistência da população negra contra o avanço do mercado como ente mediador entre as pessoas e sua possibilidade de vida. Nesse ponto, é importante atentar para a materialidade da realidade das comunidades negras, para as quais a migração, dentro do país, dos estados e mesmo das cidades se impuseram em muitas situações como imperativo de sobrevivência. O idealismo de comunidade quilombola como um território que se origina apenas nas fugas dos escravizados, se mantendo no mesmo espaço desde então, está a serviço da deslegitimação das reivindicações territoriais de praticamente todas as comunidades quilombolas e também indígenas. Estando em alinhamento, por exemplo, com a tese do Marco Temporal⁸.

Igualmente, a perpetuação da ideia de Quilombo como um território apenas rural e de preferência de difícil acesso, nega a possibilidade de expressões das visões civilizatórias de origem africana, nos espaços urbanos. Reforçando uma dicotomia campo versus cidade que cumpre papel de relegar comunidades racializadas a um tipo específico de estar no mundo, que pode vir a ser legitimado, como pontuado em reunião da FQ em 20 de julho de 2022. Nesse sentido, é preciso fazer um adendo, o território pode ser “carregado” por assim dizer. Uma

⁸ Julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade de instituição da data de promulgação da Constituição Federal de 1988 como parâmetro para titulação e regularizações fundiárias. Devido ao pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes, o julgamento está suspenso.

matriarca, vinda de outro Quilombo, comunidade rural, periferia dos centros urbanos, ao se assentar em um determinado lugar, fazendo desse espaço a possibilidade de vida para si e seus parentes, pode estabelecer um território a ser reivindicado⁹ como quilombola.

Assentadas as bases iniciais, retorno para descrever minha aproximação e inserção no Movimento Social, que se configuram de fato como método que possibilita a pesquisa empírica. O primeiro contato com a Frente Quilombola se deu em uma manifestação contra o governo Bolsonaro e sua gestão da crise sanitária da COVID-19. Como já pontuado na introdução, a intermediação foi realizada através do SINTECT/RS. Com a bem-sucedida apresentação me foi permitida a participação na V Assembleia dos Povos, na terra Kaingang, comunidade Van Ká, em Porto Alegre, entre os dias 30 de julho a 1 de agosto de 2021. Foram três dias de imersão, nos quais acompanhei debates e ouvi histórias da nossa formação nacional e da luta territorial de cada povo ali representado, além de vivenciar estar em um encontro autogestionado por comunidades indígenas e quilombolas.

A partir de 10 de agosto, passei a comparecer nas reuniões semanais da Frente Quilombola, ocorridas de maneira virtual. Em 28 de setembro, estive na primeira reunião presencial. Por um período, as reuniões voltaram exclusivamente ao formato presencial, contudo novos surtos de Covid, dificuldades com local adequado para as reuniões, entre outros fatores, levaram ao retorno do modo on-line. Encontros virtuais, apesar de facilitar as presenças, quando analisados pela ótica de deslocamento e tempo, se confrontam com sérios problemas devido a precariedade de sinal nos territórios e do pacote de dados limitados, por vezes insuficientes, que as lideranças possuem. Pontuo essa questão, pois o formato influencia sobremaneira na reunião de fato e o potencial organizativo.

Ainda em relação às reuniões semanais, pontuo que assumi a função de relatora de grande parte das reuniões, que, para além de se configurar em uma importante ferramenta organizativa para a Frente Quilombola, se soma ao meu diário de campo como um instrumento de estudo e pesquisa, para dar conta dos aspectos empíricos desta dissertação. Minha participação ativa na FQ está para além das reuniões regulares. Participo de atos onde a Frente Quilombola está como protagonista ou apoiadora, como as diversas vigílias realizadas contra o

⁹ Essa é uma prática tão longínqua quanto a sociedade, contudo ganha interpretações diferentes conforme o grupo que a pratica, especialmente conectada a origem étnico-racial do grupo em questão para ser legitimada e celebrada, ou deslegitimada e criminalizada.

já citado Marco Temporal, que gerou acampamento histórico¹⁰ em Brasília em 2021 e repercutiu em diversas mobilizações nos estados e municípios brasileiros.

Na toada desse encontro, entre objeto empírico e pesquisadora, ecoou: Rio Grande do Sul, um estado quilombola. Apesar do imaginário sudestino racista de que no sul do Brasil a presença negra é inexistente ou quantitativamente insignificante, a luta territorial negra materialmente posta nos conta uma outra história. Porto Alegre é a capital brasileira com maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos.

Em trabalho inédito desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), vinculado à UFRGS, o *Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS*, são apresentadas nove comunidades quilombolas:

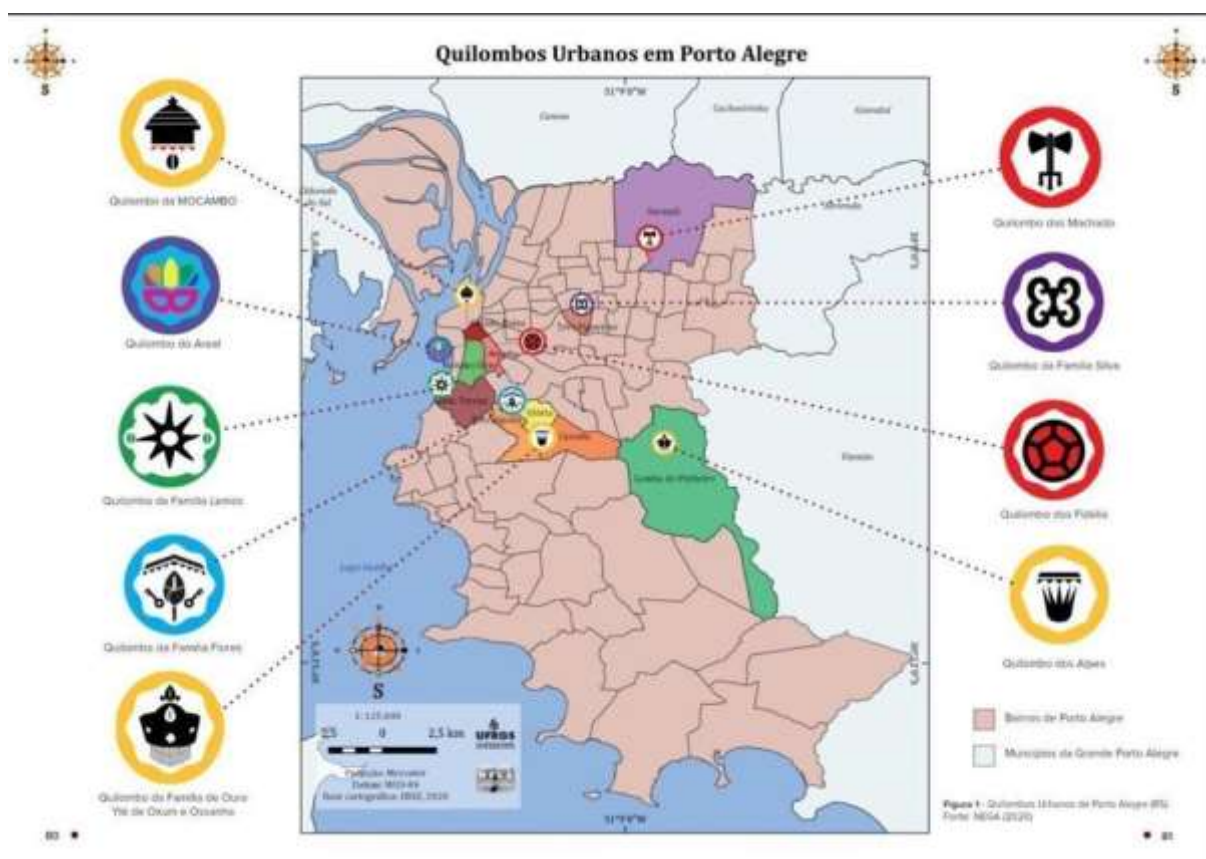
(1) Quilombo da Família Silva, primeiro quilombo urbano titulado no país, em 2009, e certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2004; (2) Quilombo do Areal da Baronesa, um dos testemunhos do antigo bairro Ilhota, com suas heranças do Carnaval, também certificado pela FCP, em 2004; (3) o Quilombo dos Alpes, comunidade centenária instalada no embrião da zona Sul de Porto Alegre e certificada pela FCP, em 2005; (4) o Quilombo do Fidélis, certificado pela FCP, em 2007, também testemunho da antiga Ilhota, que traz consigo a reivindicação diaspórica de quilombo, iniciada no Quilombo Rincão dos Negros, no interior do município de Santana do Livramento; (5) Quilombo dos Machados, a mais nova das comunidades quilombolas de Porto Alegre, mas com uma herança respeitável de saberes da religião da capoeira, certificada pela FCP em 2017; (7) o Quilombo da Família Lemos, instalado na Av. Padre Cacique, 1250, há mais de 50 anos e certificado pela FCP, em 2018; e o (8) Quilombo da Família Ouro e (9) a Mocambo, instalados nos bairros Lomba do Pinheiro e Cidade Baixa, respectivamente, ainda em processo de certificação pela FCP, que trazem consigo profundos laços junto à religião e ao Carnaval (BITENCOURT; PIRES, 2021, p. 35).

Durante o processo de elaboração da citada publicação, dois novos territórios somaram-se ao mapa da cidade: (10) Quilombo Santa Luzia, localizado no Jardim Cascata, bairro Glória; e (11) Quilombo Kédi, situado no bairro Três Figueiras. Esses territórios não estão incluídos na primeira edição, exatamente por serem recentemente autorreconhecidos.

Na mesma publicação é apresentada a cartografia da cidade, com indicação de cada um dos nove territórios pesquisados (Figura 01). A partir dessa produção, a análise do mapa permite tecer algumas relações relevantes para se pensar as disputas territoriais.

¹⁰ Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/08/com-seis-mil-pessoas-em-brasilia-povos-indigenas-realizam-maior-mobilizacao-pos-constituente/> Acesso em: 18 de julho de 2022.

Figura 1 – Reprodução Mapa dos Quilombos Urbanos em Porto Alegre



Fonte: Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS, p. 80-81 (2021).

Como os Quilombos do Areal e Mocambo, situados respectivamente no bairro Menino Deus e Cidade Baixa, áreas próximas à antiga Ilhota e as margens do Arroio Dilúvio, conjunto de região historicamente ocupada pela população negra, profundamente impactadas pela canalização do arroio entre os anos de 1941 e 1980. Por ali, na década de 60 ocorreram os maiores movimentos de remoções:

Paradoxalmente, o processo que saneou as áreas do Areal da Baronesa e da Ilhota para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-las ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos moradores, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio (VIEIRA, 2021, p. 81).

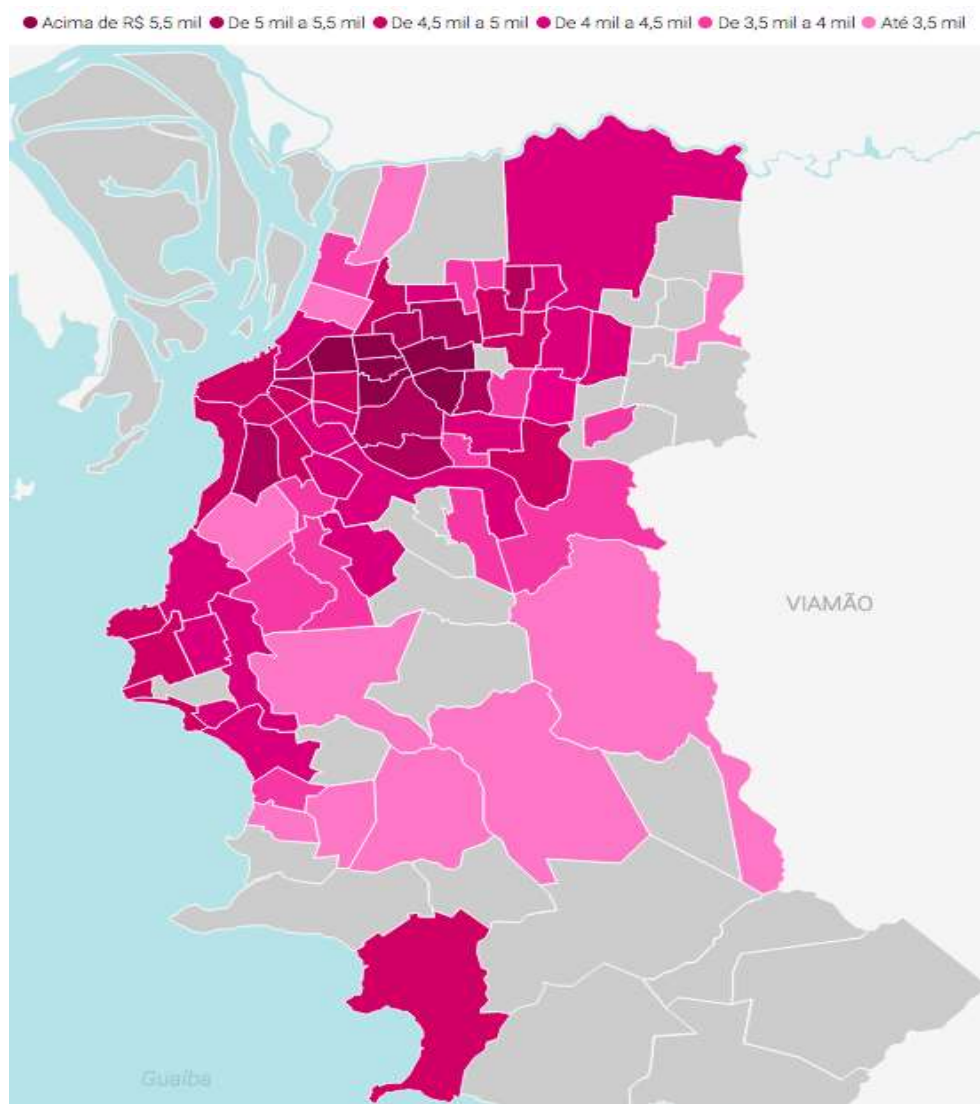
Atualmente, o bairro Menino Deus, possui um dos mais altos preços do metro quadrado da cidade, R\$ 5.442,13, e a Cidade Baixa ocupa posição apenas um pouco mais abaixo, R\$ 4.943,80 o metro quadrado¹¹. Segundo levantamento do Secovi em 2022 (Figura 02), os valores do metro quadrado em Porto Alegre variam de R\$ 2.424,80 a R\$ 7.311,55. O bairro menos

¹¹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/05/venda-de-imoveis-veja-o-mapa-com-os-bairros-mais-caros-e-os-mais-baratos-de-porto-alegre-cl3alker0003k019i4m1dk0au.html>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

valorizado é a Restinga, exatamente o bairro apontado por Vieira (2021) como um dos destinos dos removidos. Os Quilombos do Areal e Mocambo resistem a todo esse processo.

O Quilombo Lemos também se destaca pela posição geográfica. Localizado no bairro Praia de Belas, de frente para o rio Guaíba, na altura do estádio do Internacional, está em uma das áreas mais atacadas pela especulação imobiliária em parceria com a prefeitura municipal e estadual. Por ser uma região à margem do rio, possui diversas restrições ambientais de construção, porém sucessivamente desrespeitadas.

Figura 2 - Mapa de precificação do metro quadrado por bairro de Porto Alegre.



Fonte: ZERO HORA, 2022.

Por fim, destaco o Quilombo da Família Silva, que além de fazer história ao ser o primeiro Quilombo urbano titulado no país, no ano de 2006¹², localmente está situado no bairro Três Figueiras, região com o maior valor do metro quadrado da cidade, ou seja, os R\$ 7.311,55 indicados anteriormente.

Encaminhando a leitura, no subcapítulo 2.1 ESTRELA DA PRÁTICA, busco apresentar parte da trajetória da FQ, ilustrada com ações que julgo representativas da luta articulada na prática da organização. Para análise documental, parto dos arquivos digitais disponíveis na rede mundial de computadores e dos canais oficiais do coletivo, uma vez que a disponibilidade é facilitada e não prejudicada pela crise sanitária que traz diversos reflexos em nossas vidas e, conseqüentemente, no fazer das pessoas pesquisadoras. As principais fontes são: blog Frente Quilombola RS¹³, com publicações disponíveis de 2011 a 2013, a página da rede social Facebook e canal no YouTube, de mesmo nome¹⁴ e, conforme as necessidades da pesquisa, sites e blogs de parceiros e mídia em geral.

Já o subcapítulo 2.2 ESTRELA DA POLÍTICA está destinado a exposição das posturas políticas que direcionam a coletividade em sua luta antirracista. Chegando ao 2.3 ESTRELA DA ORGANIZAÇÃO, reforço os aspectos organizativos, para os quais estou voltada substancialmente, enfocando como os mesmos permeiam as ações trazidas anteriormente. A partir desse desenvolvimento, parto para a proposição de Princípio e Premissas que expressam a essencialidade da organização FQ.

2.1. Estrela da prática

Compreendo que a história da constituição de Porto Alegre, como capital quilombola do Brasil, está entrelaçada com a história da origem da FQ, tendo em vista que a titulação do Quilombo Silva forja ambos. Em um processo orgânico e pouco institucionalizado, é possível afirmar que a primeira grande conquista da FQ é anterior à sua constituição como tal, em uma bonita sintonia com o ditado iorubá: Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje. Como relata Onir Araújo, em entrevista ao canal Africanamente (2020), a FQ como

¹² Decreto assinado em 2006, titulação parcial emitida em 2009. O Quilombo possui seis terrenos, dos quais três estão legalmente titulados, enquanto os demais estão em processo de desapropriação e indenização (BITENCOURT; PIRES, 2021, p. 100).

¹³ Disponível em: <https://frentequilombola.wordpress.com/>

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteQuilombolaRs>

coletivo, propriamente dito, surge em meados de 2010, a partir de uma dissidência do Movimento Negro Unificado (MNU), que se efetiva em sua totalidade anos mais tarde.

Importante ressaltar que Onir Araújo é uma das lideranças centrais da FQ, militante negro, advogado, figura também como um dos mais velhos, sendo que, através da sua oralidade, é narrada a ruptura com o MNU. Ela se passa em um cenário de institucionalização do Movimento, em conjuntura com a realocação de diversas lideranças do Movimento Social em posições dentro Estado, no contexto dos governos de base de esquerda de 2003 a 2016, processos que geraram grandes impactos na luta social organizada.

É evidente que a linearidade cronológica entra em choque com a realidade dos Movimentos Sociais e da organicidade de suas lutas. O Quilombo Silva junto com a FQ – no sentido de os lutadores sociais envolvidos – enfrentaram um cerco da Polícia Militar (PM) em 2005; em 2009, houve a titulação do território e, no ano seguinte, em 2010, o mesmo Estado que titulou a área invadiu o Quilombo, através do seu braço armado, a PM, torturando as pessoas moradoras. Mostrando que, para além da regularização fundiária, a luta pelo reconhecimento social efetivo dos Quilombos está sempre a mercê, evidenciando o racismo estrutural da nossa sociedade.

Também nesta mesma teia de eventos, ações e reações, Araújo cita a importância da luta territorial em contexto urbano de Porto Alegre para a efetivação das cotas raciais e sociais na UFRGS em 2007, como uma das primeiras frutificações da luta da FQ. Novamente, na ocupação da reitoria da universidade, houve presença das lutadoras e lutadores que compõe a FQ e que, naquele cenário, já travavam uma luta jurídica pela titulação do Quilombo Silva, em reverberações difusas que tecem a organicidade da luta social, onde uma luta impacta a outra.

É inclusive salutar retornar cronologicamente um pouco mais para a própria construção da reivindicação por reparação histórica e humanitária, que tomou corpo na Conferência de Durban, em 2001¹⁵. Esse evento gerou desdobramentos potentes nos Movimentos Sociais, em especial no Movimento Negro, e consequentemente na FQ, que terá na busca por reparação uma das suas principais bandeiras, tanto nas lutas próprias como nas quais figura como apoiadora, como a citada ocupação da reitoria da UFRGS.

A primeira publicação do blog da FQ data de 21 de julho de 2011 e relata o Encontro ocorrido em 16 do mesmo mês no Quilombo da Família Silva. Além da importância em termos

¹⁵ Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul.

organizativos de luta, o citado evento evidencia o caráter de frente de luta, no sentido de um espaço comum formado por diversos grupos com reivindicações de luta em comum que geram essa nova estrutura, que não corresponde à totalidade finalística de cada grupo em particular. São citadas como componentes do encontro MNU, Levanta Favela, DCE da UFRGS, IACOREQ, Odomode, Coletivo Catarase de Comunicação Independente, RDCWEBBRASIL-POA, além de quilombolas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

A Carta Quilombola Negra e Popular é uma publicação fruto da citada atividade, direcionada em especial para a construção do 4º Encontro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), ocorrida na capital carioca entre os dias 03 e 07 de agosto de 2011. Missiva na qual se mostrava um sentido de enfrentamento e disputas: “alertamos que o momento é de unidade, vimos a público denunciar todos aqueles que procuram isolar o movimento quilombola do conjunto dos movimentos negros e sociais” (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2011?).

A disputa em torno da posição da luta territorial quilombola será central na ruptura com o MNU e continua sendo uma questão de enfrentamento até a atualidade. Desracializar a luta quilombola se mostra como uma estratégia possível de ser evocada em diversos contextos, por diversas organizações sociais – principalmente através da substituição da luta por território pela luta por moradia. A despeito da sua importância e validade, esse direcionamento não dá conta do conjunto de reivindicações que representa a luta Quilombola, em específico. O território é mais que moradia. Essa é uma afirmação constante na prática política da FQ.

Frente de Luta Negra, Quilombola e Popular; Frente de resistência Quilombola do RS; Frente de Resistência Quilombola, Indígena, Negra e Popular e também o uso formal da instância do MNU, Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas – Seção Porto Alegre/RS, são algumas das formas de referência registradas nas primeiras publicações externas, chamando a atenção para a forma inconstante de se nomear o Movimento Social. A inclusão e exclusão de grupos no nome parece refletir escolhas políticas e entendimentos conceituais, assim como a formulação para atividades específicas.

Em 2012, dentro do Fórum Social Temático, em 28 de janeiro, se reuniram no Quilombo Silva diversos ativistas e Movimentos Sociais para debater política, sociedade e perspectivas de futuro. A atividade chamada pelo Comitê Popular da Copa do Centro de Porto Alegre¹⁶ e

¹⁶ Em 30 de outubro de 2007 o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo FIFA de 2014.

pela Frente Quilombola, se voltava para a agenda dos megaeventos no Brasil e para as reverberações que trariam. A denúncia de desdobramentos sociais, ambientais e políticos vislumbrados, assim como a organização para mobilizações de diversas frentes, compunha centralmente a agenda. Cada avanço do mercado e do Estado trazendo a bandeira da Copa como argumentação seria enfrentada no marco do ataque às comunidades tradicionais, periféricas e de resistência ao capital:

Para realizar todas essas obras, neste momento, os grandes capitalistas e o governo brasileiro usam a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e das Olimpíadas em 2016 para alterar a legislação brasileira e legalizar as exceções, que representam as necessidades destes grupos econômicos para aumentar o controle sobre a população que possa se rebelar contra estes absurdos que alteram a qualidade da democracia brasileira. Um destes instrumentos é a lei geral da Copa, que servirá também para as Olimpíadas e inaugurará esta nova fase jurídica, financeira e política de tratar com violência os direitos destas populações oprimidas, excluídas e exploradas (STRACK, 2012a).

Figura 3 - I Assembleia dos Povos



Fonte: À esquerda registro de Tiago Miotto, à direita fotografia de Jorge Aguiar, 2013.

Em 2013, uma das ações de luta de grande relevância ocorreu na construção da I Assembleia dos Povos, na Praça Matriz de Porto Alegre, na qual por volta de 400 participantes acamparam em vigia no dia 29 de agosto (Figura 3). Assembleia voltada à organização conjunta de territórios indígenas e quilombolas. Para além da articulação comunitária, estava na agenda reunião com representantes estaduais para as 14 horas, contudo a ocorrência foi de uma ofensiva por parte da Brigada Militar contra as representações que apenas cobravam a reunião acordada. Em resposta, a BM avança em direção ao acampamento em sua totalidade, que contava com a presença de inúmeras crianças, agravando a periculosidade da ação e o desrespeito de leis, inclusive ao ECA¹⁷.

¹⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente em vigência desde 1990.

Á época, Tarso Genro (PT) estava à frente do governo estadual, fato que contribui para uma postura de oposição aos chamados “governos de aliança”, atribuição tanto aos partidos de esquerda quanto de direita, em especial a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores à posição da Presidência da República. Essa posição fica explícita na avaliação dos governos federais publicizada, que pode ser transposta também para governos estaduais:

De Collor de Melo, passando por FHC, Lula da Silva até o atual governo de Dilma Rousseff, a política de Estado obedeceu cegamente às ordens advindas dos setores ultra conservadores do agronegócio. A fim de garantir a governabilidade, os sucessivos governos, em nível federal, patrocinaram inúmeras violações aos direitos humanos das comunidades quilombolas brasileiras (STRACK, 2012b).

Na mesma perspectiva, em 2014, no marco da disputa da Marcha do 20 de novembro se dá mais um passo em direção a ruptura, em definitivo, com o MNU. Com diversas críticas sobre o processo organizativo da mobilização oficial, que, em 2013, tinha sua sétima edição, é construída a 1ª Marcha Zumbi Palmares¹⁸ (Figura 4). Em vídeo, na sequência do ato, Karen Santos¹⁹, Onir Araújo e Cacau Soares fazem balanço sobre a construção e pautas da mobilização. Araújo explicita que “várias atitudes antidemocráticas, desrespeitosas por parte de setores do próprio movimento social negro ligados umbilicalmente ao governo e ao Estado” (BJORNALISMOB, 2014) levaram a construção do Comitê Porto Alegre da Marcha contra o Genocídio da População Negra.

Figura 4 – 1ª Marcha Zumbi dos Palmares – independente, classista e de luta.



Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B, 2014.

¹⁸ A partir de 2015 a Marcha é renomeada para Marcha Independente Zumbi Dandara.

¹⁹ Atualmente em mandato de vereadora em Porto Alegre, compôs a chamada bancada negra juntamente com Matheus Gomes (Psol), Laura Sito (PT), Bruna Rodrigues (PCdoB) e Daiana Santos (PCdoB). Karen dos Santos (Psol) em 2020 foi a vereadora mais votada da capital.

Na mesma entrevista, Karen pontua que o genocídio não vem apenas através de assassinato direto das negras e negros, que à época se denunciava na casa de 83 mortes por dia, mas sim também pela desestruturação de restaurantes populares, que atendem primordialmente a população de rua, pela não titulação de terras e territórios quilombolas e sistemáticas ações de despejos nas periferias, em especial na onda da Copa, caracterizando segundo a entrevistada “as ‘n’ formas do genocídio negro, que não é só pelo assassinato” (BJORNALISMOB, 2014).

Nessa arena de disputa com as práticas das organizações cooptadas se consolida a OLPN (Organização para Libertação do Povo Negro) que, entre seus objetivos, está resgatar a gênese do MNU, que na avaliação das pessoas dissidentes consideram deturpada pelas alianças políticas/partidárias (Figura 5). Em texto sobre a formalização da nascente organização Reginaldo Bispo apresenta o tripé fundamental da OLPN:

1. A Luta pela Reparação Histórica, em decorrência dos crimes centenários de Leza [*sic*] Humanidade, praticados pelo colonialismo, o tráfico e comercio e escravização de negros e indígenas e o Genocídio do Povo Negro pelo Racismo e os Racista;
2. A elaboração de um Projeto Político do Povo Negro para o Brasil, um projeto de Nação, que inclua todos os brasileiros
3. A construção de uma Organização Política Negra, Autônoma e Independente de políticos, partidos e governos (BISPO, 2021).

Figura 5 – Registro do Encontro para formalização da OLPN.



Fonte: Arquivo OLPN, 2014.

Importante ressaltar que, da perspectiva dessa pesquisa, as disputas e conflitos estão em consonância com a vivência política. Não se tratam de processos ou disfunções essencialmente contraditórios, no sentido de impossibilitar a continuidade da luta ou de serem barreiras que se objetivam eliminadas. A luta se faz potente no contraditório. A FQ por ser uma organização

suprapartidária, se posiciona primordialmente como oposição aos governos vigentes, mesmo com as coligações de esquerda, com quem possui a priori algumas convergências de base. Não se trata de compreender todos os governos no mesmo patamar, mas da experiência da luta territorial ser mantida sistematicamente em um campo de batalha, independente da coalização partidária eleita.

Na mesma toada de complexidade das relações e posições, a luta antirracista da FQ tem por objetivo final a derrocada do sistema capitalista intrinsecamente racista, mas que se utiliza dos meios estatais para empreender boa parte de suas batalhas. A titulação de territórios quilombolas se dá pela justiça oficial e desse ponto de vista pode ser lida como uma postura que legitima o sistema, porém é radicalmente contrária à manutenção da estrutura. Credo que, ao conferir possibilidade de vida aos sujeitos atacados sistematicamente pelo Estado, e ao adjetivar a propriedade para algo distinto da propriedade privada capitalista está se atacando as bases de sustentação do sistema social e econômico.

Figura 6 – Audiência pública contra os despejos e remoções forçadas em áreas urbanas, quilombolas e indígenas.



Fonte: SILVA, 2015.

Mais uma das exemplificações de luta por dentro do sistema é a participação em Audiências Públicas. Em dezembro de 2015²⁰, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa (Figura 6), diversas organizações sociais se mobilizaram contra as remoções forçadas e despejos em áreas urbanas, em especial na grande Porto Alegre. Quilombolas e população indígena, em conjunto, lutavam por uma pauta comum e unificada através da Mesa

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/212863249046433/permalink/215370548795703>. Acesso em: 23 de março de 2022.

Autônoma de Conflitos, abrindo perspectivas fundamentais para enfrentamento de sucessivas retiradas de direitos.

A Audiência também se consolidou como uma oportunidade de denunciar a tentativa de esbulho ao Quilombo Flores, perpetrada meses antes pela Fundação Marista. A unidade Assunção da fundação, mesmo sem comprovação de propriedade, avança sobre a comunidade para construção de estacionamento e de muro na área do território. Em entrevista à Fabiana Reinholz do Brasil de Fato, Geneci Flores, principal liderança do Quilombo, rememora:

O primeiro esbulho foi numa terça-feira. A gente ouviu um barulho de máquina, fomos ver e o maquinário ia entrando. Eu fui lá para tentar dialogar com o pessoal, entre eles estava um representante do Marista. Eu falava e a máquina continuava tocando, e ele não me deu ouvidos. Tive que chamar o meu advogado, que trouxe os papéis do terreno, dizendo que a gente já tinha, há três meses, reaberto uma ação de usucapião. Havia uma ação que estava arquivada, de 1983. Uma prova que o meu pai já tinha tentado, por meio judicial da lei branca, fazer as coisas corretas. E mesmo assim não fomos ouvidos, mesmo assim eles tentaram passar por cima (FLORES, 2022, *online*).

Em 05 de agosto de 2017, é emitida a certidão de autodenificação da comunidade, marcando oficialmente o pleito de remanescentes quilombolas (BITENCOURT; PIRES, 2021), até então, como relata Geneci (Figura 7), a luta era travada legalmente em termos de usucapião. Em 05 de dezembro de 2019, equipe do INCRA vai até a comunidade em cumprimento a ação civil pública do Ministério Público Federal que define que o órgão “desenvolva (com eficiência e celeridade) e conclua o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da área territorial referente à Comunidade Quilombola Família Flores da Silva” (DORNELES, 2019, *online*).

Figura 7 – À esquerda registro de visita no INCRA ao Quilombo Flores, à direita Geneci Flores.



Fonte: À esquerda Dorneles, 2019. À direita Reinholz, 2022.

À repórter do Brasil de Fato, Geneci ressalta a influência de participar da FQ para a postura diante da luta territorial “A gente tinha medo da repressão da lei. A Frente mostrou que a gente não tem que ter medo, a nossa história é tão rica, que a gente tem que ter voz, a gente tem que falar, tem que denunciar” (FLORES, 2022, *online*). Por fim, conceitua “quilombo é a nossa terra, a mãe-terra, onde a gente não se vende. Isso que nós quilombolas viemos mostrar, que nós não temos preço, a nossa terra, nossa ancestralidade, a nossa história não tem preço” (FLORES, 2022, *online*).

Nessa toada retorno para o ano de 2017, no qual em 25 de novembro ocorre o Encontro Afro-Indígena Anti-Colonial na Aldeia Kaingang do Morro do Osso (Figura 8). Em entrevista Mãe Paty do Terreno Ilê de Oxum na Lomba do Pinheiro, que mais tarde será conhecida como a principal liderança do Quilombo Ouro, fala sobre as dificuldades da livre expressão da fé: “a gente enquanto povo de Terreiro tá sofrendo muito, perdendo os espaços. Hoje em dia, a polícia bate dentro do teu Terreiro e diz que tu tem horário para baixar teu tambor, sendo que o nosso culto é livre. Então a gente não tá tendo essa liberdade enquanto religioso de matriz” (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2017, *online*). Desse modo, ressalto que a religiosidade afro-brasileira é uma expressão muito importante para Quilombos, na FQ nenhum território tem a religião cristã como dominante.

Figura 8 – II Assembleia dos Povos.



Fonte: Arquivo FQ, 2017.

Na mesma entrevista, Mãe Pati ressalta a importância de alianças de luta, de agregação popular, chamando para que a “gente mostre a força do negro, a força do índio, a força de quem quer lutar e teje junto com nós nessa luta também dos municípiários. É importante a gente falar

sobre esses 40 dias de greve que não foi porque o professor não quer dar aula e sim porque o professor necessita de seu salário” (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2017, *online*).

Em outra entrevista do mesmo Encontro, Jamaika, liderança do Quilombo dos Machado, salienta a importância da realização da articulação. Na agenda do Encontro está a função de colaborar com a organização da próxima Assembleia dos Povos, que acabou tendo duas edições em 2018. Para além de não haver uma definição dura de periodicidade da atividade, houve consenso da peculiaridade do ano, diante da situação política e social, as comunidades privilegiaram dois encontros de fôlego para ações de fortalecimento e organização conjunta.

A segunda edição de 2018 ocorreu entre 23 e 25 de março na comunidade Quilombo Fidelix. Lideranças quilombolas, indígenas e representantes da população de rua promoveram diversas ações em prol da luta, fortalecimento das comunidades, debates políticos e espaço de celebrações. Na mesa de abertura, o etnógrafo Mestre Ciça de Oyó, as lideranças Quilombolas Sergio Fidélis e Maria Lígia da Silva, os indígenas Valdomiro, cacique da aldeia Kaiagang do Moro do Osso, e André Benites, cacique da retomada Guarani em Maquiné, em conjunto com Onir Araújo representando a organização FQ, iniciaram a jornada da Assembleia.

Em registro da Assembleia, Reginaldo Bispo descreve panoramicamente as discussões postas:

Hoje, entre outras questões foi tratada a questão da reparação e amanhã eu também vou tá falando sobre a reparação como tática da construção do projeto político do povo negro, indígena para o Brasil. Essa proposta vem colocar uma questão que é oposta a perspectiva e projetos que o Brasil tá vivendo (...) ou seja, eleição, alternância de poder, manutenção do capitalismo, com alguma liberdade e democracia. O que jamais vai ser possível sem a participação plena da população, do povo brasileiro. A maioria negra e indígena, da maioria pobre, da população das periferias (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2018b).

A crítica contundente de Bispo ratifica a postura em prol de uma construção política de nação que seja oposta ao modelo eurocêntrico e colonizador. Inspirada em experiências na África do Sul e Bolívia, defende a perspectiva de Estado compartilhado, que se configura em participações proporcionais dos grupos étnicos componentes da sociedade nas instâncias de poder.

Em outra entrevista da série, a indígena Angélica Kaingang, inicialmente, fala sobre sua construção como liderança, que como mulher Kaingang ocorre a partir do ingresso na UFRGS como estudante de Serviço Social. Na sequência, reforça a essência da Assembleia:

(...) vejo esse espaço como um espaço de aprendizagem, desses vários povos aqui presentes (...) a gente precisa muito de estratégias para enfrentar (...) a bancada ruralista, o capitalismo (...) que vem sobrepondo né e tentando exterminar com nossas vidas, seja fisicamente/espiritualmente. Então é dessa importância é que eu falo da gente poder unir nossas forças (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2018a).

A preocupação com as perspectivas políticas de 2018 tem seu ápice de confirmação na manhã de 07 de novembro, com a violenta tentativa de reintegração de posse promovida pelo Estado sobre o Quilombo Lemos, à favor do Asilo Padre Cacique. Cercada a comunidade pelo Batalhão de Choque da Brigada Militar, caminhão de mudança, retroescavadeira e oficial de justiça, com a ordem da saída das famílias em até 30 minutos (Figura 9).

Figura 9 – À esquerda Batalhão de choque e oficial de justiça. À direita registro dos irmãos Lemos na resistência.



Fonte: À esquerda Sul 21, 2018. À direita Souza, 2018.

A ação com inúmeras ilegalidades foi barrada pela rápida mobilização em duas frentes: no âmbito jurídico e fisicamente na ocupação do território. Para a resistência do Quilombo houve construção de barricadas de proteção e vigília constante das pessoas integrantes da FQ, apoiadores de organizações sociais e sociedade civil, durante as duas semanas de cerco e tentativas sistemáticas da efetivação da reintegração de posse. Conforme Sandro Lemos, principal liderança do Quilombo Lemos, a repórter Natalia Collor, “Foi muito traumatizante, minhas sobrinhas choravam, as crianças choravam. Todo mundo estava com medo” (COLLOR, 2018, *online*).

A história do Quilombo Lemos é bastante representativa das relações raciais no âmbito do trabalho, Delzia Lemos e Jorge Lemos se mudaram para a localidade devido ao trabalho. Jorge foi zelador do Asilo Padre Cacique por 46 anos, Delzia lavadeira da instituição por 35 anos. Em 2008 após a morte de Jorge o Asilo comunicou que a família deveria sair do local, pois o território ocupado pela família desde 1964 foi dado por meio de usucapião ao asilo!

Em texto de Amigos da Terra Brasil (2018, n.p) a análise é certa:

A dedicação integral dos Lemos ao asilo não deve ser novidade a ninguém, infelizmente: as famílias negras sempre cuidaram das brancas, de crianças a idosos, ao custo de seu próprio bem-estar e o de suas famílias. Leia bem as entrelinhas da ordem de despejo, o que está dito é: negro aqui, só se for pra trabalhar (...) agora, falecido o zelador-faz-tudo, veem como mais proveitoso a venda do local.

Em meio ao ataque, no dia 12 do mesmo mês, é emitida a certidão da Fundação Palmares, transferindo o âmbito jurídico da disputa para o governo federal. Em reportagem da Zero Hora o Presidente do Asilo, Edson Brozoza, “acusa de haver no Brasil ‘uma série de grupos oportunistas que, vislumbrando a possibilidade de obter proveito próprio, passaram a pleitear o reconhecimento de falsas comunidades remanescentes de Quilombo’” (WEBER, 2020). Brozoza ainda afirma que é uma “auto declaração de quilombolas de conteúdo ideológico falso” (WEBER, 2020, online). Mesmo com a vitória da manutenção do território e início legal do processo de regularização fundiária do Quilombo, em 2020, em plena pandemia mundial a comunidade é acossada novamente (BITENCOURT; PIRES, 2021).

A IV Assembleia dos Povos ocorreu em dezembro de 2019. É importante ressaltar a centralidade dessa agenda para a luta territorial protagonizada pela FQ. A conexão entre as reivindicações negras e indígenas são potentes e históricas, remontam a resistência, a escravização e a ruptura com o sistema de exploração através dos Quilombos e resistência dos Aldeamentos em colaboração. A população indígena era chamada de “negros da terra”, indicando a subjugação pretendida pelos europeus sobre os povos. Assim, há uma união e compartilhamento de histórias, cosmovisões e projetos de nação. A Assembleia se configura como uma atividade de fôlego para o cultivo das relações que se estendem para além dessa atividade em específico, como já demonstrado nesse relato.

A partir de 2020, a agenda imposta pela pandemia mundial de COVID-19 torna-se a principal meta de ações. Em 15 de maio de 2020, em entrevista a TVE, Luís Rogério Machado (Jamaika) e Onir Araújo trazem a público a campanha de arrecadação de alimentos que busca permitir que a comunidade possa, minimamente, manter a saúde e a vida. Araújo pontua que, a maioria das pessoas da comunidade, são empregadas precariamente em sistemas de diárias e terceirização, contribuindo ainda mais para o corte da renda das famílias. Na época, não havia nenhuma confirmação de infecção por COVID na comunidade, mesmo que a gestão de cuidados e cumprimento de protocolos da OMS fossem implementadas de forma autônoma pelas lideranças Quilombolas, sem ação das representações do sistema público de saúde.

Jamaika ressalta a luta pela subsistência e apoio às famílias na mesma situação: “a gente aqui tá fazendo uma campanha de alimentos para que a gente possa distribuir, não só dentro da comunidade, mas nos sete²¹ Quilombos urbanos, fora as comunidades no entorno (...) às periferias do lado e também para os povos de terreiro” (FRENTE QUILOMBOLA RS, 2020).

²¹ Referência aos territórios mais ativos no período.

A fala ressalta a visão de compromisso das comunidades Quilombolas com as comunidades que compartilham a posição de descaso governamental, social e político.

Em 2021, experienciei participar de uma Audiência Pública em conjunto com a FQ, ocorrida como parte da discussão envolvendo a região da Ponta do Arado, no extremo sul de Porto Alegre. Na ocasião, a prefeitura em parceria com construtoras e proprietários da Fazenda da Ponta do Arado, buscava alterar o plano diretor da cidade, para permitir a construção de um grande empreendimento imobiliário na área. A proposta prevê a sobreposição de áreas de preservação ambiental e territórios indígenas. Na ocasião, a truculência e o racismo foram explícitos, indígenas foram impedidos de participar do debate e até mesmo de ingressar no recinto comunitário que abrigava a parte presencial da audiência híbrida. Sebastião Melo afirmou, em entrevista, “que botaram num avião um índio de Santa Catarina para dizer que morava ali” (ÁVILA, 2021, online), no intuito de desqualificar a denúncia de invasão de terras indígenas.

A fala do prefeito reafirma a ideia do Rio Grande do Sul como um estado originalmente branco e europeu. A proposta em sua totalidade confirma que mesmo com o amparo jurídico – como demarcação de áreas de proteção ambiental – o mercado capitalista tem possibilidades de sobrepor-se às vidas consideradas de segunda classe. Essa pontuação não visa, em nenhuma instância, reduzir a importância de titulações, regularizações e demarcações, visa sim reforçar a importância do horizonte da luta radical, da ruptura com o sistema capitalista e a conquista de um viver autogestionado a partir dos marcos civilizatórios dos povos originários.

2.2. Estrela da política

Como coletividade, as pessoas integrantes da FQ orientam sua luta evocando o movimento Quilombista, o pan-africanismo e a perspectiva palmarina. A fim de compreender o significado dessa herança reivindicada, visito primeiramente o texto *O Quilombismo* de Abdias do Nascimento (2002) e na sequência o verbete República dos Palmares, presente no dicionário elaborado por Clóvis Moura (2013), em busca de elementos representativos da prática da Frente Quilombola.

Abdias conceitua Quilombismo, em uma junção de experiências materiais e culturais, que originam uma perspectiva centrada no povo negro:

(...) formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômica-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas (...) Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios,

terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta *prática* afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (NASCIMENTO, A., 2002, p. 264-265, grifo do autor).

Nesse sentido o Quilombismo se posiciona em confronto ao eurocentrismo (NASCIMENTO, E. 2002), tendo em vista ter valores civilizatórios distintos, ao mesmo tempo que deve ser encarado como um arcabouço de conhecimentos em condições de igualdade para o universalismo. Possibilitando assim que, as lutadoras e lutadores sociais, partam de uma perspectiva de valorização histórica e cultural pan-africanista, que, entre outras características, se configura em um referencial que positiva aspectos comunitários, coletivos e de oposição ao sistema do capital:

Como sistema econômico o quilombismo tem sido adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmos do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e dos outros elementos da natureza (NASCIMENTO, A., 2002, p. 272-273).

Há confluência entre as bases Quilombistas de Abdias e o modo organizativo que Clóvis Moura fornece à República de Palmares:

Quanto à forma de produção, predominava um sistema de trabalho que se chocava com a *plantation* escravista existente na Colônia. Prevalcia o trabalho cooperativo e comunitário (...) A estrutura militar de Palmares não defendia a propriedade privada, mas a propriedade da República em seu conjunto (MOURA, 2013, p. 349-350).

Nesse sentido, se entrelaçam o movimento Quilombista, a herança palmarina e os dois pilares centrais que identifiquei nessa luta territorial da FQ: território como bem coletivo inalienável e território como meio para a reprodução da vida. A luta pela posse territorial com características distintas da propriedade individual e passível de venda é de uma radicalidade profunda, uma vez que entra em contradição com a base material da sociedade capitalista: a propriedade, colocando em xeque a base que sustenta a mercantilização do mundo.

Enquanto o capitalismo deixou grande parte da humanidade apenas com o direito de venda da sua capacidade de trabalho, a radicalidade da luta quilombola se encontra na potencialidade de permitir a reprodução da vida, não fora do sistema do capital, mas em posição de enfrentamento. O território, potencialmente, pode cobrir necessidades básicas humanas,

provendo às pessoas uma liberdade para além da luta pela sobrevivência dentro dos parâmetros impostos pelo Capital.

Na busca por tornar essa potencialidade uma realidade, a FQ aposta no uso do ordenamento jurídico como ferramenta de disputa e luta territorial. A partir da referência negra, captam das Leis do Estado as partes que lhes beneficiam para o embate. Nesse sentido, o conjunto formado pelos artigos 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) são evocados continuamente, onde o primeiro reconhece o direito aos territórios e o dever do Estado de regularizá-los, conforme descrito: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos”.

Artigos da Constituição (BRASIL, 1988) que versam sobre a cultura também são evocados, sendo destaque o Inciso 1 do artigo 215 “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. No Inciso 5 do artigo 216 “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 1988). Soma-se, ainda, a legislação nacional a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, da qual o Brasil tornou-se signatário em 2004.

É importante reforçar que a relação da FQ com o Estado não se estabelece a partir de uma ótica reformista, contudo o coletivo usa das ferramentas disponíveis para empreender sua luta, inclusive as ferramentas que compõem o arcabouço do Estado brasileiro, diante do qual se coloca como opositora. Assim, a **radicalidade** é característica essencial da luta antirracista da Frente Quilombola. Radicalidade expressa em frentes interconectadas, primeiro através da **propriedade adjetivada como coletiva**, que altera, defendendo, a substância do conceito capitalista de propriedade privada. A outra faceta da radicalidade está na racialidade como componente primordial da luta organizada. A luta da FQ é **racializada**.

Travar uma luta radical, racializada, contestadora do entendimento de propriedade privada e propositiva do território como um espaço de vida e liberdade, se configura em uma disputa da própria ideia de nação. Como ilustra a bandeira estendida na V Assembleia dos Povos, com o dizer: “criar um mundo onde caibam outros mundos” (Figura 10).

Figura 10 – V Assembleia dos Povos.



Fonte: Acervo particular, 2021.

Enquanto este mundo possível está restrito somente aos que congregam de seu ideal ao negar o modo de organização social capitalista, tradições são um forte componente do viver do corpo social. Nesse sentido, Quilombolas, assim como povos originários, possuem um forte senso de respeito e **valorização dos mais velhos**. Como já mencionado, Onir Araújo, figura nesse local e não está só, tem a companhia de Mestre Paraquedas, dos patriarcas das famílias Fidelix e Silva, entre outros griôs²² das comunidades Quilombolas. Também é importante referenciar em reverência, que, durante a pandemia do Coronavírus, os Quilombos Flores e Ouro perderam suas matriarcas: Rosalina da Costa Vanconcellos e Mara de Fátima Peres da Rosa, respectivamente.

A valorização dos mais velhos não é aspecto supérfluo, pois marca uma lógica distinta das organizações empresariais capitalistas, que trabalham no paradigma utilitarista e, por isso, de descarte, com uma suposta ideia democrática encarnada na meritocracia. Assim, metaforicamente, podemos pensar que a racialidade marcada pela luta da população negra balança a base da sociedade brasileira, enquanto a valorização das mais velhas e mais velhos ataca o sentido da estrutura, colocando mais uma vez em suspenso a estrutura social hegemônica, com inversões potentes.

²² Denominação de origem africana para sábios contadores de histórias.

O sentido é invertido, pois a estrutura é, potencialmente, modificada quando os valores obedecem aos critérios de outra natureza – mercado versus reprodução da vida, por exemplo – assim, tanto os lugares sociais são importantes quanto a forma de relacionamento. A formatação diferente da perspectiva organizativa empresarial é facilmente observável, principalmente, em encontros maiores. Como pude vivenciar, especialmente, na V Assembleia dos Povos, citado anteriormente, e no II Seminário, ocorrido no Quilombo do Machados em 13 de março de 2022. Essa prática configura a **horizontalidade e a autogestão** como parâmetros essenciais para o desenvolvimento sistêmico da luta antirracista.

As características ressaltadas, dentro do marco da essência da organização FQ, não tem por objetivo traçar uma concepção romantizada do Movimento Social, no qual todos os ideais se manifestam em sua totalidade e sem contradições, defender algo assim seria, no mínimo, prova de uma visão ingênua da realidade. Antes, então, o intuito está em ressaltar parâmetros fundamentais para a concretização objetiva da organização, sendo perseguidos todos os dias como horizonte, mesmo em meio a contradições e limitações de diversas naturezas.

2.3. Estrela da organização

Minha aproximação na FQ, como já mencionada, se deu a partir de agosto de 2021, assim a historicidade apresentada na seção anterior decorre de pesquisa e estudo, não de experiência direta. Assim, nessa seção, tenho como intenção relatar a dimensão organizativa a partir da minha experiência direta em loco.

Atualmente, dos onze territórios quilombolas de Porto Alegre, oito estão congregados na FQ, como citado na introdução. Há uma flutuação ao longo do tempo nessa composição, em especial do que poderia ser descrito como “núcleo duro”, ou seja, territórios mais presentes nas reuniões organizativas e atividades em geral. Contudo, essa dinâmica é esperada em certa medida, especialmente, em grupos políticos. A especificidade pode ser encontrada quando contraposta com o caminho dos territórios em direção a regularização fundiária e na sua subsequente aproximação ou afastamento da coletividade.

Certo é que diversos Quilombos apostam na **luta coletiva organizada** como uma ferramenta para reagir aos ataques aos seus territórios e, em última análise, ao seu direito de existir. Nesse processo de organização o cerne se estabelece nas reuniões ordinárias, que ocorrem toda terça-feira no turno da noite; dinâmica adotada e mantida por aproximadamente dez anos. Durante boa parte desse período, as reuniões ocorreram em local de grande

importância histórica para o movimento negro. O Bar da Carla, contudo, em decorrência de problemas de saúde da proprietária somados a todas as dificuldades decorrentes da pandemia, essa tradição está por hora em suspenso e se opta pela prevalência do modo virtual.

As reuniões têm por princípio um caráter de avaliação conjuntural e de organização prática de atuação. As especificidades de pautas não serão destrinchadas com maior profundidade, pois há uma dimensão de privacidade e segurança da coletividade. Para o escopo da dissertação, é importante pontuar o caráter de prática estabelecida, da participação voluntária, mas bastante valorizada.

Operacionalmente, a pauta semanal é proposta antecipadamente ou construída **coletivamente** no início da reunião. A dinâmica presenciada ocorre de duas formas de maneira mais frequente, uma mais rígida, com mesa estabelecida – com inscrições de falas, com pessoas designadas para organizar a sequência de intervenções, pessoa para controlar o tempo das falas e para redigir a relatoria – e, outra, mais orgânica, sem delimitação de tempo para intervenções e diálogo fluído. Nessa dinâmica é mantida, preferencialmente, a relatoria. Em ambas modalidades há, normalmente, estabelecimento de teto (horário limite para a reunião finalizar), sendo que, na forma com maior rigidez, essa delimitação é melhor respeitada.

Nesse espaço de construções, informes e alinhamentos, a liderança de Onir Araújo é marcada, normalmente, é dele a fala inicial com a apresentação conjuntural. Também de grande relevância são as inserções das lideranças quilombolas presentes, em especial, centradas em questões específicas de seus territórios. No decorrer da reunião, é incentivado que todas pessoas presentes se manifestem e participem das pautas semanais. É caro para a organização reforçar o **caráter de coletividade**. Pelo viés privado e de segurança, essas reuniões não possuem convidados externos.

No quesito da preponderância da liderança de Onir, essa característica não se encerra na figura individual do advogado, expressando a prática de uma característica importante de cunho civilizatório, a saber, a **valorização dos mais velhos**. Ao identificar essa característica peculiar, fui remetida ao texto *A miragem de uma branquidade não-marcada* de Ruth Frankenberg que alerta: “o olhar branco se reinstaura, mesmo quando se faz um esforço para afastá-lo” (2004, p. 316). Fazendo uma transposição para a empresa capitalista – e por isso, eurocêntrica e branca – sua estrutura, facilmente se reinstaura como modelo. De fato, nessa análise, o ponto de referência é a FQ, contraposta a organização do capital, com as vantagens e limitações que o

fato traz consigo. Em oposição à valorização da **memória**, especialmente, nas figuras de pessoas anciãs, temos o viés utilitarista do descarte das pessoas consideradas “improdutivas”.

Para além das reuniões ordinárias se estabelecem reuniões extraordinárias – que seguem o mesmo rito, diferenciando-se por serem puxadas por uma pauta específica que exige um tratamento emergencial – e, encontros de maior fôlego como seminários, plenárias e assembleias. Particpei da organização de seminários e plenárias. Para tais propostas é necessário se definir local – de preferência algum dos territórios Quilombolas –, organizar refeições e estabelecer parâmetros como, por exemplo, quais pessoas e coletivos serão convidados para somar na atividade. Definições essas realizadas **coletivamente** nas reuniões ordinárias.

Especificamente, participei de uma plenária, em outubro de 2021, e um seminário, em 2022. Ambas atividades ocorreram em um turno completo no final de semana. Para além das já mencionadas distinções que encontros de fôlego necessitam, as características principais se mantêm. As principais diferenças são a presença de apoiadores e parceiros e, em decorrência do tempo disponível, a possibilidade de aprofundar as discussões políticas - além de ser um espaço oportuno para construção de calendários de médio prazo.

Em relação ao calendário, é recorrente haver no horizonte várias manifestações, atos e eventos com temáticas correlatas à luta territorial, Quilombola e antirracista, nas quais a FQ pode se somar. É de praxe haver uma **avaliação coletiva** para a decisão de participação ou não nas ocasiões, assim como, a forma que ocorrerá: com a maior participação de pessoas possíveis, com a participação específica na forma de representação da coletividade, ou até mesmo individual, deslocada da identidade do grupo.

Por exemplo, presenciei discussões a respeito da presença em atos de oposição ao governo bolsonarista em que se deliberou pela não participação da coletividade em decorrência da guerra²³ instaurada pela polícia em várias comunidades periféricas de Porto Alegre. Diante da conjuntura local, as lideranças consideraram que não seria seguro participar de manifestações no centro da cidade, haja vista a insegurança para o retorno aos territórios, entre outras dificuldades. Na avaliação coletiva, a atividade se configurava em um grande risco para

²³ Os confrontos tiveram início por volta do dia 13/03/21, se estendendo por pelo menos 17 dias. Ver mais em: MATOS, Eduardo; MARTINS, Cid. **23 mortos em 19 bairros**: saiba onde aconteceram os ataques envolvendo guerra de facções em Porto Alegre. GZH Segurança, Porto Alegre, 6 de abril de 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2022/04/23-mortos-em-19-bairros-saiba-onde-aconteceram-os-ataques-envolvendo-guerra-de-faccoes-em-porto-alegre-cl1o1eiq8007v017cof628oqt.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

o conjunto de territórios. Também se deliberou que a participação individual ocorreria sem o caráter de representação da FQ.

Em relação a estrutura interna, é importante pontuar que, um pouco antes da minha chegada ao grupo, se constituíram dois coletivos temáticos específicos para tratar da Saúde e Educação. Como pontuado em reuniões, a ideia se assemelha às funções de Ministérios, como do Governo Federal, por exemplo. Nos coletivos, há participantes do núcleo duro da FQ em conjunto com apoiadores. O objetivo é que os grupos sejam **autogestionados** e tenham certa **autonomia** na prática rotineira. Contudo, em um sentido mais amplo, a autonomia não ultrapassa os acordos grupais, tendo em vista que é preciso de conjunto para haver alinhamento entre os coletivos e os princípios políticos da FQ.

Para além das dificuldades de uma inovação organizativa – no caso a criação dos coletivos Educação e Saúde – a pandemia trouxe uma complexidade muito maior e inesperada para o processo. No campo da Educação o ensino formal passou por grande período suspenso, e a volta gradual se deu no modo virtual, em comunidades com graves deficiências de acesso, tanto a equipamentos adequados, quanto a disponibilidade de rede de internet. O objetivo inicial do coletivo estava voltado a promover atividades de contraturno, de reforço escolar e, principalmente, uma instrução Quilombola – resgatando a história da população negra, as heranças culturais e tecnológicas, promovendo a valorização das expressões civilizatórias que vão de encontro com a ideia de nação Quilombola – atropelados pelos imperativos trazidos pela emergência de saúde.

Basicamente, as comunidades tiveram que segurar sozinhas a responsabilidade de ofertar um espaço seguro para as crianças e adolescentes, a manutenção mínima de aprendizagem, a cobertura da alimentação da merenda escolar, além do amparo psicológico, fruto da socialização, em parte, interrompida. Ou seja, um esforço dispendioso para manter os direitos constitucionais, que governamentalmente foram negligenciados em todas as frentes que possam ser analisadas. Nesse cenário, a FQ denunciou reiteradamente as ilegalidades, desde a falta de suporte para o retorno virtual das aulas, passando pelo não repasse do equivalente a merenda escolar para as famílias e, posteriormente, as condições de insegurança sanitária da estrutura das escolas, salas de aula e medidas tomadas pelas direções, quando do retorno das aulas.

Em sentido semelhante, o coletivo da Saúde tinha como objetivo um escopo de maior amplitude, contudo, a pandemia nublou outras necessidades, concentrando todos os esforços na

busca dos produtos básicos para prevenção da contaminação – álcool gel e máscaras –, para a prevenção de surtos – acesso a testes e consultas – e prevenção de mortes que envolve desde o acesso à consulta, a medicamentos, a hospitalização, até a vacinação inicial e dos reforços.

Municipalmente, o acesso à saúde dos territórios quilombolas se dá através da Secretaria de Saúde da População Negra, área voltada para uma maior proteção da população historicamente negligenciada pelas políticas públicas. Infelizmente, o tratamento efetivamente oferecido foi atravessado por reiterados desrespeitos ao PNI²⁴, total descaso com acesso básico à testagem e aos materiais de prevenção individual, mesmo havendo, em tese, valores destinados especialmente para a população quilombola.

Internamente houve muita frustração, enquanto o coletivo Educação precisou recuar em suas pretensões, o coletivo Saúde foi atravessado por inúmeros conflitos. Diante da epidemia seu papel foi realocado para uma intermediação com a municipalidade para questões muito específicas e urgentes, nesse cenário as tensões alcançaram dimensões desconfortáveis. Gerando bastante discussão a respeito das relações pessoais versus relações institucionais, as dimensões do racismo estrutural versus a responsabilização pessoalizada, por exemplo. Entre as pessoas da secretaria e as pessoas da FQ há relacionamentos longos, tanto institucionais, quanto pessoais, complexificando ainda mais um cenário de emergência sanitária na qual o Estado, em sua maior expressão, optou pelo projeto de morte.

Entretanto, não é o objetivo dessa pesquisa realizar uma análise essencialmente positivista, como construir um organograma da FQ, especialmente, pela facilidade de nessa tentativa de abstração acabar com um produto que mais distorce do que representa. No lugar, oferto elementos para que a pessoa leitora configure sua própria imagem representativa dessa coletividade, se assim o desejar. Partindo do menor elemento, o Quilombo, que existe como território autônomo, em direção a congregação das unidades como coletividade Quilombola. As unidades básicas existem, tanto quanto a unidade da coletividade, na qual a Frente Quilombola existe como uma organização radical.

A partir da vivência em campo, construí a interpretação do Princípio da Coletividade como essência, do ponto de vista organizacional, da luta antirracista protagonizada pela Frente Quilombola. Tal Princípio é decomposto em duas premissas, a Premissa de Memória e a

²⁴ Plano Nacional de Imunização, que entre outros aspectos normatizou a priorização das populações indígenas e quilombolas na vacinação contra a COVID-19.

Premissa de Autonomia. Aspectos que foram expressos na trajetória e análise da organização, não necessariamente nomeados dessa forma direta, assim a seguir aprofundo minha proposta.

Começando pelo **Princípio de Coletividade**, o qual dá sentido geral à luta, o mesmo está configurado materialmente e centralmente na propriedade reivindicada para os Quilombos urbanos, que em consonância é coletiva. Forjada em um território com uma população que se conflagra como um corpo social indivisível. Exemplificado na luta do Quilombo Flores, através da fala da liderança Geneci Flores, na qual declara que a população quilombola mostra que a terra não é mercadoria.

Princípio também manifesto no fazer diário da organização, que prima pela construção coletiva, desde as tomadas de decisões até a concretização do objetivo em questão. Como quando da construção da primeira Marcha Zumbi Dandara, impulsionada pela ruptura com as comemorações municipais oficiais do vinte de novembro, exatamente por primar pela construção coletiva.

Importante ressaltar ainda que, essa coletividade, tem cor, tem gênero, tem classe e sexualidade, ou seja, não se propõe em reforçar um discurso da humanidade dita universal e abstrata, que na teoria seria desprovida dos marcadores sociais. Clóvis Moura vai um passo adiante, da negação de uma representação unificada e conceitua os grupos diferenciados e específicos, em ambos são pessoas que “por um motivo ou uma constelação de razões” (2021, p. 275) são agrupadas com mais ou menos coesão.

Grupos diferenciados, são os quais “por uma determinada marca é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de aceitação ou rejeição”, o sentido nesse caso é de diferenciação pelos outros, já em grupos específicos o sentido é revertido, como resume Clóvis Moura:

(...) o *grupo diferenciado* tem suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser *específico* na medida em que ele próprio sente esta diferença, e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo *específico*, ou mecanismos de integração da sociedade (MOURA, 2021, p. 275-276, grifos do autor).

Nesse sentido, a raça, como concepção política, tanto na conceituação Moureana como na organização da FQ é central, ao mesmo tempo que não são desconsiderados os atravessamentos por conjuntos de outros marcadores e elementos sociais. Como apontado em várias reuniões, a luta não é pautada no marco da estética esvaziada de propósito político. Assim, entendo que essa coletividade seja específica em sua configuração, assim como no exercício de sua prática de luta pela regularização fundiária de seus territórios, sendo que, para

se manifestar em sua plenitude, necessita das Premissas de Memória e Autonomia para configurar seu sentido radical.

A **Premissa de Memória** busca mostrar as reivindicações pela herança da ancestralidade africana, da diáspora infligida à população negra e a história de luta, resistência e trabalho. Trabalho esse, que de fato, construiu esse país, com sangue e suor. Aqui também está englobado a valorização dos mais velhos, anteriormente ressaltada, entendida como uma herança originária. Tal perspectiva é ressaltada nas Assembleias dos Povos, nas quais rodas de conversas, contação de história, em especial dos mais velhos para as novas gerações, assim como manifestações culturais, como a prática do Makulelê pelo Quilombo dos Machados, são ferramentas de preservação de histórias e identidade.

Ressaltando que essa premissa não se restringe apenas a reivindicações do passado para o reconhecimento, mas se expressa como guia para as ações do presente e utopia futurista sobre a nação que se pretende construir, sem hierarquias raciais, com uma compreensão de unidade entre o humano, demais animais e flora, ou seja, a Terra como um território de reprodução de vida para a totalidade. A memória se configura como mapa, exercitada na cotidianidade e guia para incursões futuras.

Chego, assim, na **Premissa de Autonomia**, expressa nas práticas de autogestão, dos territórios, na forma organizativa, por exemplo, de encontros, assembleias e seminários. Assim como na busca por uma forma não hierarquizada, distinta da vertical, viés que se mostrou fundamental na crise sanitária de COVID-19, na qual, devido às restrições de protocolos de saúde, comunidades quilombolas ficaram isoladas. Nesse cenário, o exercício da autonomia se mostrou uma importante ferramenta para contornar e superar as muitas dificuldades.

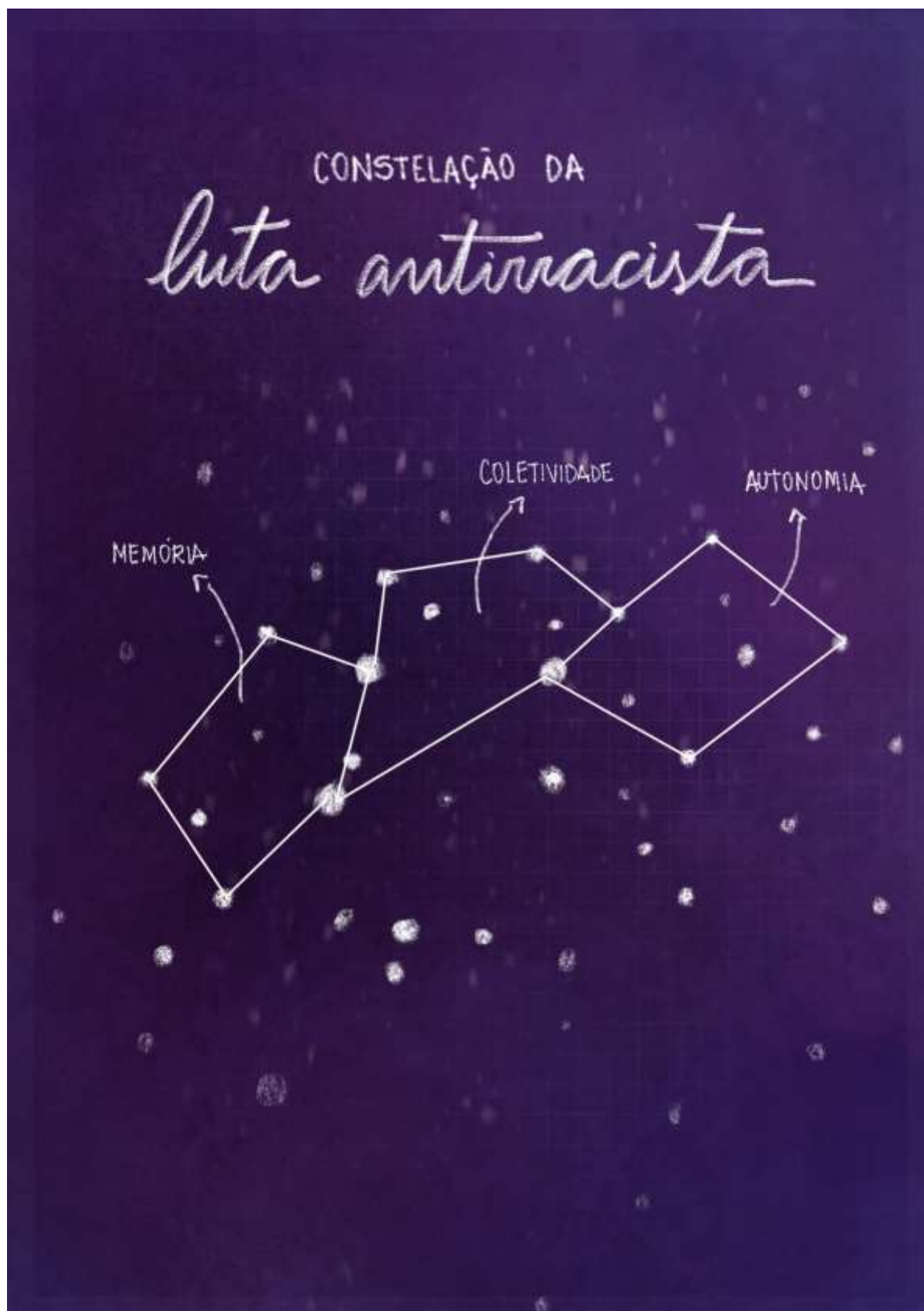
Ressalto que a Premissa de Autonomia está em consonância com o Princípio de Coletividade, ou seja, não se trata de uma autonomia no marco do individualismo liberal. É exatamente a autonomia que se firma através e para a solidificação dos pactos da coletividade.

Através da análise realizada para essa pesquisa, proponho uma síntese compreendida como a base que torna a Frente Quilombola uma prática de luta antirracista que se organiza de maneira singular. A afirmação não tem como objetivo garantir dar conta da totalidade da coletividade, uma visão que seria ingênua e romantizada, mas ser uma interpretação que supera o aparente e atinge, mesmo que parcialmente, o essencial. Ressalto, por fim, que o Princípio e suas Premissas são interdependentes, o abandono de uma parte, pela sua essencialidade, compromete a proposição como um todo.

Com o propósito de trazer um elemento didático para representar o conjunto de princípios e premissas da luta antirracista da FQ, busquei inspiração no imaginário das narrativas dos povos originários quilombolas e indígenas, que através da oralidade carregam a memória do passado para o futuro. Esse compilado de aprendizagens, quando perpassado pelas palavras de Clóvis Moura, me trouxeram um elemento potente, o céu, o céu noturno, que possui estrelas que iluminaram as noites das pessoas negras escravizadas, das aquilombadas, das livres, e que, na liberdade, continuaram a lutar por sua existência. Encontrei então um céu estrelado que conta uma história, que é uma bússola para a coletividade e para nós. Encontrei uma Constelação da Luta Antirracista²⁵ (Figura 11). Agora, após a leitura do que vi, analisei e projetei a partir do campo, te convido para ver também o que eu vejo:

²⁵ As ilustrações finais foram produzidas pela Artista Visual Caroline Moraes Marchese, querida amiga e companheira de largo caminho, especialmente para essa dissertação.

Figura 11 – Constelação da Luta Antirracista



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A partir da matriz de um céu estrelado, são traçadas linhas que compõe o que chamamos de constelação, ou seja, um elemento trazido da realidade astronômica, para uma proposição metafórica de representação da essência da Frente Quilombola, também evocada por Clóvis Moura ao se referir a Quilombagem como “uma constelação de movimentos de protesto do escravo” (1992, p. 23). Proponho duas leituras interpretativas, sendo a primeira do objeto maior, a Constelação da Luta Antirracista como um todo; e a segunda, a leitura do elemento fragmentado no Princípio geral, ladeado pelas Premissas, conforme detalho a seguir.

Penso que a proposição das essencialidades da FQ se representaria como um objeto maior que possui em seu interior dois elementos menores, o Princípio como um recipiente das Premissas. Meu objetivo vai na contramão desse ímpeto, fazendo jus ao dito popular de que o todo é maior que a soma das partes. Desse modo, exteriorizo as Premissas, sem as desconectar do princípio geral, as mesmas são adições a ele, sendo diferenciadas na nomenclatura apenas para reforçar que estão subsumidas ao Princípio da Coletividade. Proponho, assim, que a pessoa leitora procure delimitar o objeto pelo traçado exterior. Nessa perspectiva se valoriza a Constelação da Luta Antirracista como todo o corpo.

Na segunda leitura proposta, peço que a pessoa leitora foque nas delimitações internas, na qual se prioriza a visão de três elementos em separado. Creio que essa proposta é mais aderente a forma como o texto do subcapítulo foi apresentado, com a valorização de cada característica, com aprofundamento individualizado, no qual a Coletividade é o âmago da prática da Frente Quilombola, que necessita da Memória como guia e da Autonomia como método. Apesar da afirmação de que essa proposição é mais linear na dimensão textual, a coloco como secundária para reforçar que a Constelação só se forma na união das três partes, a soma é primordial.

Apesar de que, certamente, cada parte pode existir em separado, o ponto é reafirmar que só temos a Constelação da Luta Antirracista na soma. Como fronteiras nacionais, possuem utilidades, como recurso político para países e continentes, como elemento didático nessa proposição para demarcar que a Frente Quilombola é essencialmente formada por três componentes que posso descrever e desenhar em separado, mas só a conjunção dá conta da concretude de sua prática.

Resgato a frase daquele cartaz da V Assembleia dos Povos: “Queremos um mundo onde caibam todos os mundos”. Proponho que essa imagem representa esse objetivo, na infinidade do céu eu desenho uma Constelação, mas essa é só uma forma de agrupar estrelas importantes.

É um recurso imagético que advém da sabedoria de pessoas que nunca se esqueceram que a Terra é uma, que reforçam essa sabedoria na luta diária pelo sagrado de seus territórios, prática que nessa dissertação é protagonizada pela Frente Quilombola.

Também espero que esse recurso lúdico seja uma oportunidade de resgate de memória, desse passado que um dia foi compartilhado por todas as civilizações, para as pessoas que se esqueceram disso. Uma oportunidade de repensar a racionalidade instrumental como único crivo válido para a organização da vida. Uma ocidentalização do pensamento que circunscreveu a relevância do imaginário em campos muito específicos, que quando ousado ser expresso fora dos limites impostos, por essa visão de mundo, são classificados rapidamente como inúteis, inadequados, pré-civilizatórios.

No próximo capítulo, apresento a base teórica de fundo dessa dissertação, em um caminho que se inicia com o PSB e suas principais proposições e pessoas autoras, com destaque para Clóvis Moura²⁶ e sua obra, seguido da apresentação e aprofundamento do conceito da Quilombagem.

²⁶ Trago no Apêndice A – Estrela da Rebelião: Clóvis Moura, um panorama de aspectos biográficos do autor, que a despeito de sua já demarcada importância nas Humanidades, ainda é bastante desconhecido nas Ciências Sociais Aplicadas, entendendo como uma inovação dessa pesquisa trazer o autor para a centralidade do campo dos Estudos Organizacionais, deixo as pessoas leitoras um texto complementar sobre a personalidade.

3. CONSTELAÇÃO DA PALAVRA: CLÓVIS MOURA E QUILOMBAGEM

A perspectiva de Moura revela a pulsação de vida, o constante movimento e transformações (...) no âmbito dos antagonismos e contradições sociais. O autor recusa explicações plasmadas e meramente vinculadas a um passado estilizado pelo colonialismo (...) esforça-se para evidenciar que é no bojo das relações forjadas, primeiro pelas contradições do escravismo, depois do capitalismo dependente, que se colocam as necessidades da sua resistência e a afirmação ou a sua degeneração; bem como define a sua materialidade e processualidade histórica (SOUZA, 2021 p. 343 *apud* MOURA, 2021).

Cristiane Souza, no posfácio de *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, reafirma o avanço da obra de Clóvis Moura para o pós-abolição e sua recusa a uma interpretação explicativa da atualidade no marco da herança escravista – herança essa apenas vinculada a pobreza da população negra, nunca a riqueza da população branca –, nesse sentido, neste capítulo apresento os fundamentos do pensamento de Clóvis Moura, assim como as categorias centrais para essa pesquisa, articulando os diálogos necessários para a perspectiva teórica defendida, em especial com o Pensamento Social Brasileiro. Objetivo mostrar um caminho teórico factível para se atualizar o pensamento Moureano a partir da ótica de um fenômeno contemporâneo, articulando o conceito de Quilombagem com orientação teórica dos EOs.

É importante, antes de avançar, retomar parcialmente o capítulo anterior, no qual apresentei o Quilombismo de Abdias do Nascimento, como uma perspectiva teórica que emana da FQ, possuindo potentes relações como o fazer da luta antirracista da coletividade e as simbologias advindas a partir desse referencial. Contudo, já é de conhecimento da pessoa leitora que essa pesquisa se assenta na conceituação de Quilombagem de Clóvis Moura. A motivação de tal escolha epistemológica vai de encontro ao defendido por Oliveira:

Os movimentos dos anos 1960 alargam as agendas da esfera pública politizando aspectos cotidianos que se colocavam no campo do privado ou íntimo (...). Com isso, o arquétipo de cidadania se alarga. Ao apontar que as perspectivas hegemônicas brancas-eurocêntricas na racionalidade da esfera pública precisam ser enfrentadas, Abdias Nascimento aponta para um projeto político de superação da ordem racista. Entretanto, o seu idealismo está justamente em considerar que o percurso para tanto é um combate de natureza epistêmica, desconectando que essa hegemonia das ideias é produto de um determinado modelo de produção (2021, p. 159).

Enquanto uma pesquisa localizada dentro dos Estudos Organizacionais e por isso, centralmente voltada para a organização e o organizacional, as necessidades teóricas pedem elementos que deem conta da materialidade das estruturas, das produções e das relações humanas. Assim, de acordo com a perspectiva teórica desenvolvida por mim no mestrado, é fundamental a observância do materialismo-histórico, da perspectiva dialética e do radicalismo:

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isso, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; e de outro os senhores e o aparelho de repressão a essa realidade (MOURA, 1992, p. 22).

Dessa forma, evoco a herança marxista no geral, e a herança teórica de Clóvis Moura no específico, assentada na realidade nacional e continental da América Latina. Conforme Farias (2019, p. 21), a produção Moureana “(...) é indissociável da crítica marxista à sociedade do capitalismo e ao racismo”. Dennis de Oliveira dá um passo adiante, na afirmativa “(...) não se trata de se referenciar apenas nos textos escritos por Marx (ou por algum de seus discípulos mais diretos), mas de pensar as relações raciais a partir dessa episteme” (2021, p. 147), assim:

Pensar a quilombagem como uma categoria emanada da totalidade da sociedade escravista é justamente situá-la dentro da dinâmica da luta de classes naquele modo de produção. E posicionar negras e negros escravizados como sujeitos históricos no período do modo de produção do escravismo colonial (OLIVEIRA, 2021, p. 161).

A partir do colocado, evidencio que a escolha da chave analítica da Quilombagem se assenta nas necessidades advindas do campo de estudo e da perspectiva teórica dessa autora. Clóvis Moura já nos apresentou o Quilombo como uma forma organizativa, no qual o modo de produção é centralizado na radicalidade. Quando teoriza a Quilombagem, trazida pela primeira vez no livro *História do Negro Brasileiro* de 1989 oferta um salto analítico fundamental para a organização social: as experiências individuais se somam, criando um movimento potencialmente desruptivo (FARIAS, 2019).

Nesse sentido, o quilombo é compreendido como uma unidade básica de luta, ou seja, é o epicentro do movimento radical, enquanto a Quilombagem, além de ser a soma das experiências quilombolas, agrega também outras manifestações de resistências da população escravizada (MOURA, 1992, p. 23-24):

Incluímos por esse motivo, no conceito geral de quilombagem outras manifestações de protestos racial e social, como por exemplo as insurreições baianas do século XIX que culminaram com a grande insurreição de 1835 em Salvador, que tanto pânico provocou entre autoridades, forças militares e membros da população.

A interpretação está assentada tanto na compreensão de que essas lutas possuíam a mesma pauta e o mesmo objetivo de libertação, como eram protagonizados pela aliança dos escravizados em contexto urbano e dos quilombolas das periferias das cidades. Igualmente, como a expressão de luta pelo bandoleirismo, tanto de pequenas coletividades como de uma pessoa que pratica as ações individualmente, atando viajantes ou povoados (MOURA, 1992). No *Dicionário da Escravidão* o verbete de bandoleirismo é informado que o:

(...) movimento durou todo o tempo da escravidão e pode ser equiparado ao conceito de banditismo social de Hobsbawm²⁷. Podemos situar o primeiro surto ponderável desse fenômeno no período de ocupação holandesa (...) Esses bandoleiros negros sobressaltaram tanto portugueses portugueses e brasileiros como holandeses e persistiram durante todo o tempo de ocupação (MOURA, 2013, p. 62)

Essa introdução tem por finalidade enfrentar um questionamento que penso ser natural de vir à tona, a saber, a decisão de preterir, em algum nível o Quilombismo, pela predileção a Quilombagem. Ao mesmo tempo que se configura em uma resposta sem maiores desdobramentos, pois não proponho uma disputa entre os conceitos, visto que não há intenção de desqualificar o Quilombismo, conceituação legitimada no fazer do campo. Por outro lado, a Quilombagem está legitimada pelo fazer teórico com o qual analiso a organização da coletividade. A Quilombagem como potencialidade para a área de Estudos Organizacionais é a contribuição teórica central da dissertação.

Na sequência, apresento os subcapítulos ESTRELA DA ORIGEM: PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, no qual tratarei da trajetória histórica do Pensamento Social Brasileiro, apresentando seus principais marcos teóricos, entrelaçado com as proposições teóricas da obra e teorizações de Clóvis Moura. Seguido por ESTRELA DA CHAVE: QUILOMBAGEM, seção na qual centralizarei a apresentação e discussão sobre a proposição conceitual Moureana, para a qual busco interpretar a factualidade de se pensar a mesma na contemporaneidade; culminando exposição de Princípio e Premissas que captam a essência da conceituação e se configuram nas chaves para se pensar a prática da FQ através da perspectiva da Quilombagem.

3.1. Estrela da origem: pensamento social brasileiro

Retomando, convido à leitura, nessa subseção, de uma visão panorâmica da área denominada Pensamento Social Brasileiro, a qual se centra, especialmente, na temática da interpretação do país. Tarefa na qual diversas pessoas autoras desenvolveram e defenderam as suas proposições a respeito do surgimento, desenvolvimento e a conflagração do que se entende por nação. Nesse trajeto também está a obra de Clóvis Moura, apresentada em uma perspectiva que privilegia as propostas, diálogos e inovações que o autor promoveu, especialmente quando analisadas na contextualização histórica a qual pertence.

²⁷ Hobsbawm, historiador britânico, produz o conceito clássico nos Estudos Sociais de banditismo social, definido como a evolução dos movimentos de resistência sociais nos séculos XIX e XX com um apelo messiânico (TEIXEIRA, 2016).

Inicialmente, destaco que a área de conhecimento denominada Pensamento Social Brasileiro está, em sua origem, intimamente relacionada com a tarefa de construção de uma identidade nacional. Busca compreender, ou até mesmo justificar, a posição do país frente ao restante do mundo, em especial, as grandes potências (FARIAS, 2019). Nesse sentido, é de se esperar que as relações raciais sejam um ponto nevrálgico desse campo. Somos um território indígena, invadido por brancos que impuseram uma diáspora negra em direção às Américas, através da escravização. Resumidamente, uma das principais características do PSB está na “tentativa de proposição de uma identidade nacional que redefinisse e criasse a possibilidade de amalgamento entre brancos, negros e indígenas” (FARIAS, 2019, p. 59).

Nesse trabalho de cunhar uma identidade nacional²⁸, três livros são recorrentemente evocados, quais sejam: *Casa grande & Senzala* (FREYRE, 1933), *Raízes do Brasil* (HOLLANDA, 1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR., 1941). Tal fato leva a reflexões do motivo pelo qual essas publicações foram alçadas à posição de clássicas e quais consequências de tais escolhas, tanto na visão que temos do passado como para as perspectivas explicativas do presente. Clóvis Moura, em entrevista a José Carlos Rui no ano de 1994, criticava esse domínio interpretativo gerado pela tríade do PSB:

Nesses cinquenta anos, avançamos pouco ainda na interpretação da história do Brasil, a partir das relações de produção, das lutas populares etc. Vamos pegar como ponto de partida 1933, quando surgem três livros que marcaram época: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Jr. e Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Hollanda. Desde então a historiografia brasileira gira em torno dessas três matrizes (MOURA, 1994, *online*).

Segundo o entendimento do autor, a obra de Freyre é uma tentativa de amenizar os séculos de escravidão, mitificando o passado. Já Hollanda, em termos de perspectiva teórica, segue em muito seu predecessor, contudo, focando no pós-abolição e na promessa de modernização do país. Sobre Prado Jr., autor com quem Clóvis Moura, em certa medida, compartilha da mesma linha epistemológica, arrisca que “poderia ter sido ‘a visão dialética da história’, mas se esgota em sua própria obra” (MOURA, 1995). A crítica de Clóvis Moura, marca sua posição divergente no campo interpretativo da formação do Brasil.

Na revisão sistemática, realizada como tarefa preparatória para essa pesquisa, ficou evidente que no campo do PSB é marcante a negação da ideia de democracia racial, premissa basilar de *Casa Grande & Senzala* (1933), denunciada como mito. Negação expressa tanto

²⁸ A problemática está na agenda brasileira desde o período colonial, em 1840 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançou edital objetivando ter um modelo de representação nacional. O alemão Karl Friedrich Philipp von Martius foi o vencedor com a tese *Como se deve escrever a história do Brasil*.

através da referência ao conceito quanto a Gilberto Freyre, entendido como o difusor da ideologia (SANTANA; SANTOS, 2016; XAVIER, 2020). Em perspectiva, Rosa (2014, p. 248) aponta que, historicamente, Freyre possui “uma posição ambígua em relação à situação dos negros no Brasil, pois se, de um lado, o autor denuncia o maniqueísmo do racismo científico, de outro, constrói a imagem de um país livre de tensões raciais”.

Assim, a obra Freyriana deixa como legado a superação teórica do racismo científico, enquanto constrói no campo das ciências sociais o menosprezo pelas discussões sobre racismo. Enfim, em um país racialmente democrático, racismo não se configura como um tema relevante. Diante desse legado, Pereira discorre sobre a postura de omissão no PSB, em tom de denúncia:

(...) abusando da margem de manobra concedida pela ampla hegemonia cultural e pelos mecanismos institucionais e políticos de produção de conhecimento, declinou de seu papel de encaminhar uma ampla discussão nacional sobre o racismo, porque pensou poder postergá-la indefinidamente, e indefinidamente manter a paz social apesar das flagrantes desigualdades: um crime, no mínimo, de displicência, omissão, se não de cumplicidade com a perpetuação das desigualdades raciais e as defasagens simbólica que compõem o escopo do racismo (PEREIRA, 2003, p. 471).

As escolhas interpretativas evidenciam também o sentido nas quais foram forjadas, ou seja, de cima para baixo. Como é ordinário, a intelectualidade é constituída primordialmente pelas classes burguesas, mais especificamente por homens brancos, socialmente apresentados como heterossexuais, além de geograficamente situados na região sudeste do país. Por isso, em certa medida, se explica a ideia de manutenção de “paz social” citada por Pereira, apartados da realidade da grande maioria da população brasileira projetam suas próprias vivências para a desconhecida vida do proletariado.

Em consonância com a exposição, a democracia racial vem sendo rechaçada de maneira bastante coesa por diversos autores e organizações do movimento social. Por outro lado, me parece ser um tanto menos explorada a formulação Freyriana de equilíbrio de antagonista, conforme Dennis, uma importação da ciência política britânica que Gilberto Freyre aplicou ao “espaço da família patriarcal” (2021, p. 139). Dennis de Oliveira considera “que a ideia do equilíbrio de antagonistas é extremamente perigosa justamente pelo deslocamento do problema do racismo da dimensão política e econômica para o do comportamento” (2021, p. 141). Convém refletir um pouco mais a esse respeito.

O alerta de Oliveira (2021) incentiva a olhar mais atentamente para o que entendemos por democracia racial. Nesse sentido, penso que podemos identificar nela dois eixos importantes e com certa independência entre si: de um lado, a perspectiva cultural e comportamental; de outro, a perspectiva material e de poder. No primeiro eixo, temos a

miscigenação e o embranquecimento como conceitos chaves, enquanto no segundo se localiza o equilíbrio de antagonistas. Há uma relação causal entre o conjunto, porém, a negação da miscigenação, do projeto do embranquecimento ou da tese da morenidade não fere de morte a ideia de equilíbrio de antagonistas.

O equilíbrio de antagonistas se atualiza nas novas estruturas sociais, por exemplo, quando se aprovam leis estabelecendo que padrões brancos e empregadas negras possuem o mesmo poder de negociar direitos e salários. Ao mesmo tempo, o equilíbrio de antagonistas foi secundarizado na discussão sobre o mito da democracia racial, sobretudo quando a análise racial deixa de problematizar que o racismo abre brechas de viés culturalista, rotuladas como comportamentais, que permitem a indivíduos negros ascensão social, prestígio e reconhecimento público no campo da música, do carnaval e do futebol, enquanto o acesso coletivo dos negros aos recursos materiais e postos de poder continuam a ser negados. Ou, quando alcançados, por meio das lutas sociais e das políticas públicas, tais conquistas costumam ser deslegitimadas e vistas como uma concessão injusta de vantagens desmerecidas.

Nesse sentido, ganha importância a interpretação de Clóvis Moura que ataca centralmente as proposições de Freyre, colocando a categoria da contradição, manifesta na desigualdade entre oponentes como essencial para a interpretação do Brasil. Nessa toada, o autor pergunta:

Não será finalmente, esta forma saudosista de ver-se o escravo (isto é: o passado) como bom, através de uma idealização irreal, e o negro livre (isto é, o presente) como ruim, através da sua deformação sistemática, um reflexo de tensões sociais mais profundas e recentes, criadas pelo atual tipo de sociedade? (MOURA, 2021, p. 28).

Na citação, Clóvis Moura busca responder o questionamento *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* – título do livro. Há aqui uma inversão do sentido canônico do PSB, colocando no centro a mesquinhez da burguesia nacional, disposta a todo custo a imputar à população negra a posição eterna de subordinação.

Contudo, avanço para outras perspectivas profundamente icônicas para as discussões das relações raciais brasileiras, afinal Freyre nunca deteve a narrativa da temática para si, ao contrário, essa sempre foi uma arena de disputas. Nesse sentido, Alberto Guerreiro Ramos e Luiz Aguiar da Costa Pinto, são lembrados como autores com “rejeição à ‘culturalização’ do negro brasileiro” (PEREIRA, 2003, p. 473), abordagem teórica recorrente na produção da geração anterior e das contemporâneas aos autores.

Barbosa (2006, p. 217), em artigo dedicado à “compreensão da práxis negra humanista de Guerreiro Ramos”, propõe reflexões sobre a obra e teorizações a respeito do autor. Em um dos seus textos mais célebres, *Patologia social do “branco” brasileiro* (1957), Guerreiro Ramos propôs as categorias negro-vida e negro-tema. Barbosa interpreta que Guerreiro traz para a “leitura de relação raciais e para a política negra uma prerrogativa humanista recorrente (...) Trata-se de argumentação segundo a qual toda forma de classificação e identificação do homem é uma forma sutil de desumanizá-lo” (2006, p. 219).

Na sequência, Barbosa (2006, p. 221) afirma que a “(...) aparente contradição (...) se esclarece ao observar-se que (...) a condição ‘étnica’ do negro brasileiro deriva de (...) uma identidade social dada pelo ‘Eu’ (...) ‘branco’ brasileiro”. Para Guerreiro, nossas relações raciais estão profundamente marcadas por essa “patologia” configurada como “uma ‘sociedade europeizada’, mentalmente subserviente a padrões exteriores à sua comunidade” (BARBOSA, 2006, p. 220). O personalismo negro, assim, pode ser interpretado como uma resposta à patologia da branquira. No mesmo sentido, Dennis (2021, p. 135) reafirma a contradição trazida por Guerreiro “não se trata de uma nação branca universalizando a condição de branquitude, mas uma nação negra tendo que enfrentar a sua condição de negritude para inserir-se na universalidade branca”.

Para além de toda a problemática envolvendo a ideologia da branquitude e sua narrativa civilizatória no Brasil e na América Latina como um todo, e nos demais países periféricos de populações majoritariamente não-brancas, as camadas de contradições são ainda maiores e mais complexas. Enquanto brancos europeus criam uma narrativa que os coloca no centro e topo do mundo, somos estimulados a também validar essa perspectiva, mas sem fazer parte do grupo de prestígio.

Em artigo sobre sociólogos e intelectuais negros das décadas de 50 e 70, Silva (2018) advoga os anos 70 como um período de transição geracional e política. O autor prossegue com a afirmação de que “surge, nesse momento, uma nova geração de ativistas políticos e escritores, nascidos ao longo dos anos 1950, cuja linha de transmissão com as gerações anteriores é, em grande parte dos casos, interrompida” (SILVA, 2018, p. 125). Não é de se estranhar a leitura apresentada, uma vez que o golpe militar de 1964 impacta o país violentamente – objetivamente e subjetivamente – com forte perseguição a intelectualidade que não produz narrativas que legitimem e fortaleçam o regime.

Porém, como em todos os períodos ditatoriais, há resistência e brechas para a continuidade de vida para além da ideologia repressora. Assim, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, figuram entre nomes fundamentais, sendo Florestan nome com evidente maior trânsito e reconhecimento histórico. Autor do clássico *Integração do negro na sociedade de classes* (1965), colaborou para o entendimento e denúncia da democracia racial como um mito, além do “avanço no sentido de compreender que o preconceito aqui é de cor e se estabelece, justamente, na persistência de relações arcaicas escravistas” (FARIAS, 2019, p. 67).

Florestan rechaça o racismo científico, conforme a geração anterior, desmistifica o pressuposto freyriano e estreia a tese de anomalia social, configurada em “deficiências culturais do ex-escravo – ausência de normas organizadas de comportamento, desorganização social e familiar” (GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 109). Conforme Florestan Fernandes, ao fim da escravidão “O liberto viu-se convertido sumária e abruptamente em senhor de si mesmo, tornam-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse dos meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (2008, p. 29).

No fragmento de Florestan, é possível identificar que o autor, na época daquela publicação, relativizava a participação da população negra no processo de finalização da escravidão, que teria sido sumariamente e abruptamente liberta. Também é flagrante o sentido referencial que se apresenta, é contestável que um ser humano raptado e escravizado se considere irresponsável pela sua vida, a legalidade jurídica e moral da escravidão é para os senhores – a quem, dentro desse sistema de crenças e direitos, é concedido a proprietário sobre outras vidas -, não para os escravizados.

Apesar de Florestan ter avançado em suas proposições teóricas nos anos seguintes, é importante ressaltar que *Integração do negro na sociedade de classes* (1965) é lançado posteriormente a *Rebeliões da senzala* (1959) de Clóvis Moura, no qual é evidenciado a participação central da população escravizada no processo abolicionista. Canonicamente, o entendimento da responsabilidade dos brancos em tutelarem os ex-escravizados na nova dinâmica social, só será contestada na década de 1980 (FARIAS, 2019).

Para Clóvis Moura, a centralidade da categoria da contradição está na gênese da formação nacional e mostra os efeitos da sistematização do tráfico como atividade mercantil na estruturação da sociedade:

Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cingiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros (MOURA, 2020, p. 77).

Nesse sentido, Silva (2013, p. 125) busca colocar em perspectiva a posição histórica de Florestan Fernandes:

Minha intenção foi argumentar no sentido de que, embora haja centralidade daquele sociólogo na discussão sobre o tema das relações sociais racializadas, entre os anos 1950 e meados dos 1960, é igualmente produtivo verificar uma espécie de “retrato de grupo”, em que outros cientistas sociais compõem ações semelhantes com efeitos parecidos, em circunstâncias variadas. Um retrato com várias faces, algumas negras, e algo estilhaçado pelo tempo.

Assim, é marcante o esforço de autores contemporâneos em recuperar a trajetória de outros intelectuais que trabalharam, muitas vezes, ao lado dos autores agora canonizados e que já respondiam a lacunas e desvios hoje atribuídos quase exclusivamente aos clássicos. A Tese de Hasenbalg, por exemplo, “questiona o cerne da concepção da chamada Escola Paulista (...) do racismo como um arcaísmo, um resquício da escravidão” (PEREIRA, 2003, p. 473). Segundo o próprio autor, em análise sobre as linhas de pesquisa sobre as relações entre raça, classe e desigualdade social, afirma que “nenhuma dessas perspectivas considera seriamente a possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista” (HASENBALG in GONZALES; HASENBALG, 2022, p. 110).

Guimarães (1996), no referido esforço, busca dar notoriedade a Thales de Azevedo²⁹ (1904-1995), indicando a atualidade de seus pensamentos e sua longa trajetória:

(...) oriundo do berço mais nobre do racismo científico brasileiro, ajudou com seus primeiros trabalhos a feri-lo de morte, estabelecendo o novo consenso culturalista de negação das raças, de afirmação das cores e da laudação dos ideais da democracia racial. Não durou muito, todavia, para passar a militar contra a ideologização desse novo consenso, desmascarando as racionalizações e revelando as discriminações e preconceitos raciais e de cor (GUIMARÃES, 1996, p. 78).

É nesse contexto histórico e arena de disputas teóricas-políticas que Clóvis Moura irá desenvolver uma interpretação do Brasil e o do mundo, contra hegemônica apresentando “um conjunto de elementos que ratificaram uma produção teórica que balizou uma interpretação

²⁹ Dentro do projeto da UNESCO desenvolveu o estudo *As elites de cor: um estudo de ascensão social* (1955).

distinta dos cânones do pensamento social brasileiro, atribuindo à população negra um lugar de destaque na história nacional” (FARIAS, 2019, p. 50).

Salutar refletir que a obra *Casa Grande & Senzala* (1933) está próxima de completar seu centenário e o mito da democracia racial continua a ser evocado na organização social do Brasil, sendo a sua superação ser uma tarefa fundamental para as Organizações radicais, é com esse entendimento que convido a pessoa leitora a se aprofundar na teorização Moureana.

3.2. Estrela da chave: Quilombagem

O quilombo aparece (...) como aquele módulo de resistência mais representativo (...) que existiu. (...) Dessa forma o quilombo é o centro organizacional da quilombagem (...) Entendemos (...) por **quilombagem uma constelação** de movimentos de protesto do escravo (MOURA, 1992, p. 23, grifo nosso).

A conceituação dessa “constelação” é fruto de décadas de trabalho de Clóvis Moura. Recapitulando, a produção do autor tem início em 1959, com a publicação de *Rebeliões da Senzala*. Já o conceito de Quilombagem aparece pela primeira vez na obra *História do Negro Brasileiro*, de 1989. São 30 anos de diferença, sugerindo uma maturidade potencial da proposição, hipótese essa que defendo. Assim, nesse trabalho, a Quilombagem terá lugar central dentro da produção teórica do autor, compondo as bases para uma análise dialética das lutas antirracistas contemporâneas, centrada na luta territorial do povo negro materialmente posta pela FQ.

Convido a pessoa leitora a pensar, primeiramente, a unidade básica desse processo social: o Quilombo. Segundo o verbete do *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, é uma palavra de origem banto, que passou a ser utilizada no lugar de mucambo a partir do século XVII para se referir ao ajuntamento de negros fugidos. O primeiro registro histórico data de 1573. No verbete, também é trazido um fragmento de carta do rei de Portugal ao Conselho Ultramarino de 1740, em que Quilombo é definido como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 2013, p. 335).

Clóvis Moura reflete criticamente ainda sobre a tese, bastante difundida, de que o quilombo brasileiro seria uma versão da estrutura de mesmo nome em Angola, apontando algumas fragilidades da narrativa. Antes de tudo, devido ao fato de que, nos períodos iniciais da colonização, a origem dos escravizados era predominantemente a Guiné, situação que só se modifica com a expulsão dos holandeses pelos portugueses; mas, principalmente, devido à

função antinômica dos quilombos em Angola e no Brasil colonial, sendo o quilombo brasileiro uma negação dos quilombos angolanos: “O quilombo angolano desempenhava (...) um papel de base e instrumento do tráfico negreiro. O quilombo dos negros brasileiros, enquanto isso, foi um baluarte na luta e resistência contra a escravidão” (MOURA, 2013, p. 336).

Nessa perspectiva, o autor defende que nomear a organização dos escravizados de Quilombo foi uma ação dos colonizadores, dos senhores escravistas, que viam nas duas estruturas, em suma, aglomerações de negros. Não há uma proposição de nova nomenclatura, a retrospectiva tem o papel de recuperação histórica e creio, exemplifica o racismo que nega a população negra o reconhecimento das peculiaridades, tanto no campo individual como coletivo, a branquitude busca impor homogeneizações limitantes.

Clóvis Moura reforça que as diferenças entre os Quilombos brasileiros e angolanos reside em seus objetivos, centrando sua análise na perspectiva material histórica, defende que as condições do sistema econômico e de produção do país geram necessidades específicas. Assim o autor desenvolve uma crítica às interpretações que considera puramente culturais, antropológicas ou míticas-utópicas. Defendendo que estas, de certa forma, reforçam a ideia de regressão tribal. Uma vez que os Quilombos não se configurariam em uma ação ativa contra a realidade posta, de rebelião e resistência, conectada a um projeto organizativo de vida. Ao contrário, seriam apenas um ímpeto de voltar ao modo de vida anterior, com um limiar perigoso com as teorias do racismo científico que empunha uma interpretação hierárquica sobre a evolução das raças.

Entretanto, é importante pontuar que não se ignora que as pessoas raptadas para trabalhar forçosamente no Brasil trouxeram consigo suas vivências, experiências e visões de mundo. Assim como, certamente trouxeram também o desejo de construir utopias futuras com base em seus passados territoriais e organizativos. O ponto nevrálgico defendido é que essas organizações foram ação e reação a um contexto material posto a sujeitos inseridos em um contexto histórico-social real e específico – como todo contexto histórico e social.

Vale lembrar que em *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* organizado por Clóvis Moura, em 2001b, está o capítulo *Origem* que contém o texto *História dos quilombos em África*, de Kabengele Munanga, no qual afirma “o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano” (MUNANGA, p. 30). No entanto, opto por usar a interpretação do próprio Clóvis Moura, lançada posteriormente em *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* de 2004.

Ainda em referência ao verbete, Clóvis tece diálogos com Décio Freitas³⁰, que em seu vasto estudo classificou sete tipos de Quilombos, entre eles os de serviços, caracterizados como suburbanos, no qual as pessoas aquilombadas prestavam serviços nas áreas urbanas como libertos. Essa formação do período colonial se estende no tempo, levando a afirmativa de que “os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram quilombos” (MOURA, 2013, p. 339). Este fato aponta para a legitimidade quilombola em contexto urbano na atualidade, uma vez que identifica a presença destes já nos primórdios da constituição da república.

Assim sendo, o Quilombo é central para a obra de Clóvis Moura como uma prática contra o sistema escravista. Apesar de não ser a única manifestação de resistência, é classificado como a forma mais radical de enfrentamento, tanto por suas capacidades de enfraquecer, desgastar e erodir o modo de produção escravista, ao onerar a população escravagista, gerando medo generalizada entre ela, como por possuir em si a prática de um modo organizativo distinto e replicável.

Como resultado desse entendimento Clóvis Moura conceitua a Quilombagem da seguinte forma:

O quilombo, portanto, como categoria sociológica é uma **estrutura organizada** que configura, na sua totalidade, a **negação** do universo da sociedade escravista, os seus valores e representações. (...) somente através dessa **radicalidade**, o quilombo transformou-se em um **continuum social, cultural, econômico e político** durante a vigência do sistema escravista: a quilombagem. Não interessa, por esse motivo, a análise factual da vitória ou derrota desse ou daquele quilombo isoladamente, mas analisar a quilombagem como um **continuum de desgaste** permanente às forças, sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e dos seus valores. E é justamente esse **processo contínuo** e permanente de desgaste que dá à quilombagem o nível de resistência revolucionário porque destrói ou corrói por desgaste permanente a estabilidade e eficiência do sistema nas suas bases: a produção (MOURA, 2001, p. 110, grifo nosso).

A partir da fala do autor, destaco as características de **estrutura organizada**, a **radicalidade** e o aspecto de **processo contínuo**. Esse tripé sintetiza pontos fundamentais para se pensar a Quilombagem no período escravista e na atualidade. Começando pela afirmação da estrutura organizada, que se contrapõe à afirmação do rei de Portugal trazida anteriormente. O Quilombo não é apenas um agrupamento de pessoas negras, é um território organizado para a reprodução de vida de um conjunto populacional que compartilha parcialmente ou integralmente visões de mundo.

³⁰ Historiador, autor do livro *Palmares a guerra dos escravos*, de 1971.

Esse entendimento implica, reforço, que nem todo ajuntamento social para habitação ou organização correlata se caracteriza a priori em Quilombo. Não há intenção de contestar o auto reconhecimento de nenhum território, esse é um processo inadmissível nessa pesquisa. É uma afirmação que reconhece outras formas organizativas que mesmo conduzidas majoritariamente por uma população negra não se identificam como Quilombos – exemplo disso são ocupações, frações do Movimento Sem Terra (MST) ou mesmo um bairro, um condomínio predominantemente preto e pardo³¹.

Já a característica da radicalidade está profundamente relacionada ao modo organizativo de seu corpo social, das relações interpessoais e das práticas políticas. É essa estruturação que se configura ou não com a negação do sistema produtivo vigente. Com efeito, a radicalidade é interdependente dessa organização interna. Apesar de contestável, desde a perspectiva desta dissertação, é possível haver Quilombos que não sejam radicais, que com acordo parcial ou total, legitimam o sistema e não possuem no horizonte sua derrubada. Por exemplo, um território que se auto intitule Quilombo, configurado por um conjunto de propriedades individuais, não deixa de ser Quilombo, mas não ataca o cerne do sistema atual, interpretação endossada tanto pela prática política da FQ como por Beatriz Nascimento:

Desse modo, cabe perguntar: o quilombo, considerado como forma de resistência dos negros ao regime de opressão, constituiu um instrumento eficaz de enfrentamento da ordem social, com a capacidade de mudá-la a seu favor? Se não, ele não poderá requerer para o seu entendimento uma interpretação baseada nas teorias da mudança social (2021, p. 97).

Soma-se a esses aspectos, ainda, a qualidade de *continuum* social, ou seja, uma estrutura organizada, radicalmente posicionada, que se perpetua no tempo. A perpetuação não se dá apenas através da perenidade de sua experiência individual, mas sim no somatório das diversas iniciativas de mesmo caráter. Na replicação, intencional ou não, de outras organizações que compartilham a sua essência.

Pode-se dizer que nem todo compartilhamento de espaços por pessoas negras será Quilombo, nem todo território organizado será radical e, conseqüentemente, nem todas as lutas somadas se configuram em Quilombagem. Por outro lado, Clóvis Moura afirma agregar “no conceito geral de quilombagem outras manifestações de protestos racial e social, como por exemplo as insurreições (...) [e] o bandolerismo dos escravos fugidos, os quais em grupos ou isoladamente atacavam povoados e estradas” (1992, p. 23).

³¹ Segundo classificação do IBGE a população negra é formada pela soma de pretos e pardos.

A despeito da proposição de Clóvis Moura que incluía outras manifestações radicais de resistência, para além dos Quilombos, o recorte desta dissertação se circunscreve, especificamente, no campo de atuação da Frente Quilombola e sua luta territorial. Mesmo havendo ações da coletividade, para além da luta jurídica e social de regularização fundiária, essencialmente todas essas práticas voltam-se para a preservação material e simbólica dos territórios quilombolas.

Delimitados esses aspectos iniciais, busquei diálogos com produções recentes a respeito da Quilombagem, como resultado obtive o artigo *A quilombagem do século XXI: reconhecimento ou emancipação* de Bezerra, Silva e Barbalho (2020), na qual a conceituação Moureana é central, já nas publicações *Sociologia do Brasil Negro: a pedagogia do pensamento de Clóvis Moura* de Wellington Narde Navarro da Costa (2018), *Caminhos Negros no Ceará: identidades de Resistência* de Matias, Silva e Ribeiro (2019) e *Expressões da luta de coletivos culturais nas periferias de São Paulo em tempos de pandemia* de Tâmara Pacheco (2022) a quilombagem, apesar de estar como conceito secundário, possui um desenvolvimento teórico relevante.

Iniciando pela produção de Silva, Bezerra e Barbalho (2020), na qual as pessoas autoras exploraram frontalmente o tema da Quilombagem na atualidade, há uma proposição de separar o conceito de Clóvis Moura em duas vertentes, a saber: Quilombagem por reconhecimento e Quilombagem por emancipação. Em Quilombagem por reconhecimento, é definido que a prática “se traduz no alcance da igualdade e do respeito sociais mediados pela ação estatal” (SILVA; BEZERRA; BARBALHO, 2020, p. 102), tendo como a consequência a “manutenção do *status quo* (...) perde[ndo] sua força radical voltada à emancipação” (idem, p. 104).

A proposição é antagônica à perspectiva que adoto, primeiramente porque a própria prática da Frente Quilombola mostra que a utilização de partes do Estado para a luta é postura estratégica e tática, tanto de sobrevivência, quanto de avanço de conquistas e desgaste do sistema. Ademais, por mais que possa haver alguma adequação ou sujeição às estruturas estatais, a Quilombagem nunca se configura em um processo de acordo completo em suas práticas políticas, econômicas e sociais, pois, se assim o fizer, deixa de ser Quilombagem primeiro.

Do mesmo modo, imputar às pessoas quilombolas a possibilidade de manutenção do *status quo* possui incompatibilidade de fundo, uma vez que em uma sociedade hierarquizada racialmente, está com a burguesia econômica e política, majoritariamente branca, o poder de

tal feito. Vale lembrar a conceituação da colonidade do poder de Quijano (2005), sobre a qual afirma:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial (2005, p. 117).

O autor centraliza a raça na discussão sobre a conformação da América Latina como um continente formado a partir da ótica eurocêntrica e a ela subordinada:

(...) este padrão de poder, nem nenhum outro, pode implicar que a heterogeneidade histórico-estrutural tenha sido erradicada dentro de seus domínios. O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto (QUIJANO, 2005, p. 124).

Se por um lado a afirmação deixa brecha para a existências de outras disposições baseada em premissas distintas do eurocentrismo, por outro, também confirma que seu aparato de dominação é reestruturado de acordo com as peculiaridades materiais de cada nação. Assim no Brasil, sujeitos subordinados ao domínio europeu recriam a hierarquia racial, na qual as pessoas brancas na sociabilização brasileira se posicionam como dominantes. Essa dinâmica é relevante para refletir a segunda forma de Quilombagem que Silva, Bezerra e Barbalho (2020).

Na Quilombagem por emancipação, é requerida a perspectiva iluminista como um meio de libertação, mesmo reconhecendo que o “(...) iluminismo manteve a escravidão como modelo padrão de uso da força de trabalho para a produção de riquezas” (SILVA; BEZERRA; BARBALHO, 2020, p. 105). Para contornar as contradições, sugerem:

(...) os quilombolas optantes da quilombagem tanto podem como devem ressignificar (sic) o iluminismo europeu, ou então se apoiar numa espécie de iluminismo afro-quilombola, gestado no contexto dos embates da sociedade brasileira, consubstanciado na memória histórica daqueles antepassados que impuseram a quilombagem como prática de transformação social (idem, p. 106).

Em primeiro lugar, é importante observar o que, o próprio Clóvis Moura, conceitua como emancipação:

Como entendemos a participação do negro no processo de desenvolvimento e emancipação social, econômica e cultural na América Latina? Para que se tenha uma perspectiva clara e profunda da forma como a visualizamos (sic) devemos esclarecer, inicialmente, como conceituamos emancipação. Por isto, afirmamos inicialmente que, para nós, essa emancipação é um processo social, cultura, econômico, e, sobretudo, político ainda em curso, imanente (2021, p. 135).

Tendo em vista o exposto por Clóvis Moura, mantenho a discordância com o proposto pelos autores na publicação, pois mesmo se avocando uma possibilidade de “iluminismo afro-

quilombola” entendo que esse caminho não permite certamente a emancipação cultural e política, imposta por Clóvis, reforçando a incompatibilidade da hipótese. Ainda, Dennis de Oliveira (2021), em diálogo com as proposições de Mills corrobora com minha posição ao afirmar ser “um erro considerar o escravismo e o colonialismo como ‘erros’ do projeto Iluminista. Pelo contrário, eles são inerentes a esse projeto” (2021, p. 102). Nessa perspectiva, a emancipação da população negra é uma proposição de confronto com o Iluminismo, assim como, pelo caminho apontado, incompatível com as bases moreanas.

Dessa forma, apesar de partirmos do mesmo conceito de Clóvis Moura e buscarmos uma atualização do fenômeno da Quilombagem na atualidade, temos proposições teóricas distintas, desde o referencial de Clóvis Moura como das demais pessoas com as quais dialoguei. Reforço a importância, do meu ponto de vista, fundamental para as proposições teóricas sobre as lutas latino americanas, que se privilegie as perspectivas das pessoas autoras da periferia mundial. Como pontuado por Quijano (2005, p. 139) “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Com isso, o diálogo com pessoas autoras do centro mundial não fica interdito, vide o autor principal dessa dissertação, Clóvis Moura, que a partir da obra de Marx propõem uma construção inovadora e materialmente situada em seu contexto nacional e continental. Igualmente, na proposição de Transmodernidade de Dussel (2016), o autor defende que a periferia pegue da Modernidade o que lhe serve e use para a sua libertação:

(...) o conceito estrito de “transmoderno” indica essa novidade radical que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar, *other location* (Dussel, 2002), do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para a cultura moderna única (DUSSEL, 2016, p. 63, grifo do autor).

Em consonância, com esse alinhamento referencial, Tâmara Pacheco (2022), em seu artigo, também evoca a colonidade do poder de Quijano (2005), assim como as conceituações de *sujeitos periféricos* de D’Andrea, *contrato racial* de Mills e a *Quilombagem* de Clóvis Moura buscando nesses autores um corpo teórico com o qual analisa a realidade do município, afirmando que:

(...) dentro de uma organização capitalista da sociedade competitiva, não se resolve o problema da desigualdade e das relações raciais pela integração do negro nos espaços de poder da sociedade de classes, ou melhor, não se trata apenas de dar condições melhores para negras e negros competirem (...) uma nova ordem social como solução

depende de processos que requerem uma práxis negra a partir da radicalidade do Brasil negro, por isso a constituição de espaços públicos requer teoria e prática (PACHECO, 2022, p. 430).

Nessa passagem, Pacheco se opõe à proposição de Florestan Fernandes, apresentada anteriormente, a respeito da integração da população negra na sociedade de classes. Assim como, apesar de ser autora da escola de Escola de Artes, Ciências e Humanidades, podemos identificar uma crítica do que chamamos de ferramenta da Diversidade, da prática do *management*, do qual trataremos no capítulo quatro. Essas questões paralelas são desdobramentos do debruçamento da autora sobre os movimentos culturais, como eixo dinamizador, desde a colonização até a atualidade e os atravessamentos produzidos nos corpos sociais da periferia do sistema-mundo.

Avançando na proposição de Pacheco (2022), na qual apresenta o apontamento da conceituação Moureana como potencial para se pensar os movimentos periféricos pesquisados, a autora define Quilombagem como “ação dos quilombos ao ato de fuga do escravizado no Brasil, que mesmo sem um projeto político, mas no plano da totalidade do processo histórico de sua existência, articulam como arma permanente a negação ao sistema” (p. 431).

Considero que a interpretação coloca Quilombo e Quilombagem próximos de sinônimos, assim como ao descrever “mesmo sem um projeto político” deixa em aberto uma leitura de que nenhum Quilombo possuía a prática política, pelo menos no nível consciente. Já para Costa (2018), que pensa a conceituação para a prática da educação antirracista, afirma:

O conceito de quilombagem desenvolvido por Clóvis Moura dialoga com as produções teóricas de outros intelectuais negros brasileiros que, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, também estavam realizando pesquisas acerca da ideia de quilombo (...) A despeito de se referir, em última instância, aos confrontos bélicos organizados pelos escravizados majoritariamente durante o período colonial, o conceito de quilombagem de Clóvis Moura não exclui as múltiplas formas de luta do povo negro no Brasil, estendendo-se para a esfera cultural, religiosa, aproximando-se da noção de quilombo trabalhada por Beatriz Nascimento: uma experiência coletiva afro-brasileira que se atualiza, um *continuum* (COSTA, 2018, p. 69, grifo do autor).

Na citação de Costa se referencia Beatriz Nascimento, importante intelectual negra, que desenvolveu profundas pesquisas sobre Quilombos. Tendo como uma das principais proposições a Paz quilombola:

Podemos ver portanto, que, estabelecido num espaço geográfico, presumivelmente nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo. Entre um ataque e outro da repressão oficial ele se mantém ora retroagindo, ora se reproduzindo. Este momento chamaremos de “*paz quilombola*” (...) Pensamos que, pela duração e pela expansão no espaço geográfico brasileiro, o quilombo é um momento histórico brasileiro de longa duração e isto graças a esse espaço de tempo que chamamos de “*paz*” (NASCIMENTO, 2018, p. 76).

Nessa interpretação propositiva se assenta uma importante distinção entre a autora e Clóvis Moura, que conforme Oliveira, percebe o Quilombo como uma experiência de combate:

O problema nesse raciocínio de Beatriz Nascimento é restringir os conflitos sociais de que fala Clóvis Moura (...) às atitudes abertas de confronto com as forças repressivas, deixando de lado que uma sociedade de classes é marcada permanentemente pela lógica do conflito (nem sempre explícito em insurreições). Os quilombos são, assim, na sua *essência*, uma prática de resistência organizada (OLIVEIRA, 2021, p. 152, grifo do autor).

Contudo, ao mesmo tempo, Nascimento (2018) concorda com o sentido da negação contida na proposta Moureana, afirmando que:

Como prática rebelde, o autor levanta as características principais dessa negação: a produção voltada para a própria população e não para o mercado mundial; o modo libertário; as conexões com as tradições de matriz africana como a recuperação da subjetividade e a propriedade comunitária da terra. Trata-se da recuperação da condição de humanidade negada pelo sistema escravista (NASCIMENTO, 2018, p. 431).

Reafirmo assim, o entendimento da Quilombagem como um processo secular de luta radical, composto pelas diversas experiências de Quilombos no território nacional. Conectados ou isolados, perenes ou extintos, vitoriosos ou derrotados. As suas existências compõem uma oposição contra a forma de produção materialmente posta. Ainda, defendo que após a abolição da escravatura a Quilombagem mantém a premissa de luta contra o capital, em suas facetas modernas na econômica, política e social. Em contínua luta ao direito à vida efetivamente liberta.

A partir da revisão teórica sobre o conceito Moureano e os diálogos estabelecidos, principalmente, com a produção latina americana, dentro das necessidades de recorte e síntese de uma pesquisa, proponho que a Quilombagem como perspectiva Organizacional se estrutura exclusivamente a partir do que chamarei de Princípio de Radicalidade, essa é a essência do fenômeno na colonialidade, sugiro ainda que o mesmo é composto por duas premissas, a saber: *Continuum* e a Organização Libertária, as quais são fundamentais para que a radicalidade se manifeste na potencialidade descrita por Clóvis Moura.

O **Princípio da Radicalidade** é amplamente identificável na conceituação do autor, se configurando na oposição direta a condição de cativo enfrentada pela população negra, que constrói através da materialidade dos Quilombos e, outras manifestações como bandoleirismo, uma estrutura social que luta para restabelecer o reconhecimento da sua condição humana, negada pelas classes dominantes. Por ser fenômeno de ataque às contradições da sociedade, o Quilombo é defendido como o fenômeno mais radical de combate já que em seu território se

caracteriza em uma ordem absolutamente contrária ao modo de produção escravista. A soma dessas experiências gera desgastes culminando na impossibilidade do sistema escravista se manter.

Ao mesmo tempo, que para a concretude da Radicalidade em sua plenitude se faz necessária a orientação da **Premissa de *Continuum*** – que também poderia ser chamada de Premissa de Continuidade, escolho, porém, manter a palavra na grafia original largamente utilizada por Clóvis Moura –. Inicialmente, a essencialidade desse aspecto está relacionado a importante tese de que os Quilombos transbordam das experiências individuais, tanto por mostrar uma possibilidade material de luta, como por, historicamente, se verificar a presença dessas organizações por todo período colonial e em todas regionais nacionais, nas quais havia mão de obra escravizada. Essa continuidade e extensão de experiências resulta em um enfraquecimento da produção escravista, corroendo-a, através da oneração da população de senhores de escravos e do crescente medo generalizado da burguesia branca.

Ainda nessa premissa é possível compreender que o *continuum* é uma característica de Clóvis Moura que vem da realidade, não é uma conceituação alienígena imputada a posteriori. Ou seja, mesmo sem ser nomeada de tal forma, sua essência é manifesta em campo. As pessoas que estabeleciam um Quilombo objetivavam que sua experiência fosse replicada, dando suporte e se apoiando para que tal fato se concretizasse. A República de Palmares é exemplo dessa orientação, formada por diversos quilombos – também chamados de cidades, mocambos ou cercas – das quais se destacam: Quilombo de Zumbi, Mocambos de Acotirene, das Tabocas, Drambrabenga, Osenga, Aqualtune, Palmar de Andalaquituche e as Cercas de Amaro e a real do Macaco, sendo essa a capital (MOURA, 2013). Contrapondo o imaginário de isolamento e desordenamento pelas constantes lutas e fugas, a República se mostrava organizacionalmente complexa:

Montada nesse binômio (território-população) é que a sociedade civil de Palmares se estrutura e dinamiza. Organiza-se criando um espaço humano e social dentro do seu espaço físico. Por diversas circunstâncias, as cidades da República (...) começaram a se formar de acordo com o processo de desenvolvimento e de diferenciação decorrente de uma mais complexa divisão interna do trabalho (MOURA, 2013, p. 349).

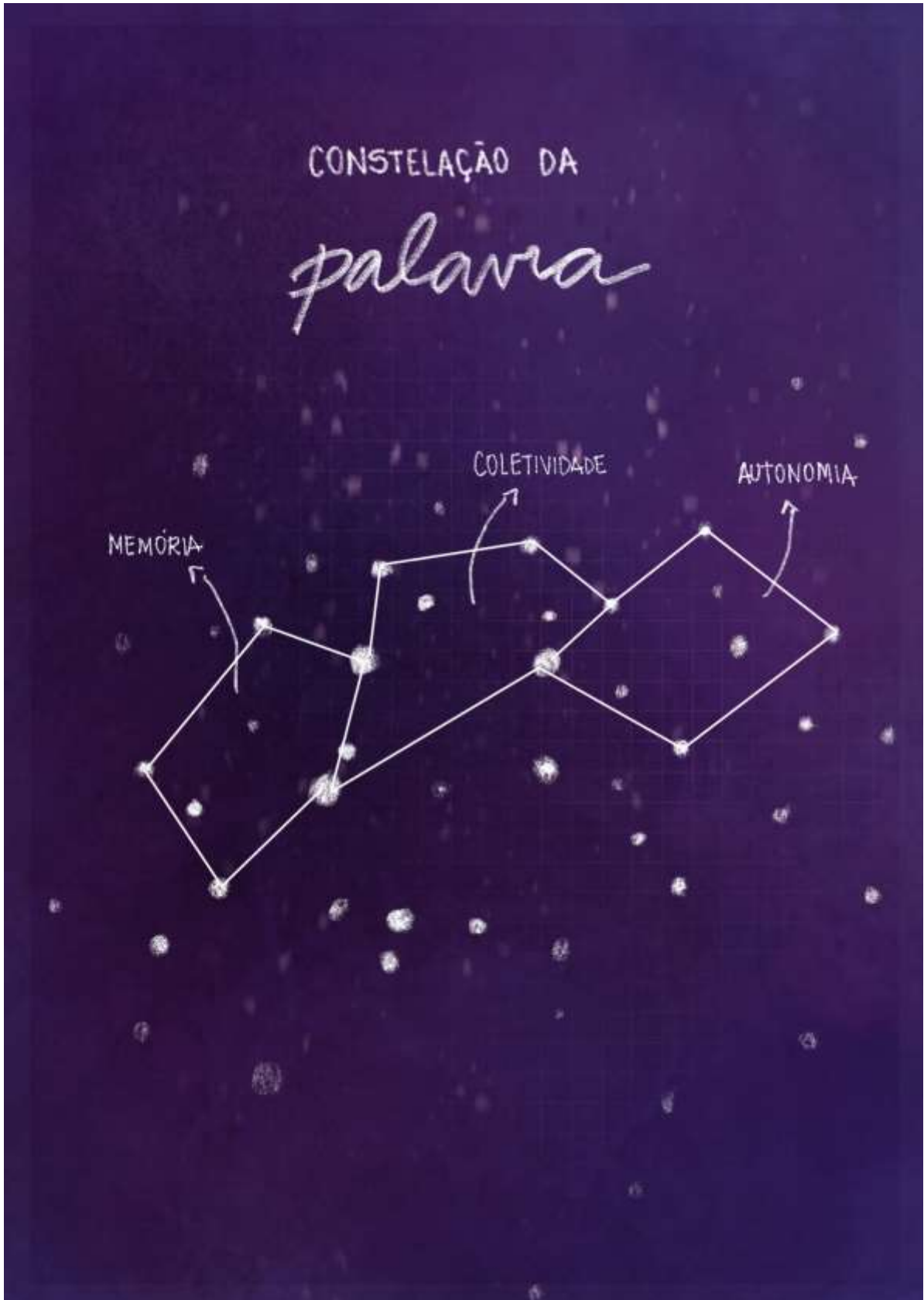
É essa premissa que evidencia o projeto de nação que a Quilombagem estabelece na prática e no imaginário da população negra, mesmo quando não aquilombada. Creio ser possível afirmar que a existência de territórios nos quais a população negra era livre, potente em sua defesa, capaz de promover sua subsistência para além da fome da miséria, livre das torturas e assassinatos, essa existência vai se espalhando pelo país e promovendo esperança

para as pessoas exploradas e medo em quem explora, aspectos simbolicamente potentes para a erupção e derrotada final do escravismo.

Conectada a premissa anterior, com a exemplificação da República de Palmares, fica evidente que a **Organização Libertária**, como projeto, é basilar, se configurando em uma característica fundamental do Princípio da Radicalidade. É preciso pontuar, ainda, que a liberdade não estava circunscrita aos territórios quilombolas e as pessoas negras que tinham sucesso na fuga da cadeia escravista. Antes, se configurava como um objetivo para toda a população negra, independente de sua condição materialmente posta naquele período histórico.

A seguir, trago uma imagem representativa da essencialidade da Quilombagem, a linha condutora segue a apresentação no capítulo anterior, no qual trouxe a Constelação da Luta Antirracista. Apesar da linearidade imagética, a justificativa evocada, nesse caso específico, está centrada em Clóvis Moura, especialmente na citação que abre o capítulo: “quilombagem uma constelação de movimentos de protestos” (1992, p. 23). A partir desse fragmento, em conjunto com a face poética do autor e a simbologia ancestral do céu e estrelas, entrego uma nova Constelação (Figura 12) livremente inspirada na trajetória de Clóvis Moura e nas vozes de toda a população que ele trouxe à tona em suas obras:

Figura 12 - Constelação da Palavra



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Começo afirmando que a Constelação da Palavra está assentada na mesma matriz da anterior e é uma imagem diferente, como o olhar atento irá reconhecer. A localização também difere, está mais ao sul – em uma latitude diferente, por assim dizer –. Ressalto essa questão, pois a concepção da proposta passa por esse retrato de um mesmo céu, que possui diversas constelações a serem vistas, descobertas e revisitadas, assim como é fundamental para a terceira imagem a ser apresentada no próximo capítulo.

Não quero soar repetitiva, mas proponho duas interpretações da imagem, a primeira com foco no contorno exterior de toda a forma e a segunda com enfoque na percepção das três peças que compõem esse todo. Encaminhando a pessoa leitora para a visão da Constelação, com sua leitura com peculiaridades, assim como a leitura da segunda proposta traz uma perspectiva diferente.

A Constelação da Palavra está assentada na ideia de um aglomerado de lutas que diariamente se manifestam, assim como uma lembrança perene é uma guia para o presente. Penso que, por muito tempo, a libertação foi vista como uma miragem, que a população negra escravizada podia desenhar nos seus céus, a despeito de toda coerção de pessoas exploradoras, que contrariamente não viam nem o que estava a sua frente, a barbárie da qual eram responsáveis. Conforme afirma Cida Bento “As noções de ‘bárbaros’, ‘pagãos’, ‘selvagens’ e ‘primitivos’ evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro (...) E esse outro tem muito mais a ver com o europeu do que consigo próprio” (2022, p. 28).

Porém, principalmente, quero marcar que a Quilombagem possui muitas outras interpretações possíveis, o retrato que proponho é fruto de uma perspectiva específica, circunscrita em uma área de conhecimento que colabora para o sentido empregado, sem restringir outras leituras. Não quero com isso menosprezar minha proposição, antes quero ressaltar a potencialidade dessa conceituação que pode ser constelada em incontáveis formas, com infinitas outras estrelas.

Na leitura fragmentada se visualiza o Princípio da Radicalidade, pareado pelas Premissas de *Continuum* e Organização Libertadora. Três pilares que possuem cernes específicos e correlações entre si. A decisão de não apresentar os mesmos em uma forma que contenha as demais passa pelo desvio da hierarquia e da ideia de que não há expressão possível das sessões para além da manifestação circunscrita à proposição geral. Ou seja, as Premissas são partes do Princípio, mas não se esgotam no mesmo. Se expressam tanto no conjunto, quando

pareadas, como na individualidade. Contudo, quando uma ou mais partes se desagregam, nessa proposição, não formamos a Constelação da Palavra ao fim.

No capítulo a seguir, apresento resultados e discussões, advindos das convergências entre a empiria e a teoria, entre as Constelações da Luta Antirracista e a da Palavra, propondo as contribuições as quais se chega para a área dos Estudos Organizacionais, focada na entrega de abrir novas perspectivas para o Organizacional como expressão de radicalidade e meio para a libertação.

4. CONSTELAÇÃO DAS CONVERGÊNCIAS: QUILOMBAGEM NA PERSPECTIVA DA PRÁTICA ORGANIZACIONAL

(...) a quilombagem pode apresentar como saldo a construção de um modelo paralelo de organização todas as vezes que se estruturava em um espaço quilombola: modelo de economia, organização familiar, estrutura militar, religião, organização política, distribuição de bens, interação interna, papéis e função social dos sexos, forma de lazer e de poder (MOURA, 2001a, p. 115).

Na citação inicial, fica evidente que Clóvis Moura propunha a Quilombagem como uma manifestação organizativa radical. Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo entrelaçar os aspectos empíricos e teóricos da pesquisa, defendendo sua relevância para o campo da Administração no geral e, especificamente, na área de concentração dos Estudos Organizacionais, propondo inovações potenciais ao Organizacional.

Ainda, retomando a citação, o autor indica que na análise micro o Quilombo se estrutura de forma peculiar, objetivando a reprodução da vida, em contradição com o modo de produção escravagista, dependente, subordinada e desumana. Já no horizonte macro, o conjunto de Quilombos compõe a proposição da Quilombagem, que por sua vez, maximiza a radicalidade das experiências unitárias, criando uma nova estrutura de confronto ao sistema de exploração colonial.

Considero importante salientar, no entanto, que a despeito da concordância com a proposição de Clóvis Moura, pontuo cautela sobre o uso da palavra “modelo”, tendo em vista que, especialmente em nosso campo de conhecimento, a mesma evoca uma forma organizativa que pode ser replicada indiscriminadamente, sugerindo que as peculiaridades das organizações serão ajustadas a uma forma ideal. Provavelmente essa não era a ideia do autor, porém, vide a leitura que se faz da burocracia por exemplo, teorizada por Weber (2004), creio ser importante reforçar a questão.

Penso que na área da Administração é preciso se precaver das interpretações simplistas de modelos, tanto as dominantes do *management* como as experienciais que se propõem disruptivas, nesse sentido, Misoczky e Moraes (2010), em diálogo com Harvey, afirmam o apego às estruturas que nublam a realidade:

Queremos aqui reter a noção de *fetichismo da forma organizacional*, que nos parece extremamente adequada, já que permite que se reconheça a substituição do processo real das relações sociais que se constroem na práxis dos lutadores sociais, e que se faz acompanhar de aprendizagens e criatividade, por uma estrutura fantasmagórica preconcebida (p. 179-180, grifo das autoras).

Em verdade, objetivo que essa dissertação possa projetar princípios e premissas essenciais que formem um conjunto organizacional radical, com capacidade para servir de **referencial** para organizações. Para que essas, dentro de suas especificidades, encontrem a certa medida, de acordo com suas realidades e manifestações, pilares organizativos com raízes na Quilombagem.

Dessa forma, creio também fazer jus, a tradição da redução sociológica de Guerreiro Ramos (1996), pois mesmo se tratando de uma produção teórica brasileira, também se faz necessário mediações com as realidades específicas, para catalisar sua radicalidade. Conforme o autor:

(...) a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1996, p. 71).

Guerreiro, na tarefa de ajudar a compreender a sua proposição, elenca sete itens para a efetivação da redução sociológica, quais sejam: 1) É atitude metódica; 2) Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos; 3) Postula a noção de mundo; 4) É perspectivista; 5) Seus suportes são coletivos e não individuais; 6) É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira e 7) Embora seus suportes sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada. Desses, destaco o ponto quatro:

A perspectiva em que estão os objetos em parte os constitui. Portanto, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. **Não há possibilidade de repetições na realidade social.** O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado (RAMOS, 1996, p. 72-73, grifo nosso).

Em consonância com o autor e como indicado no título, proponho como Convergências as relações estabelecidas a partir dos Princípios e Premissas para representar a essencialidade da FQ e da Quilombagem. Compreendo que o contexto e a prática da luta antirracista da FQ me ofertou possibilidades de fazer relações para se pensar a conformação da Quilombagem na atualidade. Reafirmo que a realidade social dificilmente replicará, na sua totalidade, as mesmas perspectivas para a prática e teorização, sem no entanto invalidar o aqui posto, confirma que outras manifestações essenciais podem ser visualizadas por outras pessoas pesquisadoras, a partir do seu próprio referencial.

É fundamental ressaltar que não pretendo rotular a prática da FQ como Quilombagem, não cabe a mim essa posição. Minha defesa é de que a coletividade possui essencialidades que podem ser relacionadas com a conjectura da Quilombagem e, por isso, proposta como

manifestação dessa. Ou seja, a FQ, de acordo com minha perspectiva, possibilita a materialidade para se atualizar o conceito da Quilombagem na contemporaneidade, mostrando haver organizações que correspondem ao sentido da teorização de Clóvis Moura no pós-abolição.

Dessa forma, é possível pensar a Quilombagem como uma categoria Organizacional, indicando imperativos para se configurar a vivência dessa luta antirracista, sem, no entanto, ofertar um modelo. Tanto os Princípios como as Premissas possuem inúmeras formas de manifestações possíveis, conectadas às realidades específicas de cada organização.

Assim, o **Princípio** geral da Quilombagem é **a Radicalidade**, manifesto na FQ através do **Princípio de Coletividade**. A radicalidade é evocada em toda referência que Clóvis Moura faz à Quilombagem, defendendo que ao atacar, com a finalidade de destruição, o sistema produtivo, econômico e social vigente, se configura o fenômeno de maior radicalidade contra a sociedade escravista. Já quando a FQ se constrói a partir da base coletiva e, especificamente, na regularização fundiária nesses termos, nega a lógica mercantilista e individualista do sistema capitalista liberal.

Realidade, na qual a produção do Capital deixa de ter a centralidade na produção industrial e passa para uma sistemática mais etérea. O Capital se reproduz através do próprio Capital. Dennis ao refletir sobre o neoliberalismo e as mudanças da sua reprodução, afirma:

No campo econômico, o modelo neoliberal altera profundamente a forma de organização da produção capitalista que não se realiza mais em grandes plantas produtivas industriais e sim em redes globais de nichos produtivos. Na cabeça dessas redes estão os centros produtores e gerenciadores de tecnologia e processos – que se localizam nos países centrais (2021, p. 26).

Realidade também expressa na especulação imobiliária, que deixa de estar vinculada ao valor de terrenos, casas, apartamentos, se expandindo para outra dimensão. O valor simbólico é o que precifica esses imóveis, em uma escala sem precedentes. Um exemplo dessa dinâmica está apresentado no capítulo segundo, através da imagem da valoração imobiliária na cidade de Porto Alegre (Figura 2).

Seguindo para a análise das premissas, estabeleço relações entre as **Premissas de Continuum** e **Memória**, identificadas, respectivamente, na teoria e na observação empírica. A adjetivação de *continuum* é a chave que constitui a Quilombagem como uma interpretação diferencial das realizadas com foco em Quilombos. Construindo uma proposta que rompe com as barreiras específicas, quando circunscrita a uma ou outra experiência vitoriosa ou derrotada na historicidade. No mesmo sentido, a memória evocada pela FQ desfaz o confinamento do

tempo e espaço, afirmando que a materialidade de agora está assentada em toda uma luta secular dos seus antepassados, consanguíneos ou não, reforçando que os parâmetros de civilidade reivindicados e promovidos são de natureza distintas, dos que os impostos pela colonialidade.

Da mesma forma, a Quilombagem no aspecto da **Premissa da Organização Libertária** está manifesta na **Premissa de Autonomia**, que articula a prática de ação e política da FQ. Lembrando que as contradições intrínsecas ao Capitalismo como sistema de organização do mundo são ainda mais nefastas nos países e continentes posicionados sob o crivo do Capitalismo dependente, fato ilustrativo da relação proposta entre a libertação e a autonomia, sobre as quais defendo que não é possível haver uma sem a outra. Ter autonomia é parte essencial para a real libertação. Dennis (2021, p. 27) elabora que:

Os impactos das sazonalidades do capitalismo são mais sentidos nos países da rede produtiva. Os insumos e matérias primas (...) produzidos por estes têm seus valores controlados pela cabeça da rede produtiva expressa nos mercados especulativos nas bolsas de valores também dos países centrais.

Organizacionalmente, é possível se ater em aspectos puramente estruturais, por exemplo, o embate entre hierarquias verticais e horizontais. Porém, é possível expandir o referencial para outras análises, como a integração da população negra no pós-abolição, momento no qual a liberdade jurídica foi imediatamente contida pelo Estado ao buscar negar a autonomia das negras e negros através de mecanismos de opressão, como a violência policial, encarceramento em massa e outras práticas de sustentação da desigualdade. Ou seja,

(...) a contrarreforma neoliberal se expressou em duas vertentes políticas: uma de criar mecanismos de *administração das tensões sociais* por meio da aplicação das chamadas políticas compensatórias e outra de intensificar as estruturas de violência institucional, apontando para o *extermínio da população não branca* (OLIVEIRA, 2021, p. 27, grifos do autor).

Para representar as interpretações entre os princípios e as premissas proponho a Constelação das Convergências (Figura 13), constituída pela sobreposição das apresentadas anteriormente:

Figura 13 – Constelação das Convergências

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

Como já pontuado, os formatos próprios e posições distintas, para além de marcar suas diferenças, serviam a um propósito didático que se materializa na Constelação da Convergência. Os dois retratos anteriores foram sobrepostos sem nenhuma alteração, criando assim uma constelação maior, com áreas justapostas e, ainda, uma terceira forma em seu interior. Tendo em vista os resultados da sobreposição, apresento quatro leituras diferentes para a compreensão total da imagem.

A primeira interpretação, segue a sequência proposta da visão do todo, da marcação do objeto pelo seu contorno externo. Assim, com a soma das Constelações da Luta Antirracista e de Constelação da Palavra se cria uma nova, composta tanto pelas proposições teóricas como por manifestações das mesmas, ou seja, creio que a Constelação de Convergências compõe a proposição de práxis Organizacional dessa dissertação.

A segunda e a terceira leitura podem ser compreendidas em uma explicação condensada, configurada no enfoque de cada uma das constelações em separado, mas que apresentam um diferencial das apresentações anteriores. Para além das marcações internas, temos uma nova camada, indicando a presença da essencialidade da Constelação da Luta Antirracista na da Palavra e vice e versa. Aqui reforço a proposição da Frente Quilombola como uma manifestação da Quilombagem e a Quilombagem presente em um Movimento Social contemporâneo - sem circunscrever uma a totalidade da outra. Há uma área de convergência e uma área individual, indicando outras possibilidades de manifestações passadas, presentes e futuras.

A quarta e última forma de interpretação da imagem é se ater a forma interior, na qual a Quilombagem e a Luta Antirracista são uno. Assim, a conceituação de Clóvis Moura e a prática da Frente Quilombola se encontram e se tornam componentes da mesma essência. Se nas proposições dois e três evidencio que a convergência é apenas uma possibilidade de manifestação, na atual o objetivo está em reter apenas no que é comum na totalidade para assim afirmar que a Frente Quilombola pode ser compreendida, a partir da perspectiva dessa pesquisa, como Quilombagem contemporânea.

Em verdade, as interpretações propositivas são um recurso metodológico para as sínteses teóricas desenvolvidas, porém não são barreiras, muros intransponíveis, ao contrário, são recortes dentro das inúmeras outras possibilidades. A centralidade é reforçar o caráter orgânico do objeto de estudo empírico e teórico. Em diálogo com as tradições de povos originários, a complexidade da pessoa de Clóvis Moura e, a minha própria formação. Como Administradora e Artista Visual, tenho apreço por composições que juntam o rigor ao lúdico.

Creio que a escolha didática produz vantagens, por ser uma forma inovadora de apresentação em nossa área, que pode apreender o olhar da pessoa leitora, a partir da instigação. Além das simbologias em consonância com o desenvolvimento que explicitam a infinidade de outras possibilidades e leituras, na contramão da ideia de modelo Organizacional.

Por fim, compreendo que a contribuição essencial da Quilombagem para o entendimento do fenômeno contemporâneo FQ, está em desvelar a racialidade como pilastra Organizacional, **imputando a mesma como parâmetro fundante para organizações sociais radicais, perenes e comprometidas em construir a libertação**. Especificamente nos EO's, a conceituação de Quilombagem de Clóvis Moura, atualizado através da coletividade da FQ, conforma o entendimento de enfrentamento ao **paradigma administrativo e organizacional do sujeito universal**, sem marcadores sociais, que a **ferramenta da Diversidade** diz enfrentar, no marco do *management*.

A Diversidade, enquanto constructo empresarial e modelo de promoção da igualdade, está fadada a perpetuar as estruturas Organizativas, substancialmente, nas mesmas condições sociais hierarquizantes da atualidade. Podendo no máximo ofertar brechas, na certa medida, a não trazer perigo estrutural. A Quilombagem, por outro lado, se assenta na mudança que reverbera em toda estrutura, tendo como chave da sua radicalidade a libertação da população negra que sustenta o sistema. Atento, ainda, para o fato de que a ferramenta mantém a raça branca por demais apartada da discussão das relações raciais ou ofertando as pessoas brancas o lugar de novos agentes promotores do mito da benevolência isabelística. Perpetuando assim a herança escravista de invisibilização do benefício que as pessoas brancas vêm acumulando ao longo dos séculos.

Vale ressaltar que essa proposição não visa promover ou legitimar a hierarquização racial, objetiva sim trazer à tona a raça como uma construção social de forma crítica, no sentido de ser ampliada para ser superada. Talvez, possa parecer um caminho torto e com sentido improdutivo, porém minha sustentação é de as pessoas que historicamente tiveram o poder de nomear o outro precisam ser racializadas, para haver um ambiente social que realmente lute para o fim desse constructo social.

Pensar a racialidade como ponto basilar para as organizações radicais defendendo ser um imperativo para a sociedade brasileira “que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático (...) impondo o ‘capitalismo racial’” (BENTO, 2022, p. 40). A concepção de Capitalismo racial, desenvolvido na luta contra o apartheid na década

de 70 na África do Sul, é uma forma de reafirma a imersão das Organizações em um sistema de hierarquização profundamente racial.

Nossa sociedade é marcada pelo racismo, que busca constantemente se adaptar às novas configurações produtivas, nos marcos sociais, econômicos e políticos. Reestruturação facilmente identificável no pós abolição, no qual vai havendo avanços graduais das expressões dos aspectos simbólicos ligados às etnicidades africanas, como a prática da capoeira e do samba. Ao mesmo tempo que o Estado continua almejando escamotear a necessidade de promover efetiva reparação histórica e acessos integrais aos direitos constitucionais.

Pontuar a nova roupagem do racismo visa, também, combater a ideia do preconceito de cor apenas como uma herança da escravidão (OLIVEIRA, 2009), que lhe dá um caráter estático ou meramente retrógrado. Assim como, criticar o sentido do legado do período colonial exclusivamente ao prejuízo à população negra, sem descortinar as enormes vantagens à população branca (SOUZA, 2021, *apud* MOURA, 2021), especialmente para as elites agrárias, que por exemplo, mantém propriedades de terras sem cumprir a Constituição Federal, que em seu Artigo 5º, Inciso XXII, vincula o direito ao exercício efetivo de função social.

Na perspectiva de se conformar interpretações críticas sobre a constituição do Brasil, entendo que na Teoria Organizacional, há a suposição de que a escravidão não pertenceu à modernidade (MACHADO, 2019). Nessa perspectiva, a divisão laboral entre pessoas trabalhadoras negras escravizadas e imigrantes brancas livres, teria cessado com a abolição da escravatura. Tal suposição é uma postura inauguralmente desconectada da realidade e promove a ideia de desracialização do trabalho, ou seja, a partir desse marco todas as pessoas proletárias seriam simplesmente trabalhadoras, como se não tivessem cor e como se a cor não estabelecesse distinções em suas experiências de trabalho.

Se por um lado não há como negar que, em sua maioria, essas interpretações são importações acríticas de teorias eurocêntricas, também é salutar pontuar que mesmo na América Latina contemporânea, com sua formação demográfica, as mesmas são insuficientemente questionadas. Forjando, especificamente na Administração e nas áreas dos Estudos Organizacionais, a perspectiva de pessoas trabalhadoras desprovidas de marcadores sociais, ou pelo menos que esses não interferem substancialmente na práxis de nosso campo, mesmo nas vertentes críticas. Assentando, também, nesse local a dificuldade de se empreender pesquisas com foco na raça, ainda mais quando essas não estão primordialmente voltadas para a negritude, como objeto de estudo e grupo carente de intervenções externas.

Penso que essa contextualização é fundamental para repensar as proposições hegemônicas das pessoas trabalhadoras como uma humanidade universalizável, que não carece ser pensada em suas especificidades, uma vez que não há, na realidade, sustentação para se continuar propagando as organizações como espaços socialmente neutros (NKOMO, 1992; 2021). Assim, devido a fragilidade da narrativa por um lado, o tensionamento constante e a crescente da luta antirracista pelo outro, novas ferramentas de contenção social são necessárias. No campo Organizacional, essa necessidade se manifesta no paradigma da Diversidade, a qual rebato evocando a racialidade como essencial para organizações radicais.

Creio na potencialidade da proposição, pois ela permite um giro necessário para pautar as relações raciais, não circunscrito apenas na esfera do racismo sobre a população negra. Assim, mesmo tendo uma organização negra como objeto empírico, busquei desvelar a racialidade branca, a branquitude e seus tentáculos. Um exemplo simples, com óbvia parcialidade de cunho racial, é o questionamento sobre pautas identitárias. Não parece haver espaço para se pensar nas recorrentes propostas parlamentares de homens brancos do agronegócio em prol de iguais ou nas campanhas de mulheres brancas para ocuparem lugares altos postos de comando pensadas somente a partir de suas experiências de trabalho, como pautas dessa natureza.

Devido às complexas facetas que o racismo se manifesta, é preciso também complexificar as formas de descortino das raízes das problemáticas sociais, por isso a importância das inversões de perspectivas, ao se focar determinados temas, a interseccionalidade entre disciplinas, assim como a recuperação de autores, teorias e conceitos. Mote que me levou a proposição de revisitar a conceituação Moureana de Quilombagem a partir da luta antirracista, expressa na reivindicação territorial da Frente Quilombola.

Trajetória que me leva a afirmativa de que racializar criticamente as Organizações é um caminho inevitável, para que as inovações organizativas deixem de serem arcaísmos com nova roupagem, como a Diversidade enquanto nicho gerencial.

5. COSMOS

No corpo nu
Da constelação
Está, estás
Sobre uma das mãos

E vais e vens
Como um lampião
Ao vento frio
De um lugar qualquer (RAMIL, 1981)

Escolher *Estrela, estrela* para abrir as considerações finais é reafirmar a metáfora celeste como guia da minha pesquisa, agora constituída em cosmos. No qual estão todas as constelações, as que fizeram parte do recorte proposto e as demais a serem desveladas. Sempre marcando minha presença como pesquisadora, escolho Vitor Ramil para essa celebração, cantor e compositor pelotense que tão singularmente canta o imaginário *gaúcho*.

Nesse espaço, tecerei comentários que buscam ressaltar as questões mais importantes que identifico como resultados dessa pesquisa. Também é aqui que se materializa o alerta que recebi nesse processo de escrita “pesquisa não se termina, se interrompe”, fato difícil de aceitar, mas que, ao cabo, se mostra tão verdadeiro. Assim, tenho um frame, de um longa-metragem a ser construído, espero, por muitas mãos.

Objetivamente, por ser uma pesquisa na área das Ciências Sociais, mesmo que situada nas Aplicadas, tenho mais diálogos que resultados estáticos, ao mesmo tempo, creio que vislumbrar trajetórias potenciais fora dos parâmetros do *management* está no cerne da área de Estudos Organizacionais, a qual busco fazer jus e colaborar, uma vez que, diante da radicalização do Capitalismo e Liberalismo, a crise organizativa é geral.

Assim, penso que nos encontramos em cenário mais de negação da realidade do que propositivo de caminhos alternativos. Fato não diferente nos Movimentos Sociais, os quais buscam sobrevivência concreta na atualidade, além da construção de bases civilizatórias diferentes para guiar construções alternativas. Ribeiro (2008, p. 990), mostra as dificuldades de agregar objetivos tão grandiosos, afirmando que “(...) são apresentados desafios no interior dos próprios movimentos. Constata-se que, à medida que são conquistados os protagonismos, aprofundam-se complexidades e dificuldades organizativas e teóricas”.

Soares (2020, p. 63), ao se referir diretamente sobre a luta quilombola, afirma que “o principal conflito das comunidades quilombolas não está em seu reconhecimento cultural, mas

no embate em torno do território e no acesso a políticas públicas”. A concessão expressa um traço da branquitude, que busca definir papéis para a população negra ocupar, postura que corrobora com o receio de Clóvis Moura (1983) com os movimentos puramente culturalistas, como chama.

Nessa luta antirracista, a trajetória de mais de dez anos da FQ é exemplo contemporâneo, assim como a Quilombagem é exemplo secular. É o reconhecimento desse potencial primordial que estrutura a dissertação, manifesto no objetivo geral de analisar a prática da FQ como Quilombagem, no sentido de investigar como a conceituação da Quilombagem auxilia na compreensão e desvelamentos da luta protagonizada pela FQ.

Creio que, uma conformação fundamental do amadurecimento da pesquisa e as discussões apresentadas, está assentada na compreensão que a mesma não evoluiria para a afirmativa da FQ como Quilombagem. Mas sim, para a partir das essencialidades propostas, mostrar o compartilhamento de aspectos fundamentais que dão sentido as suas propostas. Resultado advindo do desenvolvimento do primeiro objetivo específico materializado no capítulo segundo, no qual o cruzamento da prática pesquisada e teorias selecionadas busca respeitar a autonomia da FQ e se afastar da ideia de modelo Organizacional. Ressalto que pesquisar, avaliar e sistematizar a trajetória da FQ foi passo inaugural que sustenta os desenvolvimentos posteriores, tendo como principal desafio encontrar a boa medida de uma perspectiva que não recaia no estritamente comportamental ou estrutural, para dessa forma desvelar o Organizacional de uma coletividade que trabalha em marcos distintos dos empresariais capitalistas.

Para o avanço, no capítulo terceiro, a teoria se fez central, assim adentrei na área de conhecimento do PSB, a fim de ambientar e contextualizar a vida, a obra e, mais profundamente, a conceituação de Quilombagem de Clóvis Moura. É a partir da camada teórica que se consolida o corpo necessário para a configuração da dissertação propriamente dita. Especificamente nesse processo, escolher o recorte é a maior problemática, ainda mais em um campo tão amplo como o PSB e uma obra tão extensa como a Moureana.

Na sequência, a conjunção dos dois aspectos é encaminhada para o exercício da discussão no horizonte da contemporaneidade dos Estudos Organizacionais, desvelando os impactos analíticos que se configura quando a Luta antirracista da FQ se encontra com a Quilombagem de Clóvis Moura. A complexificação proveniente do propositivo da pesquisa, possibilita perspectivas inovadoras que exigem saltos compreensivos para serem capturadas.

Dentro de inúmeras escolhas potenciais, priorizei as que considerei essenciais, dentro do recorte de uma dissertação, mas que trazem contribuições relevantes academicamente e socialmente, contemplando o objetivo específico segundo.

A vivência anterior na FQ mostrou que as essencialidades da Quilombagem são compartilhadas, conflagrando que a abolição da escravatura não é o marco final da mesma. As reestruturações jurídicas, sociais e econômicas do modo de reprodução da vida continuaram exigindo a luta radical da população negra pela libertação e instauração de um sistema produtivo compatível com sua humanidade.

Assim, entendo que a pesquisa empírica indica a possibilidade factível da Quilombagem ser uma prática de luta antirracista na atualidade, o fim da escravidão não limitou o *continuum* de suas manifestações, assim como várias práticas do período colonial se reformulam às novas estruturas da consolidação do sistema econômico Capitalista. Sabendo que as hierarquias raciais se remodelaram, as desigualdades sociais foram transplantadas, ou seja, os males sociais que fizeram da Quilombagem um processo necessário para o enfrentamento da realidade são perenes. Possibilitando a teoria da Quilombagem se conflagrar como uma importante chave colaborativa para a compreensão das lutas antirracistas contemporâneas. Entendimento advindo da execução do terceiro e último objetivo específico.

Prossigo apresentando reflexão sobre lacunas, limitações e possibilidades de avanço que identifico a partir dessa pesquisa. Começo por duas lacunas que podem ser pensadas na teorização de Clóvis Moura, a saber, a pouca presença de mulheres e a centralidade no binômio raça branca versus raça negra. Sobre a questão de gênero, há exceção do *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, último livro do autor publicado postumamente, a presença feminina é rara. No verbete sobre a República de Palmares, o autor fala sobre o desequilíbrio demográfico por gênero no território, em decorrência do fato de que no:

(...) sistema de importação de negros da África (...) para o suprimento de escravos no Brasil, a proporção de mulheres era bem menor que a de homens, calculando-se três homens, ou mesmo mais, para cada mulher. Por conseguinte, para que se estabelecesse um equilíbrio sexual – e consequentemente social – estável, havia necessidade de conseguir mulheres fora (MOURA, 2013, p. 349).

Na citação, as mulheres ocupam um papel de pacificadoras sociais, aparentemente em um sentido sexual. Já no verbete como um todo, a escassez delas é pontuada como uma problemática para o crescimento vegetativo. Certamente, a citada desproporção por gênero entre as pessoas sequestradas e trazidas para o Brasil, colabora para a pouca referenciação das mulheres na obra Moureana, ao mesmo tempo que os vários verbetes de mulheres importantes

na luta contra a escravidão, no mesmo volume, justificam uma expectativa de mais presença delas nos títulos anteriores.

Em memória, evoco lutadoras que possuem verbete no citado dicionário: Adenia, negra forra e letrada, que atuou no movimento abolicionista. Esperança Garcia, escravizada que ganhou notoriedade na história por enviar carta, datada de 06 de setembro de 1770, ao governador do Piauí denunciando os maus-tratos sofridos. Tia Josefa dos Prazeres, que em 26 de julho 1888, é levada aos jornais por Artur Cortines, como personagem de um conto de terror – que se fazia passar por reportagem verídica – no qual se alimentava o medo das elites no pós-abolição, além de ilustrar a narrativa da mulher branca como mãe abnegada, propícia ao enlouquecimento diante do luto e, a mulher negra, como portadora de poderes malévolos, assassina e esquartejadora de criança branca “loira, alegre e esperta” (MOURA, 2013).

Ressalto ainda que, ao longo da dissertação, busquei compensar a lacuna, não só da obra de Clóvis Moura, mas da academia em sua completude, através de algumas atitudes. Primeiramente, através da linguagem, com o uso, provavelmente, excessivo da palavra *pessoa*, porém que serve de recurso para cumprir a norma culta e ao mesmo tempo subverter o masculino como norma linguística. Em uma frente mais objetiva, privilegiei a presença de autoras negras e brancas como referências. Tarefa, em certa medida, facilitada por ser das mulheres mesmo, especialmente as negras, a maior produção teórica sobre relações raciais, o que sugere algo sobre a masculinidade branca.

Por fim, penso que, nas minhas intervenções como pesquisadora, agi ativamente para a presença de outras mulheres nessa pesquisa, ato provocado pela vivência empírica dessa dissertação, tendo em vista que através da FQ pude acompanhar as lideranças forte de mulheres em seus territórios como: Geneci do Quilombo Família Flores, Mãe Pati do Quilombo Ouro e Tamyres do Quilombo Família dos Machado. Também é dessa fonte que observei a importância das mulheres nas casas de religião de matriz africana, que em oposição às ditas tradicionais, ocupam posição central. Assim, como as matriarcas das famílias, valorizadas em pé de igualdade com os patriarcas.

A segunda lacuna problematizada na produção de Clóvis Moura é da disputa racial apenas entre as pessoas brancas e as pessoas negras. O apagamento das populações indígenas no debate racial é histórico. Clóvis Moura, em seu livro de estreia afirma que “A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que compunha, vindo de um estágio cultural mais primitivo” (2020, p. 73), interpretação que me causa um certo incômodo.

Já em *Dialética radical do Brasil negro* (2020), o autor indica caminhos diferentes de luta entre as raças: “índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos e os africanos através de movimentos coletivos como Palmares” (MOURA, 2020, p. 61). Assim, no caso específico do recorte das obras, centradas em Quilombos, se justifica plausivelmente a ausência.

Dessa forma, por um lado penso que apontar a lacuna em relação aos indígenas, seja por presença rara ou por elaborações a seu respeito, tem validade. Ao mesmo tempo que reconheço ser recorrente imputar as pessoas pesquisadoras ou coletividades que trabalham com maiorias minorizadas o dever de dar conta de todas as problemáticas, enquanto as pessoas encasteladas em suas superespecializações desconectadas da realidade, não precisam dar qualquer explicação sobre temas sociais relevantes não explorados.

Nesse sentido, muito mais que uma crítica a Clóvis Moura, que também é válida para minha própria pesquisa, meu objetivo é afirmar a necessidade imperativa de enfrentamento da racialidade para além de parâmetros binários. Schucman (2020, p. 156), autora que trabalha enfocando as diferenças dentro dos grupos raciais, em entrevista com homem, branco, comerciante, classe média e origem portuguesa, se depara com a afirmação de que “nordestino para mim não é branco, é nordestino (...) branco nordestino tem cabeça chata, é baixinho, uma outra coisa”. A racialização do nordeste não é uma novidade, porém possui complexidades e impactos políticos. Reforçando a importância do giro de enfoque nas relações raciais.

Já na área dos Estudos Organizacionais, irei me ater no que identifico como um limitante e uma lacuna, que possuem relação causal: a predominância de referenciais eurocêntricos brancos, voltados a partir de e para organizações capitalistas. Farias explicita que (...) a obra de Clóvis Moura se encontra em oposição a explicações hegemônicas, usualmente elaboradas por pensadores com fortes conotações eurocêntricas e que são apologistas do capitalismo (2019, p. 117). Apesar da concordância que os referenciais podem ser de negação, não invalida a falta que diálogos em consonância geram.

Similarmente está a conformação da lacuna de pesquisas e publicações sobre as relações raciais na área Organizacional, mesmo as com viés mais conservador do negro-tema (RAMOS, 1957). Se por um lado me beneficia com a maior probabilidade de ter uma dissertação com contribuições novas para os Estudos Organizacionais e de mérito ao colaborar para a entrada de Clóvis Moura como autor relevante para o campo, também prejudica. Não só pela escassez de diálogos potenciais, como por acabar pautando discussões superadas em outros campos das Ciências Sociais, assim é como uma inovação atrasada.

Individualmente, senti primordialmente as limitações imputadas a uma mestrandadora, que se entrelaçam e se retroalimentam com a limitação do tempo – para o trabalho, para o estudo, para a pesquisa e aspectos imperativos da vida pessoal como tarefas domésticas. Creio que é pacífico que o mercado de trabalho não é gentil com qualquer faceta da pessoa empregada, que não seja o fazer laboral, então já é de se esperar que não seria diferente para a junção trabalho e estudo. Mas, de fato, o contrário é igualmente verdade, como se nessa conformação mercado e universidade se unissem para, na prática, validar a mesma postura classista, sexista e racista.

Soma-se a esse contexto uma pandemia mundial. Ressalto dois pontos específicos que me abalaram. Primeiramente, foi uma grande frustração passar por essa fase remotamente e solitariamente, a dinâmica de aprendizagem e a convivência são perdas irrecuperáveis. Somado a isso, nossa universidade não elaborou nenhuma medida oficial para a pós-graduação. Especificamente sobre os prazos, esses se mantiveram nos mesmos parâmetros de exigência, em um contexto totalmente diferente. A linha de EO esteve cinco meses em suspensão de aulas, período iniciado uma semana após o período letivo 2020/01, semestre de meu ingresso, com as demais pessoas ingressantes no mestrado e doutorado, nem mesmo esse hiato foi acrescido, automaticamente ou recomposto, após reiterados pedidos em todas as instâncias, da escola às comissões superiores. Infelizmente, para nós esse proceder teve efeito irremediável.

No quesito da pesquisa empírica, a pandemia foi a maior dificuldade, somado ao fato de que quando da maior abertura e segurança para todas as pessoas envolvidas voltarem parcialmente e gradualmente às atividades normais, a coletividade voltou a ser impactada, dessa vez pela disputa eleitoral regional e nacional, estendendo o período atípico até a finalização dessa pesquisa. Fato que dificultou ou impossibilitou passos importantes traçados, sendo o principal, a apresentação previa para a FQ da pesquisa, dever que não cumpri³².

Entre lacunas visualizadas, limitações ultrapassadas ou não, se traçam possibilidades potenciais de expansão dessa pesquisa, tanto para mim como para outras pessoas pesquisadoras, esperança que me é cara. Em primeiro lugar, o aprofundamento na obra de Clóvis Moura que, certamente, possui outras teorizações importantes para o campo dos Estudos Organizacionais. No quesito racialidade, vejo possibilidade de aprofundamento da brancura e branquitude como

³² Em 22 de abril de 2023, apresentei a dissertação para a coletividade da Frente Quilombola, em uma atividade interna no Quilombo Lemos.

perspectiva de análise do Organizacional. Assim como, possível a expansão analítica para além da dicotomia raça branca e raça negra.

Acabou o amor, isso aqui vai virar Palmares brada a Frente Quilombola. Após integrar o grupo encontrei mais camadas que a literal de combate, na qual se evidencia a miragem de um amor à brasileira que precisa ser extirpado da nossa nossa sociedade. Democracia racial e homem cordial (HOLANDA, 1995), como outros mitos, devem ser negados na grandeza dos desserviços causados. Ao mesmo tempo, vejo agora uma declaração, um brado de amor. Pelas ancestralidades, pelos territórios, pelas retomadas em curso e em todas as esferas da vida. Que esse seja o céu que nos guie. Obrigada por ter me acompanhado nessa trajetória, espero que as curvas tenham sido gentis em uma noite estrelada.

REFERÊNCIAS

- AFRICANAMENTE PONTO DE CULTURA. **Onir Araújo - Memórias da luta do Povo Negro em Porto Alegre – HD**. YouTube, Porto Alegre, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2fu1PHxiBew>. Acesso em: 18 de dezembro de 2021.
- AMIGOS DA TERRA BRASIL. Quilombo Lemos, em Porto Alegre, está ameaçado de despejo. **Esquerda Online**, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/11/12/quilombo-lemos-em-porto-alegre-esta-ameacado-de-despejo/>. Acesso em: 27 de julho de 2022.
- ÁVILA, Cristina. Território indígena em Porto Alegre na mira da iniciativa privada. **Extra Classe**, 13 de agosto de 2021. Disponível em: extraclasse.org.br/movimento/2021/08/territorio-indigena-em-porto-alegre-na-mira-da-iniciativa-privada/. Acesso em: 20 jul. de 2022.
- BARBOSA, Muryatan. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, nov. 2006.
- BENATTI, José. Posse coletiva da terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas. **Revista CEJ**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 54-60, 12 dez. 1997.
- BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BEZERRA, Anderson; SILVA, José; BARBALHO, José. A quilombagem do século XXI: reconhecimento ou emancipação. **Revista de Ciências Humana Caeté**, Alagoas, v. 2, n. 3, p. 99-111, 2020.
- BISPO, Reginaldo. **Legados, política e lutas antirracista [1]**. Facebook, [S. l.], 15 de março de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/372930427184771/>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- BITENCOURT, Lara; PIRES, Cláudia (Orgs.). **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra1, 2021.
- BJORNALISMOB. **1 Marcha Zumbi dos Palmares – Independente, Classista e de Luta – narrativas**. YouTube, 21 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i-VDHsyNoVI>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 5.5051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (revogado pelo Decreto nº 10.088, de 2019). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 27 mar. 2022.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.

COLLOR, Natalia. Quilombo Lemos e a terra negra na resistência. **Medium**, 20 de novembro de 2018. Disponível em: <https://medium.com/betaredacao/quilombo-lemos-e-a-terra-negra-na-resist%C3%A2ncia-da291207f06e>. Acesso em: 27 de julho de 2022.

COSTA, Wellington Narde Navarro da. Sociologia do Brasil negro: a pedagogia do pensamento de Clóvis Moura. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 66-83, jan./jun. 2018.

COX, Taylor Jr. Problems with Research by Organizational Scholars on Issues of Race and Ethnicity. **The journal of applied behavioral science**, Nova York, v. 40, n. 2, p. 124-145, jun. 2004.

DORNELES, Luiza. Quilombo Flores recebe visita do Inca para realização de relatório antropológico. **Sul 21**, Porto Alegre, 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/12/quilombo-flores-recebe-visita-do-incra-para-realizacao-de-relatorio-antropologico/> Acesso em: 27 jul. 2022.

DORNELES, Luiza. **Cruzar o muro para escutar**: memórias e pertencimento em entrevistas no Quilombo. 2021. 181f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./ abril, 2016.

FARIAS, Marcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Dandara, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, 2008 [1965].

FERREIRA, Tanize. **Comunicação Quilombola**: aproximações e distanciamentos entre as organizações sociais e as organizações tradicionais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). 2013. 84f. Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FLORES, Geneci. “É importante rever a nossa história, a nossa ancestralidade”, afirma Geneci Flores. [Entrevista concedida a] Fabiana Reinholz. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 30 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/30/e-importante-rever-a-nossa-historia-a-nossa-ancestralidade-afirma-geneci-flores>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.

FRENTE QUILOMBOLA RS. **Encontro Afro-Indígena Anticolonial - Mãe Pati**. YouTube, 28 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7MQbWdilrv>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FRENTE QUILOMBOLA RS. **Entrevista Angélica Kaingang**. YouTube, 9 de abril de 2018a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wTeP6pjT2_w. Acesso em: 27 jul. 2022.

FRENTE QUILOMBOLA RS. **Entrevista Reginaldo Bispo**. YouTube, 9 de abril de 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tE-SoJxYfM> Acesso em: 27 de julho de 2022.

FRENTE QUILOMBOLA RS. **FRENTE QUILOMBOLA RS no Redação TVE 15 05 2020**. YouTube, 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LXq8I20VjGo>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FRENTE QUILOMBOLA RS (FQ/RS). **Carta Quilombola Negra e Popular**. Frente Quilombola RS, [S. l.], [2011?]. Disponível em: <https://frentequilombola.wordpress.com/carta-quilombola-negra-e-popular-de-porto-alegre/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FRENTE QUILOMBOLA RS (FQ/RS). **Documento da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas na Cúpula Dos Povos**. Frente Quilombola RS, [S. l.], [2013?]. Disponível em: <https://frentequilombola.wordpress.com/documento-da-frente-nacional-em-defesa-dos-territorios-quilombolas-na-cupula-dos-povos/>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Editora Global, 2019 [1933].

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GUIMARÃES, Antonio. As elites de cor e os estudos de relações raciais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 67-82, out. 1996.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

MACHADO, Catarina. **Educação e trabalho: juventude quilombola urbana e a relação com a legislação lei n. 10.097/2000 – aprendizagem profissional**. 2020. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MACHADO, Cilas. **Entre o lugar cativo e o lugar sonhado: o negro organizador em nosso meio e o negro pleno em nossa busca**. 2019. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública e Social. Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MATIAS, Emanuela; SILVA, Samia; RIBEIRO, Rosa. Caminhos Negros no Ceará: identidades de resistências. **Id on line Revista de Psicologia**, Cariri, v. 13, n. 46, p. 379-391, 2019.

MISOCZKY, Maria; MORAES, Joysi; FLORES, Rafael (Orgs.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

MISOCZKY, Maria; VECCHIO, Rafael. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 1, mar. 2006.

- MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, Clóvis. **A história do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1992 [1989].
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020 [1994].
- MOURA, Clóvis. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. [Entrevista concedida a] José Carlos Ruy. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, 1994.
- MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021 [1997].
- MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. **Marxists internet archive**, 2001a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/2001/mes/quilombagem.htm>. Acesso em: 23 out. 2021.
- MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001b.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [2004].
- MUNANGA, Kabengele. História dos Quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001, p. 21-34.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Produtor Editorial Independente, 2002.
- NASCIMENTO, Beatriz. Uma historia feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. In: RATTIS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Elisa. Apresentação. In: NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Produtor Editorial Independente, 2002.
- NKOMO, Stella. The emperor has no clothes: rewriting “race in organizations”. **The academy of Management review**, v. 17, n. 3, jul. 1992.
- NKOMO, Stella. Intersecting viruses: a clarion call for a new direction in diversity theorizing. **Equality, Diversity and Inclusion: an international journal**, v. 39, n. 7, 2021.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Fábio N. de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PACHECO, Tâmara. Expressões da luta de coletivos culturais nas periferias de São Paulo em tempos de pandemia. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 420-441, mai. 2022.

PAULA, Gabrielle. **Olhar o outro**: uma análise do documentário Quilombo da Família Silva. 2015. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, Amauri. “Um raio em céu azul”. Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 463-482, 2003.

PEREIRA, Patrícia. **O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga**: deslocamentos em busca da vida. 2019. 188f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1941].

QUADROS, Tamires. **A regulação dos quilombos urbanos**: das rugosidades sociais dos territórios ao reconhecimento jurídico dos espaços pelo Estado. 2020. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

RAMIL, Vitor. Estrela, estrela. **Estrela, estrela**, 1981. Disponível em: <https://www.vitorramil.com.br/disco/1>

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. *In*: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set./dez. 2008.

ROSA, Alexandre. Relações raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 240-260, mai./jun. 2014.

SANTANA, Nara; SANTOS, Ricardo. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **Revista Estudios Sociales**, Bogotá, n. 58. p. 28-38, out./dez. 2016.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia

e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Daniela. **A luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária**. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Mário. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociologia Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 109-131, jan./abril 2018.

SILVEIRA, Lueci. **Modos de viver e de se educar dos jovens estudantes quilombolas da comunidade urbana Areal da Baronesa** – Porto Alegre/RS. 2021. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020.

SOUZA, Cristiane. Posfácio. In: MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021 [1997].

STRACK, Pedro. A copa e os mega projetos uma perspectiva indígena, quilombola, negra, feminista e popular no Brasil e Porto Alegre. **Frente Quilombola RS**, 16 de fevereiro de 2012a. Disponível em: <https://frentequilombola.wordpress.com/2012/02/16/a-copa-e-os-mega-projetos-uma-perspectiva-indigena-negra-quilombola-e-popular-no-brasil-e-em-porto-alegre/?fbclid=IwAR2zUcI0zfNPipzs9dG9pxelyNoGVeHtirLdk0qMo11nHLJGI44fSSS-rdc>. Acesso em: 20 mar. 2022.

STRACK, Pedro. Nota da Frente Quilombola sobre Projeto de Resolução Nº 18/2012. **Frente Quilombola RS**, 26 de outubro de 2012b. Disponível em: <https://frentequilombola.wordpress.com/2012/10/26/nota-da-frente-quilombola-sobre-projeto-de-resolucao-n-182012/>. Acesso em: 23 de março de 2022.

VIEIRA, Daniele. **Territórios negros em Porto Alegre/ RS (1800-1970)**. Belo Horizonte: ANPUR, 2021.

WEBER, Jéssica Rebeca. Decisão em favor do Asilo Padre Cacique diz que Quilombo Lemos deve ser desocupado. **Zero Hora**, 27 de novembro de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/11/decisao-em-favor-do-asilo-padre-cacique-diz-que-quilombo-lemos-deve-ser-desocupado-cki0udse70058014lat2evmkj.html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2004.

XAVIER, Lúcia. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 18-37, 2020.

APÊNDICE A – ESTRELA DA REBELIÃO: CLÓVIS MOURA

(...) Quero mais: quero as estrelas,
quero a sonata maior
quero o crepúsculo e o espaço
no bolso do paletó³³.

Figura 1 – Clóvis Moura



Fonte: DANDARA, 2022.

O fragmento do livro *Argila da Memória* apresenta um Clóvis Moura que escreve a si próprio poeticamente em cada estrofe, a publicação “vale como uma certidão de nascimento” (MALATIAN, 2022). Penso nesse Moura que enfrentou tão grandemente a dureza da escravidão, as seculares lutas – com as derrotas, vitórias, torturas e mortes –, as oposições teóricas e políticas dos seus pares e do seu tempo, e que é também um poeta. Vejo nessa totalidade tanta humanidade, uma realidade singela: ser humano. Mas, que ao fim essa foi, talvez, a principal tarefa de sua vida, reafirmar a humanidade da população negra, negada secularmente nesse país.

Trarei alguns aspectos bibliográficos que ilustram o processo de racialização de Moura, trajetória relevante para essa pesquisa. Conforme Oliveira (2009, p. 30), Clóvis é “oriundo de uma família de classe média, constituída no entrecruzamento de duas oligarquias decadentes”, tendo como pais Francisco de Assis, negro (de pele clara, considerado na época como mulato³⁴), e Elvira Steiger de Magalhães, branca.

³³ Fragmento de poesia de Moura, do livro *Argila da Memória* publicado em 1962 (MALATIAN, 2022).

³⁴ O processo político que irá unificar a categoria negro como a soma de pardos e pretos, é da década de 70. Anteriormente as classificações raciais possuíam uma maior diversidade de nomes: mameluco, caboclo, sarará, entre outros. É inegável que a luta pela unificação trouxe um poder político importante, ao mesmo tempo que

A genealógica de Elvira vem da aristocracia europeia, seu bisavô Ferdinand von Steiger-Münssinger, possuía cidadania Suíça e título de barão do Império Prussiano, a bisavó Amélia de Sá era filha de Egydio Luís de Sá Júnior, um tenente coronel. Ambas as famílias brancas eram escravagistas (OLIVEIRA, 2009).

Pela parte paterna o avô Abidon Moura, também mulato, trabalhava na área mercantil sendo proprietário de uma importante casa comercial. A avó Carlota, é descrita poeticamente como humilde e devota por Moura e conforme, Mesquita (2003) e Farias (2019), era escrava de Abidon.

Importante compreender como a origem em uma família racialmente mista, com forte legado escravagista, impactará a trajetória do autor. Malatian (2022) afirma que é em Salvador que a racialidade negra de Moura aflora, até por volta dos quatorze anos o autor se auto denominava nordestino – uma conotação obviamente geográfica, mas também racializada –. Na cidade, Clóvis estabelecerá importantes relações intelectuais e será, também, impactado pelo falecimento do irmão Carlos. Passando a ocupar o papel de “administrar o capital de relações sociais, culturais e políticas acumulado pela família” (OLIVEIRA, 2009, p. 38).

Essa transição será fundamental para seu encaminhamento para a carreira intelectual. Outro aspecto importante na relação dos irmãos se refere ao fenótipo, conforme Soraya Moura “Clóvis teve desde a infância consciência de sua fragilidade e da diferença de ‘cor’ em relação a seu irmão mais velho, Carlitos: havia nascido muito “pequeno”, com a saúde frágil e, ao contrário do irmão – branco, loiro, de olhos azuis, mais próximo dos Steiger –, herdara a tez mais escura, do pai ‘mulato’” (OLIVEIRA, 2009, p. 38).

Penso em paralelos entre a complexificação dos entendimentos a respeito de racialidade reivindicada por Moura e minha própria experiência racial. Sem qualquer intenção de comparar o significado de “tornar-se” uma pessoa negra ou branca, creio que em ambos os casos alguns elementos são comuns, tais como: letramento racial, questionamento das histórias oficiais da formação do país, criticidade em relação às desigualdades sociais no presente, assim como, trazer a consciência de como a sociedade vê e nos classifica. Especialmente em um país no qual a raça é definida pelo fenótipo, como Moura, que apesar de compartilhar os genitores – mãe branca, pai negro – com o irmão Carlos, este era classificado como branco.

fortalece a dicotomia entre as raças branca versus negra, nuances se tornam mais difíceis de serem validadas e traz algumas secundarizações preocupantes, como a invisibilização da raça indígena.

Assim como a racialidade, a educação formal presente apenas na infância, entre os anos de 1935 e 1941, também terá reverberações em toda sua vida. Clóvis Moura será um intelectual orgânico com fortes críticas às práticas acadêmicas, por vezes manifestas de forma jocosa como em artigo sobre o colóquio de Dakar³⁵, no qual afirma que “quem tem informação – pelo menos superficial – da bibliografia antropológica e sociológica das áreas acadêmicas, sabe muito bem como esses sábios se aproveitam do problema do negro para teses de doutoramento, como se estivessem fazendo pesquisas com a *Drósofila Melanogaster*³⁶” (MOURA, 1983, p. 40).

Na nota do editor da reedição de *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, Marcio Farias inicia afirmando tarefas que novas gerações precisam enfrentar: a recuperação de algumas tradições, literaturas e autores, afim de rearticular temas que perduram. Para tanto, entramos

(...) no terreno dos clássicos e, tal como define Ítalo Calvino: ‘Um clássico é um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer’. Nesse sentido, o enfrentamento ao racismo no mundo contemporâneo exige da geração atual uma ampla capacidade de articulação. Beber na fonte dos mais velhos, para não querer inventar a roda, mas ao mesmo tempo, coloca-la para rodar diante das novas veredas e caminhos a serem percorridos (FARIAS, 2021 apud MOURA, 2021, p. 13).

Em acordo, essa pesquisa busca em Clóvis Moura instrumental essencial para avançar na luta antirracista, nos movimentos radicais e em formas organizativas que permitam avançar no trajeto de libertação das hierarquias raciais e na exploração humana pelo Capital. Contextualizando sua vida e obra, Moura, se localiza no meandro dos citados marcos históricos do PSB – a saber, décadas de 30, 70 –. Nascido em 1925, tem sua primeira publicação em 1959, trabalhando continuamente até seu falecimento em 2003. Seu último livro, *Dicionário da Escravidão no Brasil*, foi lançado postumamente em 2004.

Para essa aproximação, me valerei, em especial, das produções dos autores Moureanos: Fábio Nogueira de Oliveira (2009), doutor em sociologia, autor da dissertação *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*; Ana Paula Procópio (2017), doutora em serviço social com a tese de doutoramento *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura* e Márcio Farias (2019), doutor em psicologia social e autor de *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. Apesar dos diálogos não estarem circunscritos apenas com as pessoas citadas, nem se esgotarem com as mesmas, se destacam pela importância que possuem para as atuais e novas pesquisas sobre o autor.

³⁵ Colóquio Negritude e América Latina realizada entre os dias 7 e 14 de janeiro em 1974.

³⁶ Nome científico de uma espécie de mosca, conhecida como mosca-de-fruta.

Farias (2019) defende que *A miséria da filosofia*, de Karl Marx, foi um dos grandes referenciais teóricos de Clóvis Moura. No citado título, Marx, em sua crítica a Proudhon e ao socialismo utópico-reformista (NETTO, 1980, *apud* MARX, 1985³⁷), expõe sua visão sobre a constituição social e do trabalho, afirmando que na “emergência da civilização, a produção começa a se fundar no antagonismo entre as ordens, os estamentos, as classes e, enfim, no antagonismo entre o trabalho acumulado e o trabalho imediato” (MARX, 1985, p. 64).

É nessa perspectiva teórica que Moura irá refletir sobre a realidade brasileira. Quando Marx reforça que “O que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua função numa categoria nova” (MARX, 1985, p. 109), Clóvis Moura apreende essa proposição para formular suas próprias interpretações, assim “podemos considerar muito hábil a apropriação que Moura faz da teoria social marxiana e marxista” (FARIAS, 2019, p. 84).

Rebeliões da Senzala é o título de estreia no qual o autor traz uma radical oposição à perspectiva de equilíbrio de antagonismos, afirmando que “sempre tivemos uma posição teórica oposta à daqueles cientistas sociais que igualam o fundamental ao secundário” (MOURA, 2020, p. 35). Ou seja, a despeito da valoração intelectual que terá de seus pares, opera a partir da “categoria da contradição e do conflito como elemento central” (MOURA, 2020, p. 36), enfatizando que é nas contradições que a dinâmica social pode ser desvelada. O título possui grande importância. Conforme Ana Paula Procópio:

(...) Moura realiza um duplo movimento: a ruptura epistemológica com os estudos culturalistas sobre o negro no Brasil a partir da teoria marxista e a crítica radical à sociologia academicista pela apreensão da perspectiva de totalidade que compreende a práxis como um complexo que articula teoria e prática política. E também confronta a própria tradição marxista ao colocar a noção de resistência negra como práxis em primeiro plano nas discussões sobre classes e estrutura de produção (2017, p. 25-26).

A obra faz uma grande contribuição para as ciências sociais, trazendo a população negra como sujeitos políticos, em franca oposição a grande parte da produção sobre o período. Assim “O alvo principal de Clóvis Moura em *Rebeliões* é a historiografia tradicional que toma a luta escrava (...) como fenômeno característico de desorganização, desarmonia, por fim, anomia social” (OLIVEIRA, 2009, p. 86).

Em 1976 lança *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* que pode ser visto como uma sequência de *Rebeliões da Senzala*, avançando para o pós-abolição, com a problemática das absorções da mão-de-obra negra nesse contexto (PROCÓPIO, 2017). Moura questiona “Não

³⁷ Primeira edição de 1847.

será, finalmente, esta forma saudosista de ver-se o escravo (...) como bom, através de uma idealização irreal, e o negro livre (...) como ruim, através da sua deformação sistemática, um reflexo de tensões sociais mais profundas e recentes, criadas pelo atual tipo de sociedade?” (2021, p. 28).

Nessa publicação, Oliveira (2009) aponta a convergência de Moura e Guerreiro Ramos (1957), no sentido da patologia da brancura, onde o burguês brasileiro se auto define branco, e elenca significados positivos para essa brancura (limpo, civilizado, bom) e significados negativos para a negritude (sujo, incivilizado, mal). A obra alia uma discussão sociológica, mais profunda, a contraposição de interpretações que buscam justificar o presente, nesse sentido:

(...) Clóvis Moura não entende a “herança da escravidão” e os seus impactos sobre o liberto como limitadores à integração a sociedade burguesa. Contrariando a Escola Paulista de Sociologia, em especial, Florestan Fernandes, Moura defende que não é a condição de ex-escravo que impede a integração deste na sociedade competitiva de classes (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

Especialmente após a publicação de 1976, Moura mantém uma produção profusa e sistemática. Sendo que para essa pesquisa, o próximo lançamento fundamental se dá em 1994 com *Dialética radical do Brasil negro*. Obra de maturidade do autor que sintetiza seu pensamento, gerando “um estudo minucioso da formação do Brasil, elevando as categorias que outrora subsidiaram suas pesquisas a um grau teórico rico e sofisticado” (FARIAS, 2019, p. 112). As conceituações de escravismo pleno e escravismo tardio, por exemplo, representam um salto para o entendimento da dinâmica do sistema escravagista.

Por esse panorama, creio evidenciar a importância intelectual de Moura e sua relação com seu tempo e com os autores canonizados na área, assim como com seus contemporâneos. Nesse sentido, em recente publicação, Teresa Malatian (2022), busca apresentar Moura para além do estudioso das insurreições negras, oferecendo ao leitor uma visão complexa da obra e vida do cientista social. A autora também busca desmistificar afirmações que ganharam status de verdades absolutas:

Clóvis Moura jamais foi um intelectual isolado ou marginalizado pois desfrutou de diversas instâncias de consagração como suas correspondências evidenciam na miríade de cartas recebidas e muitas enviadas, cujas cópias ele zelosamente conservou em sua preocupação em arquivar a própria vida (MALATIAN, 2022, p. 15).

Creio na importância dessa reflexão, pois fala sobre o que consideramos reconhecimento e prestígio, quais são os espaços que validamos, qual é o ponto de vista que dá sentido às afirmações. Por exemplo, dentro da academia, seria marginalizado o autor celebrado nas Humanidades e desconhecido nas Aplicadas? Quem está a margem de conhecimento? São

os autores isolados ou a Administração e os Estudos Organizacionais que se encastelam em restritos nichos de conhecimento?

Na área das Ciências Aplicadas, as relações raciais geralmente, são tratadas através do postulado da Diversidade, se caracterizando como uma ferramenta que opera dentro dos preceitos do *management*. Um caminho pernicioso, como Nkomo (2021) reflete 29 anos depois de seu texto seminal *The emperor has no clothes: Rewriting “race in organizations”* (1992), no qual a artificial neutralidade racial das organizações foi denunciada. Porém, a radicalidade de sua posição foi sendo gradativamente minada pela aderência com as perspectivas da Diversidade, que em última instância reforça a Organização como um espaço racialmente neutro quando corretamente gerenciada e, por isso, tendo a Diversidade como objetivo estratégico.

Refutando essa perspectiva, para se debruçar sobre as relações raciais é importante ponderar sobre quais são os efeitos do preconceito racial nas interpretações que fazemos. Para o perigo da histórica única³⁸ (ADICHIE, 2019), nesse sentido estar atenta para não cairmos na tentação de encaixar as pessoas negras de acordo com nossas expectativas do passado. A questão também evoca a conceituação das imagens de controle³⁹ (COLLINS, 2019), pensadas para as realidades das mulheres negras, na qual o racismo opera em definir papéis específicos como a mãe preta e a mulata, na realidade brasileira. Penso que é possível que um intelectual negro, prestigiado e reconhecido seja dito desconhecido e isolado também para ocupar o papel reservado para os homens negros de seu tempo, em abstrato. Enquanto nós – em especial, pessoas pesquisadoras brancas – cumprimos o papel do nosso tempo, resgatá-lo e reconhecê-lo.

Faço um adendo sobre a sugestão do uso do conceito de imagens de controle, para se pensar a trajetória de Clóvis Moura, tendo em vista ser um conceito articulado por mulheres negras, para mulheres negras. Defendo a possibilidade primeiro por não ser uma proposição de cunho explicativo em si, mas sim uma evocação de similaridades. Em segundo lugar, por

³⁸ Conceito que Chimamanda explica através da palavra igbo “*nkali*” que significa “ser maior de o outro”, segundo a autora “Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali* (...) a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p. 23). Ressaltando que a “história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos (idem, p. 36).

³⁹ Patricia Hill Collins sistematizou um tipo específico de ideologia destinado as mulheres negras, conceituando as imagens de controle como o entendimento que “certas qualidades supostamente relacionadas às mulheres negras são usadas para justificar a opressão” (BUENO, 2020, p. 35) gerando “a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada” (idem, p. 73).

entender que as relações sociais são complexas e os eixos de subordinação e de vantagem, no caso de Moura, como pessoa negra do gênero masculino, se articulam de forma a lhe conceder acessos e barreiras de acordo com a dinâmica do patriarcado e do racismo.

Ainda assim, penso que a marginalização de Moura não pode ser descartada inteiramente. A estigmatização do autor se evidencia na resistência de espaços acadêmicos em compreender sua obra como uma teoria social e não como uma obra militante, no pior sentido dessa definição. Através do racismo e elitismo acadêmico o caráter científico dos seus estudos é colocado em suspenso, sem a necessidade de conhecimento a respeito de sua metodologia de trabalho.

Também no campo político Clóvis conta com uma trajetória importante. Na década de 40, filiou-se no Partido Comunista Brasileiro (PCB); na década de 60, participou da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e nos anos 70 inicia uma articulação orgânica com o Movimento Negro (OLIVEIRA, 2009; PROCÓPIO, 2017). Mesmo assim, sua atuação no campo político partidário enfrentou resistências, especialmente pelo entendimento de haver conflitos entre a agenda de classe e de raça.

Nesses dois casos, compreendo a relação das organizações para com Clóvis, com paralelos com um dos conceitos específicos das imagens de controle, a *outsider-within*⁴⁰ (COLLINS, 2019; BUENO, 2020), no qual a pesquisadora negra experimenta simultaneamente o pertencimento e o não pertencimento nos ambientes por onde transita. Além dos sinais de pactos narcísicos (BENTO, 2002), conceituação sobre os acordos tácitos entre brancas e brancos para se privilegiarem mutuamente. Proposta na qual o sentido de análise para a desigualdade social é invertido, a lente não está na discriminação, mas no privilégio, na não barreira possibilitada pela branquice. Assim, mesmo que não houvesse prática discriminatória no partido, poderia haver a prática de privilegiar a visibilidade de pessoas brancas e as pautas de classe sem intersecção racial.

Nesse cenário, destaco duas questões, primeiramente que a resistência – parcial – a Moura se dá nos contextos de ambientes majoritariamente brancos, a saber a academia e o partido político. A segunda questão, é reforçar que a exceção confirma a regra, um Moura de sucesso não abala a profunda desigualdade racial do nosso país. Proponho que Malatian (2022) contribui para pensarmos nas nossas responsabilidades com o legado de um intelectual da

⁴⁰ Conceituação desenvolvida para refletir a experiências das mulheres negras no contexto de trabalho doméstico, posteriormente ampliado para outras realidades, como intelectuais negras no contexto dos espaços acadêmicos.

grandeza de Moura. Como afirma com frequência, Márcio Farias, entender o Brasil só com Moura não dá, mas sem ele é impossível.

Concordando com a centralidade de Moura, pesquisas recentes veem buscando repensar as conceituações do autor e propondo atualizações interpretativas. Desde o trabalho de Oliveira (2009) a proposição de que Moura estabelece uma *práxis negra* se solidifica como uma interpretação radicalmente potente, pois:

(...) a Sociologia da Práxis Negra opera uma dupla ruptura epistemológica em relação aos estudos sobre o negro no Brasil: a primeira, com a escola —culturalista de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre (esta ruptura se dá através do marxismo, com a análise da luta de classes na ordem escravista); a segunda ruptura - por dentro do marxismo – se dá quando a noção de práxis é colocada em primeiro plano, em detrimento de outras categorias (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

Em acordo, Procópio (2017, p. 9, grifo da autora), afirma que ao se explorar as “categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis derivaram na construção de uma categoria de análise nova, capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*”.

Dentro dessa nova categoria de análise, proposta pelos comentaristas de Moura, a *práxis negra* (OLIVEIRA, 2009; PROCÓPIO, 2017), a conceituação da Quilombagem se configura em um importante exercício da mesma. Em concordância com a potencialidade da teoria Moureana, centrada na prática da Quilombagem, no próximo subitem explorarei o conceito para se pensar as organizações, desde uma perspectiva radical.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 185f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARIAS, Marcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Dandara, 2019.

FARIAS, Marcio. Nota do editor. In: MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021 [1997].

MALATIAN, Teresa. **Clóvis Moura: uma biografia**. Teresina: EduESPI, 2022.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 557-577, 2003.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020 [1994].

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021 [1997].

NETTO, José Paulo. Introdução. *In*: MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

NKOMO, Stella. The emperor has no clothes: rewriting “race in organizations”. **The academy of Management review**, v. 17, n. 3, jul. 1992.

NKOMO, Stella. Intersecting viruses: a clarion call for a new direction in diversity theorizing. **Equality, Diversity and Inclusion: an international journal**, v. 39, n. 7, 2021.

OLIVEIRA, Fábio N. de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

PROCÓPIO, Ana Paula. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 293f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. *In*: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

APÊNDICE B – UMA NOVA ESTRELA: RACIALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

“Raça? Sou Tupi-Guarani!” – Uma moça branca, ruiva, de olhos azuis. “Eu? Sou rottweiler, aliás, sou mais brava que estes cachorros” – Uma moça branca, loira, de olhos azuis. “Raça? Que pergunta é esta? Ué, sou da raça humana” - Um moço branco, cabelos castanhos. “Eu? Sou marciano” – Um moço, branco e loiro (SCHUCMAN, 2020, p. 36).

A citação é oriunda do livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*, fruto da tese de doutorado da autora. Lia em uma festa, explicou para um amigo o tema da sua pesquisa. Intrigado, ele resolveu perguntar para quinze pessoas brancas “de que raça você é?”. Algumas das respostas obtidas foram reproduzidas acima. Apenas uma pessoa respondeu diretamente que era branca. O amigo, após a enquete informal, cogitou que entre os negros ocorresse o mesmo, dúvida que o levou a fazer a mesma pergunta à quatro pessoas negras que trabalhavam na festividade. Todas responderam com palavras correlatas a raça ou cor de pele.

Evidenciando que a possibilidade de “brincar com a ideia de raça livremente e cogitar responder entre raça de cachorros, etnias indígenas e alienígenas” não é algo sem relevância social, é sim o retrato de uma sociedade racialmente estruturada. Por isso, nessa seção irei discorrer sobre a proposição da racialidade, tratada como o ato de racializar as pessoas com foco, especialmente, nas brancas, historicamente vistas como ser humano universal.

Nesse sentido, é importante explorar com aprofundamento o que quero evocar ao nomear a racialidade, proposta assentada na problematização do tripé: brancura, branquitude e negritude: respectivamente a raça branca, o sistema de poder expresso na hierarquia racial supremacista branca e o movimento social de valoração positiva da população negra – culturalmente, historicamente e socialmente –. Ou seja, os conceitos de brancura e branquitude não são sinônimos, assim como branquitude e negritude não são antônimos.

Como dito acima, o Movimento da Negritude é um projeto de inversão do imaginário imposto à população negra, fruto do desenvolvimento histórico que gerou os acúmulos necessários para sua construção, na França e colônias francesas, liderado por pessoas negras com ascensão social (FARIAS, 2019). Conforme Oliveira (2009, p. 21), havia uma dinâmica política e social, em um cenário internacional propício, tendo em vista o:

(...) processo de independência dos países do continente africano, que emerge com o fim da II Guerra Mundial, os movimentos políticos tornam-se mais fortes e presentes no imaginário e na prática de intelectuais na África e na Diáspora. Em outros termos, o que fora antes uma necessidade de afirmação subjetiva e de recusa de ser assimilado pela cultura ocidental e européia através da valorização ou reinvenção dos valores

africanos se transforma em um movimento político, voltado para a libertação das colônias africanas do estatuto colonial.

Começo por esse pilar, por ser um conceito que me parece com menos desdobramentos para a área dos Estudos Organizacionais. Ao mesmo tempo que se faz importante trazer precisão, tendo em vista a confusão que há sobre sua posição em relação ao conceito de branquitude, que contém, por exemplo, a mesma interpretação ordinária do feminismo como contrário ao machismo.

Ressalto, também, o fato de que Moura (1983) criticou duramente as proposições da negritude, inclusive sendo este talvez o maior motivo de desavença entre o autor, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos. Imputando, no já citado texto *Os dilemas da negritude*, a Nascimento e Guerreiro, através de recortes textuais, que os mesmos advogam que a população negra precisaria ser educada em termos comportamentais e culturais para alcançar o patamar das classes superiores.

Conforme analisado por Farias, na origem das proposições do Movimento da Negritude, a principal forma de divulgação dos ideais de seus precursores, estava nas produções literárias, nas quais:

Em prosa e versos, negros entoavam seu orgulho, a afirmação positiva de ser negro, recuperando o orgulho de sua condição, resgatando a memória e reivindicando as matrizes africanas do mundo, ressignificando termos pejorativos, visando devolver ao negro, em forma de poesia, aquilo que lhe fora retirado pelos grilhões do racismo e do capitalismo (FARIAS, 2019, p. 97).

O viés culturalista, interpretado por Moura (1983), como sendo potencialmente uma forma de reforço de estereótipos que se findaria em um protesto estético, somado ao que categoriza como “em última instância, em um movimento europeu” (p. 101), está em coerência com suas proposições teóricas como um todo. É salutar pontuar que as críticas do autor só começam a ser expressas a partir da década de setenta, por exemplo contra o TEN, que já estava em atividade desde os anos quarenta e do qual se tinha conhecimento pelo menos a partir da década de cinquenta (OLIVEIRA, 2009).

Mas há, ao mesmo tempo, nos escritos do autor, um aceno para que o movimento redefina sua atuação: “felizmente, nota-se da juventude negra atual uma vontade de reencontrar a dignidade negra que se conjugará à dignidade de todos aqueles que criaram a riqueza nacional” (MOURA, 1983, p. 103). Tendo em vista o distanciamento histórico entre a manifestação do autor o significado atual da negritude, creio que houve o redirecionamento

desejado por Moura “deixando de ser apenas um protesto adstrito a grupos intelectualizados para abarcar (...) toda uma problemática de contestação” (1983, p. 105).

Avançando, a separação entre raça branca, ou como vou chamar: brancura, – em referência a Guerreiro Ramos, precursor nacional em pautar essa racialidade (SCHUCMAN, 2020) –, e branquitude, ressalto que essa não é uma posição teórica pacificada. Em verdade, vários trabalhos de alto reconhecimento na atualidade não o fazem, como Lourenço Cardoso⁴¹ (2008) e Cida Bento⁴² (2002; 2022). Já, a minha posição teórica, se assenta primordialmente nas autoras, Lia Vainer Schucman (2020), Edith Piza (2002) – considerada também uma precursora brasileira do tema – e Ruth Frankenberg (1999; 2004) – pioneira americana –.

Um adendo que não pode ser ocultado é que todas as autoras citadas, com as quais tenho maior concordância teórica, são mulheres brancas, assim como eu. Quero crer que essa não seja o fator primordial para a posição, porém não é possível descartar a possibilidade, até mesmo devido ao fato de que a separação traz algum conforto psicológico para as pessoas brancas, que criticamente ou não se excluem da branquitude.

No entanto, explico que o eixo da minha defesa é análoga à própria sugestão dessa pesquisa, ou seja, apesar da hegemonia do Capitalismo e sua forma Organizacional, com seus tentáculos em todas as esferas da vida, defendo que há fissuras no sistema que possibilitam a existência, emergência e permanência de organizações que são pautadas por outros valores que se expressam em uma organização distinta do marco do *management*, como a FQ. Nesse sentido, não contesto a hegemonia da branquitude na hierarquia social e manutenção do poder, ao mesmo tempo que tenho esperanças na possibilidade de fissuras no sistema que permitam a racialidade branca existir, sem ser sinônimo de branquitude.

Com isso, não defendo nenhuma possibilidade de pessoas socialmente lidas como brancas abrirem mão dos privilégios que veem desse fato – com consentimento ou não – porém, podem não ter acordo e lutarem pelo fim da hierarquização racial de fato. Um outro aspecto que me engaja nessa postura é a preocupação com as gerações mais novas, como as crianças e adolescentes brancas – às vezes advindas de famílias e comunidades majoritariamente negras. Penso que se a única opção indicada para elas é o exercício da branquitude – veladamente ou

⁴¹ Lourenço Cardoso propõe as conceituações de branquitude crítica e acrítica, na qual o primeiro grupo não defende explicitamente o racismo, enquanto o segundo luta pelo supremacismo branco ativamente.

⁴² Cida Bento conceitua o pacto da branquitude, expresso na predisposição de pessoas brancas em privilegiar outras pessoas brancas. A chave analítica é redirecionada para o benefício baseado na raça, em detrimento do tradicional enfoque no prejuízo.

explicitamente. Como vamos possibilitar uma postura que não se encaminhe para um supremacismo branco? Além do sofrimento psíquico em serem apartado, em nível subjetivo pelo menos, de familiares e amigos, com os quais foram socializados.

Um exemplo do descrito, tanto da impossibilidade de abrir mão do privilégio de cor como da angústia causada pela diferenciação imputada socialmente foi trazido por Schucman (2020), que ao entrevistar um jovem branco, em situação de rua, obtém relato sobre uma invasão de policiais à uma maloca na qual dormia: “todo mundo acordou com uma arma na cara, só eu que não. Eu olhei assim para todo mundo, aí o policial já perguntou: ‘que você tá fazendo aqui, no meio de negros, esses [xingamento racista suprimido]?’”. E me ofereceu dinheiro pra sair de perto deles. Eu falei que não” (p. 177).

Há muitas camadas na ocorrência, elenco algumas: a diferença de tratamento por parte dos policiais, mesmo quando entre pessoas em situação social equivalente; a oferta de dinheiro pelo oficiais – que segundo o entrevistado são corruptos e extorquem a área –, por julgarem que por ser branco o jovem não pertence aquele lugar; por fim, a possibilidade vista pelo rapaz de negar uma ordem policial de sair do local. Se por um lado é explícito que os agentes veem a cor do jovem branco, essa cor tem atributos positivos que o apartam da leitura subjetiva de sua condição material, enquanto a cor das pessoas negras reafirma, na ótica dos policiais, os atributos negativos imputada a sua cor de pele. A miséria e a degradação social é considerada natural para o grupo negro.

Apesar de minha interpretação do caso, pontuar a cor e o reconhecimento dessa pelas pessoas envolvidas, penso que dificilmente a cor branca é interpretada como raça e sim um lugar no mundo (BENTO, 2022), no qual pessoas de pele branca não pertencem à pobreza. Outro aspecto é que se, hipoteticamente, esse caso fosse denunciado, enfrentaria muitas barreiras para ser enquadrado como racismo, a não marcação da brancura como raça (FRANKENBERG, 2004) dificulta, em muito, o reconhecimento jurídico do fator racial como predominante no abuso de poder do Estado através do seu braço armado.

Assim, afirmo novamente, que o fim da hierarquia racial passa pela racialização generalizada, pois racializar brancas e brancos gera um desconforto social potencial. Advertindo que a proposta se assenta em essa ser um passo em um processo, não um fim em si mesmo. Se assim fosse haveria o perigo de reforçar a racialidade como uma posição natural na hierarquia social lhe dando um caráter perpétuo e inquestionável.

A elaboração sobre racialidade é fundamental para, de um lado, situar a pessoa leitora na perspectiva tomada na pesquisa, assim como reconhecer que nas ciências sociais aplicadas é lugar comum ignorar a problemática racial e encaminhar a temática nos preceitos do *management* ou recair no caminho do negro como tema (RAMOS, 1957). Nesse sentido, é fundamental o alerta de Cida Bento (2022, p. 14): “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos”. O quanto antes encaramos, seriamente, essa tarefa, mais próximas estaremos de honrar as heranças intelectuais, como de Clóvis Moura, assim como também empreender globalmente uma práxis radical de combate na hierarquia racial e o colonialismo contemporâneo, parâmetros indissociáveis do Capitalismo.

Quando a hierarquização racial é base para a organização da sociedade, não há possibilidade de haver uma real revolução em nosso modo de reprodução da vida. É possível facilmente identificar que mesmo em coletividades que buscam a radicalidade, quando ausente um real enfrentamento à questão, as hierarquias se reafirmam, como por exemplo, em sindicatos ou em partidos políticos de esquerda e progressistas.

Em pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (2010), *Igualdade de Gênero e Raça no trabalho: avanços e desafios*, a respeito de cláusulas incluídas em acordos coletivos de 2001 a 2006, é informado que em média há seis cláusulas direcionais para a questão de gênero, enquanto que para a racial a média é de apenas uma. A distância é significativa, evidenciando como a questão da equidade racial é secundarizada e, inclusive, disfarçada na discussão de gênero, quando se alarga o olhar crítico tendo a racialidade no horizonte.

A PNAD, de 2015, em análise do *Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015*, assim como a pesquisa *Desigualdade sociais por cor ou raça no Brasil*, do IBGE, com dados do período de 2012 a 2018, é mostrado que mulheres brancas recebem mais que homens negros e pardos, a distribuição segue a ordem decrescente de remuneração: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Como a diferença da remuneração de homens brancos é muito discrepante para as demais categorias, quando se faz a análise do conjunto apenas por gênero se afirma que homens ganham mais que as mulheres, porém essa afirmação só pode ser repetida se a raça continuar sendo ocultada, essa é uma mostra contundente de como a branquitude age. Explico, para manter o supremacismo branco na sociedade é aberta uma concessão de gênero, ou seja, é

permitido que as mulheres brancas acendam, mantendo assim a população branca em uma posição de poder econômica e social.

A sequência histórica, em relação a remuneração, tem similaridades com o processo de sufrágio americano, dominado pelas mulheres brancas e, principalmente, a perspectiva pela qual o Movimento foi registrada na história. A luta pelo voto foi registrada como protagonizada por mulheres – em abstrato – em prol de igualdade de direitos, levando a uma dominação branca e apagamento das mulheres negras na historicidade oficial. Angela Davis, na busca por descortinar realidades ocultadas, pontua embates e disputas no movimento:

A questão principal (...) era a iminente extensão do direito de voto aos homens negros – e se as pessoas que defendiam os direitos das mulheres estavam dispostas a apoiar o sufrágio negro mesmo se as mulheres não obtivessem tal direito ao mesmo tempo. Elizabeth Cady Stanton⁴³ e outras mulheres acreditavam que, com a emancipação havia, a seus olhos, “igualado” a população negra às mulheres brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas (DAVIS, 2016, p. 81).

A citada líder, por Davis, no encontro anual de 1867, afirmou em discurso a importância do sufrágio feminino para pautar as questões raciais, apontando que essa seria conduzida posteriormente pela raça anglo-saxã, novamente temos uma manifestação explícita da branquitude. A problematização não visa menosprezar a luta feminista, da qual sou também ativista, mas mostrar como a questão racial enfrenta diversas barreiras, enfraquecendo o caráter radical de diversas lutas, por ser uma contratação de fundo, ao excluir a racialidade do debate se advoga pela manutenção das desigualdades sociais entre as mulheres brancas e as mulheres negras. Além de reforçar uma equiparação entre homens negros e brancos, desconectada da realidade.

Outra questão a ser apontada, em relação aos acordos coletivos, é que na pauta de gênero não há nenhuma menção à raça e na de raça nenhuma alusão a gênero. Indo de encontro às denúncias de que mulheres negras sofrem uma intersecção das categorias de subordinação, que se reforçam entre si, mesmo nos Movimentos Sociais em suas reivindicações. Winnie Bueno (2020, p. 147), sobre o pensamento feminista negro, aponta que o mesmo “permite examinar relações sociais não binárias, possibilitando que o paradigma da interseccionalidade seja utilizado para substituir as noções que estabelecem raça, classe e gênero como categorias em oposição”.

⁴³ Presidente da *National Woman Suffrage Association*, entre 1892 a 1900, foi uma ativista social e líder do movimento pelos direitos das mulheres.

A importância da afirmação de Winnie, ao constatar a visão de oposição entre marcadores sociais com expressão acentuada na contemporaneidade, está na latente necessidade de superação de perspectivas que negam a insociabilidade dos mesmos. Mas, contraditoriamente, essa pesquisa não pauta apenas na raça? Pode a pessoa leitora se perguntar. Minha defesa é que toda análise racial é classista. A população negra foi a maior mão de obra na construção desse país desde a invasão portuguesa e continua a ocupar, majoritariamente, o lugar de pessoas trabalhadoras pobres. Afirmação que leva a uma contestação clássica, se a população negra, em sua maioria, ocupa a posição de pobreza, ao tratar da classe estaríamos necessariamente pautando a raça?

Discordo por dois pontos principais, primeiramente, porque mesmo dentro das classes a hierarquia racial continua a se manifestar. Me remeto novamente as entrevistas de Schucman, em entrevista com outro jovem morador de rua, branco e de olhos azuis, obteve resposta direta sobre o que é ser branco: “é poder entrar no shopping para cagar” (2020, p. 136). Outro exemplo, vem de uma conversa que a pesquisadora ouviu entre dois jovens brancos em um bar na qual um afirmava que “tá na moda essas mulheres branquinhas da Zona Oeste gostarem de homens negros, já viu?” apontando para um casal inter-racial, após comentários sobre estereótipos sexuais, conclui que “nem é concorrência, na hora de casar elas não tem coragem e quem acaba escolhendo é sempre a gente”. É plausível pensar que as pessoas frequentadoras de um mesmo bar sejam de classes sociais similares, mas homens brancos ao verem homens negros no mesmo espaço compreendem que há muitos “negros estilosos roubando as nossas mulheres” (SCHUCMAN, 2020, p. 164). Na ótica estritamente classista o racismo e o sexismo escapam.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. 2008. 257f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Marcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Dandara, 2019.

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: the social construction of whiteness**. Minnesota: Universidade de Minnesota, 1999.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. *In*: WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); ONU MULHERES. Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 20 anos**. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf. Acesso em:

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

OLIVEIRA, Fábio N. de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em:

PIZA, Edith. Porta de vidro: uma entrada para a branquitude. *In*: BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 91-120.

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. *In*: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

ROUBICEK, Marcelo. **A desigualdade racial do mercado de trabalho em 6 gráficos**. Nexo, [S. l.], 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/13/A-desigualdade-racial-do-mercado-de-trabalho-em-6-graficos>. Acesso em:

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.